

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA**

A questão do mal em

Perto do coração selvagem, de Clarice Lispector

TALITA DE BARCELOS RAMOS

Rio Grande

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA

TALITA DE BARCELOS RAMOS

A questão do mal em
Perto do coração selvagem, de Clarice Lispector

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras/Mestrado em História da Literatura da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Abreu Jardim

Data da defesa: 12 de abril de 2016

Instituição depositária:

SIB – Sistema de Bibliotecas

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Rio Grande

2016

Dedico este trabalho a todos aqueles que me motivaram e que me fizeram acreditar na
realização dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a construção deste trabalho aos meus pais, por toda dedicação, carinho e incentivo, não só em meu percurso acadêmico, mas em todas as etapas de minha vida. Ao meu esposo, amigo e companheiro, por todos os momentos compartilhados, todo apoio dado em minhas decisões acadêmicas, já que o fato de seguir o caminho acadêmico após a graduação muito tem a ver com seu incentivo e companheirismo.

À professora Luciana Abreu Jardim, pela dedicação, pelas indicações de leituras e orientação, pela paciência e, ainda, por ouvir os desabafos e angústias que permearam minha trajetória de pesquisa. A todos os professores que compõem o Programa de Pós-Graduação, assim como aos professores do curso de Letras, pelo crescimento intelectual vivenciado em minha trajetória acadêmica.

“Minha maldade vem do mau acomodamento da alma no corpo. Ela é apertada, falta-lhe espaço interior”.

(Clarice Lispector, Um sopro de vida)

RESUMO

Esta dissertação tem como tema a análise da obra *Perto do coração selvagem*, de Clarice Lispector, no tocante à aplicação conceitual de mal e a sua abordagem na ficção clariciana. No referido romance, Joana é a protagonista que nos conduzirá à análise do tema escolhido, por intermédio das diferentes etapas de sua trajetória, que compreende a infância, a juventude e a vida adulta. No intuito de chamar a atenção para a recorrência dessa temática, para além do âmbito ficcional, e trazer à luz juízos de valor da cronista Clarice Lispector, utilizaremos quatorze crônicas da autora, publicadas inicialmente no *Jornal do Brasil*, no período que compreende de 1967 a 1973, reunidas posteriormente na obra *A descoberta do mundo*. Nas referidas crônicas da autora, poder-se-á perceber o embate entre bem e mal. Cabe salientar que o estudo das crônicas será parte introdutória à temática do mal na obra clariciana. Com a finalidade de analisarmos teoricamente o referido tema, utilizaremos argumentos da teoria de Friedrich Nietzsche em *A gaia ciência*, *Além do bem e do mal* e *Genealogia da moral*, assim como pontos da teoria de Hannah Arendt, desenvolvidos em *Responsabilidade e julgamento* e a *A vida do espírito*. Nosso intuito é analisar de que forma Clarice Lispector constrói a ideia de mal, e quais os elementos estão relacionados a essa proposta ficcional, de forma a estabelecer um fecundo diálogo com os autores do *corpus* teórico escolhido.

Palavras-chave: Mal; Literatura brasileira; Clarice Lispector.

RESUMÉN

Este trabajo tiene como tema el análisis de *Perto do coração selvagem* de Clarice Lispector, en relación con la aplicación conceptual del mal y su enfoque en la ficción clariciana. En ese romance Joana es la protagonista que nos conducirá al tema de análisis elegido, a través de las diferentes etapas de su trayectoria, que comprende la infancia, la juventud y la edad adulta. Con el fin de llamar la atención sobre la recurrencia de este tema, más allá del contexto de ficción, y llevar a juicios de valor de la cronista Clarice Lispector, utilizamos catorce crónicas de la autora publicadas en el *Jornal do Brasil*, en el período que comprende 1967-1973, que más tarde se reunieron en la obra “*A descoberta do mundo*”. En estas crónicas de la autora, se puede ver el enfrentamiento entre el bien y el mal. Cabe señalar que las crónicas del estudio serán una introducción al tema del mal en el trabajo clariciano. Para analizar teóricamente el dicho tema, vamos a utilizar argumentos de la teoría de Friedrich Nietzsche en “*A gaia ciencia*”, “*Além do bem e do mal*” y la “*Genealogia da moral*”, así como partes de la teoría de Hannah Arendt, desarrollados en “*Responsabilidade e julgamento*” y “*A vida do espírito*”. Nuestro objetivo es analizar cómo Clarice Lispector construye la idea del mal, y qué elementos están relacionados con esta propuesta de ficción con el fin de establecer un diálogo fructífero con los autores del corpus teórico elegido.

Palabras-clave: Mal; Literatura brasileña; Clarice Lispector.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 9 |
| 1. ASPECTOS DO MAL NIETZSCHIANO..... | 15 |
| 1.1 O mal que espreita a humanidade..... | 16 |
| 1.2 O bom e o mal <i>versus</i> o bom e o ruim: construindo a moral social..... | 24 |
| 1.3 Deus, a má consciência e a culpa..... | 32 |
| 1.4 Sentimentos associados ao mal..... | 42 |
| 2. ASPECTOS DO MAL CLARICIANO..... | 49 |
| 2.1 Clarice e o <i>Jornal do Brasil</i> | 50 |
| 2.2 A maldade e a crueldade..... | 51 |
| 2.3 A bondade, Deus e a moral..... | 58 |
| 2.4 A culpa em decorrência do mal..... | 67 |
| 2.5 O embate entre o bem e o mal..... | 72 |
| 3. A DUALIDADE MORAL DE UM “CORAÇÃO SELVAGEM”..... | 78 |
| 3.1 Ecos que constituem <i>Perto do coração selvagem</i> e o caráter de Joana..... | 80 |
| 3.2 A descendência do mal na infância..... | 87 |
| 3.3 A expressividade do mal e a busca por aceitação social..... | 91 |
| 3.4 Questionando a maldade na juventude..... | 103 |
| 3.5 A complexidade do Mal na vida adulta..... | 109 |
| 3.6 A sedução da perversidade: o casamento e a infidelidade conjugal..... | 119 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 130 |
| REFERÊNCIAS..... | 136 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escrita de Clarice Lispector foi de meu interesse desde o primeiro contato com a obra da autora, ainda estudante do ensino médio, por meio do conto “Amor”, levado por uma professora para a aula de língua portuguesa. A partir deste momento, a prosa lírica de Clarice passou a fundamentar meu interesse por literatura. Logo passei à leitura, sobretudo de seus contos, e de seus romances mais conhecidos, como *A hora da estrela*. Todavia, foi ao ler a obra *Perto do coração selvagem* que se manifestou um verdadeiro fascínio diante da personagem Joana, seu sentimento de culpa e como este era relacionado à problemática do mal. Assim, o embate entre o bem e o mal se revelou, na minha busca conceitual, o tema a ser investigado na obra de Clarice Lispector, tanto em seus contos e crônicas quanto em muitos de seus personagens romanescos. Para o recorte dessa dissertação, restrinjo-me à análise da personagem Joana, de *Perto do coração selvagem*.

O surgimento de Clarice Lispector no cenário literário brasileiro dos anos de 1940 causou um verdadeiro frenesi entre os críticos e leitores da época. Posteriormente, a autora passou a ser parte da historiografia literária brasileira, sendo sua obra de interesse de diversos críticos e teóricos. Em *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*, Benedito Nunes realiza uma análise do conjunto da obra da escritora, trazendo à luz diversas características da escrita da autora, como a temática e a construção textual de sua obra. Nunes aponta como ocorreu a recepção literária de Clarice Lispector, ao publicar seu primeiro romance:

Perto do coração selvagem (1944), que assinalou a estreia de Clarice Lispector, impôs-se à atenção da crítica pela novidade que a densidade psicológica, a maneira descontínua de narrar e a força poética desse romance representaram no panorama da ficção brasileira, então profundamente marcado pelo documentarismo social da década de 30. Seria, como logo ressaltou Álvaro Lins, “o nosso primeiro romance dentro do espírito e da técnica de Joyce e Virginia Woolf” (NUNES, 1995, p.11).

Assim como Benedito Nunes busca apontar as construções de escrita de Clarice Lispector, também o faz Claire Varin, na obra intitulada *Línguas de fogo: ensaios sobre Clarice Lispector*. O enfoque de Varin recai tanto sobre a obra da consagrada escritora brasileira, como pela vida de Clarice. Varin torna a vida e a obra de Clarice Lispector uma experiência indissociável. Na respectiva obra, Varin faz apontamentos interessantes acerca dos recursos estilísticos utilizados por Lispector no processo de escrita de *Perto do coração selvagem*:

Utiliza a repetição de dois, três, quatro e às vezes cinco palavras, sintagmas ou frases, sobre uma mesma página. Emprega também tríades, três adjetivos alinhados, por exemplo – “estrelas grossas, sérias e brilhantes” (PCS, 60) –, e também a estrutura ternária, a triplicação sintática ou rítmica, à qual liga-se, no excerto seguinte, uma tríade de substantivos: “Eu toda nado, flutuo, atravesso o que existe com nervos, nada sou senão um desejo, a raiva, a vaguidão, impalpável como a energia” (PCS, 136) (VARIN, 2002, p.115).

Na *História concisa da literatura*, de Alfredo Bosi, o autor, ao abordar o romance da década de 40 e 50, ressalta a importância de Clarice Lispector no cenário literário brasileiro, sobretudo no que tange à utilização do fluxo de consciência. Já na realização da divisão dos romances desse período literário, ele qualifica a obra de Clarice como romance de tensão transfigurada, no qual “o herói procura ultrapassar o conflito que o constitui existencialmente pela transmutação mítica ou metafísica” (BOSI, 1997, p. 392). Cabe salientar que o crítico elege para análise sobretudo aspectos relacionados à escrita de subjetividade e ao fluxo de consciência como principais características da obra clariciana. Vejamos no trecho que segue:

Há na gênese dos seus contos e romances tal exacerbação do momento interior que, a certa altura do seu itinerário, a própria subjetividade entra em crise. O espírito, perdido no labirinto da memória e da auto-análise, reclama um novo equilíbrio. *Que se fará pela recuperação do objeto*. Não mais na esfera convencional de algo-que-existe-para-o-eu (nível psicológico), mas na esfera da sua própria e irreduzível realidade. O sujeito só “se salva” aceitando o objeto como tal; como a alma que, para todas as religiões, deve reconhecer a existência de um ser que a transcende para beber nas fontes da sua própria existência (BOSI, 1997, p.424).

Bosi define a obra completa de Clarice como um “romance de educação existencial”. José Aderaldo Castello, em *A literatura brasileira: origens e unidade*

(Volume II), traz assertivas acerca da obra de Clarice Lispector que estão em concordância com as informações apresentadas por Alfredo Bosi. Assim, Castello situa a autora no romance de 40 e 50, observando a importância de seu romance de estreia *Perto do Coração Selvagem*, além de chamar a atenção pertinentemente para o seu caráter reflexivo e seu tom confessional:

Ainda mais, o tom confessional da narrativa, sem ser propriamente autobiográfico, passando do eu-autora (e é preciso que se diga assim, no feminino) para o eu Joana-protagonista-narradora, dá-nos a sensação de um duplo, que ora se funde ora se separa, uma mergulhando na outra ou uma curvando-se sobre a outra, explicando, analisando, detalhadamente, procurando compreender, sobretudo na “Primeira Parte” (CASTELLO, 1999, p. 443).

É necessário ressaltar que o autor se detém sobretudo em dois romances da autora: *Perto do coração selvagem* e a *Paixão segundo G.H.* Dessas duas obras o crítico faz uma análise detalhada, possivelmente com o intuito de comprovar os aspectos de subjetividade e de teor reflexivo que a obra de Clarice Lispector suscita.

Do mesmo modo, Afrânio Coutinho, em *Introdução à literatura no Brasil*, destaca o caráter de subjetividade e introspecção da obra de Clarice Lispector. O autor define a obra da escritora como pertencente à terceira geração modernista. No excerto que segue, Coutinho define a obra da autora da seguinte forma:

Outra variante desse grupo valoriza os produtos do sonho e da fantasia, criando uma “atmosfera” sem densidade real, mas de forte conteúdo emotivo e usando uma linguagem metafórica. É o caso de Clarice Lispector (COUTINHO, 1976, p. 303).

Portanto, temos um breve mapeamento do modo como a autora Clarice Lispector e sua obra são definidas pela crítica literária. Percebemos que os críticos aqui abordados salientam a introspecção e subjetividade da obra clariciana como traços que definiriam o processo de escrita de Clarice Lispector.

A perspectiva do mal segundo Clarice Lispector apresenta-se sobretudo desenvolvida em artigo de Evando Nascimento, intitulado *O Mal como metáfora*, na obra *Clarice Lispector: uma literatura pensante*. O enfoque de Nascimento nesse artigo recai sobre a obra *A maçã no escuro*. Para sustentar sua análise, o crítico recorre a

filósofos como Nietzsche, Heidegger, Lévinas e Derrida. Ao longo da obra, Nascimento propõe uma análise de diversos textos de Clarice Lispector, seguindo como fio condutor da sua análise o desenvolvimento de uma literatura pensante.

Do mesmo modo que Evando Nascimento, Yudith Rosenbaum na obra intitulada *Metamorfoses do mal: Uma leitura de Clarice Lispector*, também se propõe a analisar o mal que atinge os personagens claricianos. Para tanto, a autora se utiliza do aparato teórico da psicanálise, ressaltando o sadismo como parte constituinte do eu, e da subjetividade dos escritos de Clarice Lispector. Rosenbaum, inicialmente, analisa as personagens infantis da obra de Lispector, dentre elas Joana, de *Perto do coração selvagem*, e Sofia, do conto “Desastres de Sofia”; o conto “Felicidade Clandestina”; “A solução”, conto da obra *A Legião estrangeira*; os contos “Obsessão” e “A fuga”, de *A bela e a fera*; o conto “A imitação da rosa”, o conto “A quinta história” e finalmente a análise de Rosenbaum chega à obra *A paixão segundo G.H.* Rosenbaum utiliza como eixo teórico norteador o aparato psicanalítico, referindo-se também a pensadores como Jean Baudrillard e Leo Spitzer.

Além disso, diversos temas já foram explorados na obra de Clarice Lispector, como a problemática do feminino na dissertação de Mestrado intitulada “A hermenêutica do feminino em *Perto do coração selvagem*”, de Lurdes Mara Oliveira de Albuquerque, vinculada à Universidade de Brasília. Este estudo promove um mapeamento das características da personagem Joana, visando estabelecer uma definição de feminino a partir da trajetória de Joana, ao analisar de forma minuciosa cada acontecimento desta narrativa.

Outro tópico recorrente é o da infância na obra da autora, a exemplo da tese de Doutorado intitulada “Imagens da infância na obra de Clarice Lispector”, de Mona Lisa Bezerra Teixeira, vinculada à Universidade de São Paulo. Nesta, por sua vez, é realizada uma análise de toda a obra clariciano, sendo que o romance *Perto do coração Selvagem* é citado, em determinados momentos, por apresentar referência à imagem da infância da personagem Joana, que é descrita como uma criança de personalidade complexa e transgressora, uma vez que foge aos padrões sociais impostos.

Na dissertação “A vária máscara de Joana: a melancolia em *Perto do coração selvagem*”, de Daniel da Silva Portugal, da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, o estudo apresenta os distintos estados de melancolia enfrentados pela personagem Joana ao longo da trama, sendo que este estado é apresentado como forma de restituição da linguagem. Essa melancolia também é configurada como a responsável pelos constantes estados de transformações existenciais de Joana. Observa-se que, em um dos últimos subcapítulos, intitulado “Joana na contramão”, ele contextualiza uma breve explanação acerca da temática do mal, de modo a ressaltar especialmente a constante dificuldade desta personagem para discernir entre o bem e o mal.

Nas dissertações que seguem, o enfoque exibido pouco tem a ver com o nosso trabalho, contudo contribuem para conhecermos as diferentes temáticas já abordadas na obra de Clarice Lispector. Na dissertação de Mestrado intitulada “Os paradoxos do desamparo: uma leitura de *Perto do coração Selvagem* de Clarice Lispector”, de Elisabete Ferraz Sanchez, da Universidade de São Paulo, o ponto de vista se baseia no percurso da protagonista Joana, para, posteriormente, chegar a uma análise de estilo da autora. Para tanto, é feita uma pesquisa da problemática do desamparo, sistematizada pela psicanálise, que é aplicada à personagem Joana. Em seguida, a temática do desamparo é relacionada ao modo de produção de escrita de Clarice Lispector.

Já na dissertação de Mestrado “A literatura do fora em *Perto do coração Selvagem*, de Clarice Lispector”, de Diana Carla de Souza Barbosa, da Universidade Federal do Espírito Santo, é realizada uma análise seguindo o viés filosófico com base no pensamento de Michel Foucault. Baseado nisso, o romance é apresentado como uma não-ficção, um romance fora de si, do tempo, do espaço e da ordem. Em suma, o romance em questão é definido como um romance do exterior.

Na dissertação “Tempo, narração e monólogo interior: um paralelo entre Virgínia Woolf e Clarice Lispector a partir dos romances *Passeio ao farol* e *Perto do coração selvagem*”, de Daiane Antunes Dias Löbler, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), a ênfase recai em ambas as obras, valendo-se da técnica de uso do monólogo interior, que é utilizado pelas escritoras. Em relação à personagem Joana, é salientado o fato de que esta expressa a vida interior por meio do fluxo de consciência, contrapondo sua infância à vida adulta. Contudo, o principal eixo da referida pesquisa é de caráter técnico, ou seja, se embasa no processo de construção textual das autoras.

Em virtude das diversas abordagens já concedidas à obra de estreia de Clarice Lispector, nosso intuito é abrir a possibilidade para investigações baseadas em perspectivas heterogêneas, fundadas na problemática do mal, uma vez que este é um tema sobre qual há ainda muito a ser pesquisado. Esperamos com esta pesquisa contribuir para a fortuna crítica dessa consagrada escritora brasileira, apresentando nosso olhar sobre o que vem a ser o mal moral clariciano, e o modo como este é representado no romance inaugural de Clarice Lispector.

Nossa pesquisa apresenta três capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, construímos uma fundamentação teórica acerca da temática proposta, com base na filosofia de Friedrich Nietzsche e de Hannah Arendt. Logo, para analisarmos o referido tema, utilizaremos a teoria de Friedrich Nietzsche em *A gaia ciência*, *Além do bem e do mal* e *Genealogia da moral*, além das obras *Responsabilidade e julgamento* e *A Vida do espírito* de Hannah Arendt.

No segundo capítulo, realizamos uma análise da recorrência do mal na obra de Clarice Lispector, desenvolvida por meio de um estudo introdutório, realizado pelas crônicas publicadas pela autora no *Jornal do Brasil* e reunidas, posteriormente, na obra *A descoberta do mundo*. Foram selecionadas quatorze crônicas de Clarice Lispector. Dentre as crônicas selecionadas estão “Tortura e glória”, “As caridades odiosas”, “O impulso”, “Dies Irae”, “Deus”, “Hoje nasce um menino”, “Perdoando Deus”, “Restos do carnaval”, “Travessuras de uma menina”, “Nossa truculência”, “Doar a si próprio”, “Só como processo”, “Do modo como não se quer a bondade” e “Perfil de um ser eleito”.

No terceiro capítulo desenvolvemos a análise do *corpus* propriamente dito, ou seja, a análise do mal em *Perto do coração selvagem*. Em suma, essa dissertação pretende trazer à luz a nossa leitura a respeito do mal segundo Clarice Lispector, e como a autora fundamenta esta questão através de seus personagens, assim como em que medida este mal está interligado à moral social e ao sentimento de culpa, sobretudo na atuação da personagem Joana, a protagonista de *Perto do coração selvagem*.

1. ASPECTOS DO MAL NIETZSCHIANO

Neste capítulo, nosso intuito é o de promover uma apresentação do mal pelo viés filosófico. Para tanto, utilizaremos a teoria do filósofo Friedrich Nietzsche, que embasará nossa proposta de estudo. Cabe salientar que, embora o eixo central de nossa pesquisa seja o mal, em distintos momentos realizaremos observações referentes à dualidade do bem *versus* o mal, tendo em vista a impossibilidade de uma abordagem que problematize somente o que configura o mal. Observe-se que ambas as concepções estão socialmente interligadas. Não poderíamos abordar o mal sem problematizarmos o bem, já que os dois correspondem historicamente a noções opostas entre si. Essa antinomia, à medida que estabelece diferenças, também configura o que é o mal em relação ao bem, e vice-versa. Assim considerando a relação entre ambos, notamos que socialmente o mal é delineado a partir do que os indivíduos sociais vislumbram como bem, em um sutil processo de comparação que possivelmente ocorre em nível inconsciente.

Em nossa abordagem, iniciamos por uma reflexão acerca do que distintos filósofos já refletiram acerca do mal e da moralidade. Este apanhado filosófico foi realizado com base na obra *Responsabilidade e julgamento*, de autoria de Hannah Arendt. Esta obra foi utilizada, porque se adequava dentro de nossa proposta de rememorar a problemática do mal, já amplamente discutida por diversos filósofos, como Sócrates, Espinosa, Kant, dentre outros. Além disso, utilizamos as *Confissões* de Santo Agostinho, considerando que ele é um dos pensadores que questionou a existência do mal. A reflexão de Santo Agostinho também nos fornece um ponto de vista focado na religião sobre a temática proposta. Ainda frisamos que esta síntese inicial corresponde unicamente a uma introdução a nossa temática proposta, que na sequência percorrerá caminhos da teoria nietzschiana, além de recorrermos a alguns pontos da teoria de Hannah Arendt, sobretudo de duas de suas obras: *Responsabilidade e julgamento* e *A vida do espírito*.

É necessário observar que nesta síntese filosófica inicial a intenção não é a de estabelecer uma linha temporal da filosofia, mas, seguindo a proposta de trabalho de Hannah Arendt em *Responsabilidade e julgamento*, apresentar as distintas posições filosóficas acerca da temática do mal, de modo a demonstrar que, embora muito já se

tenha pensado sobre o tema, não há uma única definição para o assunto. Para tanto, estabelecemos contraposições, ou seja, buscamos esclarecer que os filósofos defendem distintos pontos de vista, chegando a se contrapor, não estabelecendo de modo unânime uma definição para o mal.

Após essa breve introdução à temática, procedemos a uma exposição dos conceitos nietzschianos, os quais foram dispostos por eixos teóricos. Logo no primeiro subcapítulo, encontraremos uma introdução ao problema filosófico do mal. No segundo subcapítulo, abordaremos as definições de Nietzsche de bom, mal, bom e ruim, para apresentarmos a formação moral, de acordo com a nossa leitura. No terceiro subcapítulo, fundamentaremos a relação entre o mal e a noção religiosa de pecado que, por consequência, conduz os indivíduos ao sentimento de culpa, desenvolvendo assim uma explanação acerca da moral cristã-religiosa e sua relação com a concepção de mal. No quarto e último subcapítulo, tentaremos mapear e classificar quais sentimentos estão associados ao mal, de forma a estabelecer as possíveis razões que os levam a serem vistos como desencadeadores de ações ligadas à maldade.

1.1 O mal que espreita a humanidade

A noção de mal espreita a humanidade há muitos séculos, e vemos essa concepção de mal vir atrelada a eventos como guerras e inúmeros crimes causados pelo próprio ser humano. Note-se que o mal vem intrinsecamente associado a uma enorme gama de sentimentos negativos, como ódio, vingança, inveja, de forma a criar uma relação insolúvel. Em contrapartida, sempre que o termo mal é enunciado traz consigo a definição do que também é ruim, e, por consequência, temos os seus antônimos: o bom e o bem – todos esses conceitos unidos formam, em distintas culturas, as suas respectivas morais, inculcando em cada indivíduo sua doutrinação para com a sociedade na qual está inserido.

Iniciaremos a nossa reflexão pela escolha do verbo “espreitar”. O referido termo possui o sentido dicionarizado, segundo o dicionário Houaiss, de “observar atenta e ocultamente a algo ou alguém”. E, quanto ao mal, sabemos que essa observação representa uma vigília constante, e o ininterrupto perigo de destruição para o imaginário

coletivo. Logo, não há como pensarmos o mal sem o relacionarmos diretamente com a destruição e a catástrofe; e de fato sabemos que todos os indivíduos sociais se sentem constantemente observados por esse risco de serem afetados pelo mal. O mal atua como uma sombra que espanta e seduz a humanidade. Ao mesmo tempo em que sentimos um profundo medo de sermos vítimas da maldade de outros, também nos sentimos seduzidos por ações más que nos causam um suspense e nos deixam em constante expectativa. A constatação dessa percepção está no grande sucesso dos filmes de suspense.

Do mesmo modo como não podemos falar em mal sem remetermos à destruição, não poderíamos abordar o tema sem abranger as figuras históricas e literárias que são atingidas pelo mal. Vejamos alguns personagens de expressivo destaque dentro do cenário da maldade e da força do mal. A principal figura do mal a quem é atribuído variadas formas, ações e sentimentos maus, é Lúcifer, conhecido como aquele que traz a luz, que perde seu lugar no reino do céu por inveja do poder de Deus. Após a expulsão do anjo decaído do céu, todos os maus sentimentos e ações destrutivas são associados a ele, e considerados como demoníacas. Assim, o mal originalmente possui uma relação de constituição a partir da moral bíblica que estabelece que sentimentos como inveja sejam de caráter negativo e, portanto, precisam ser evitados.

No campo literário, essa ótica não é distinta. Temos inúmeros personagens que são afetados e influenciados pelo mal, ou ao menos por aquilo que os demais personagens no contexto narrativo nos apresentam como mal. A literatura, sem a presença do mal, se tornaria entediante, pois qualquer leitor, em algum momento, já simpatizou com um grande vilão da ficção. Por exemplo, como não simpatizar com Brás em *As memórias póstumas de Brás Cubas*, o personagem de Machado de Assis que narra suas memórias? Em um primeiro momento, não vislumbramos a maldade na narrativa do personagem que conta sua vida; no entanto, se prestarmos atenção, notamos que, ao narrar sua infância, ele relata como maltratava os empregados, mais especificamente um menino negro escravo de sua família. Talvez o modo como o narrador nos conta sua história faça com que nos identifiquemos com a narrativa a tal ponto de deixarmos escapar certos traços de maldade manifestas na personalidade do menino Brás Cubas.

Outra personagem literária que merece destaque, por ser considerada fria e cruel, é Medeia. A referida personagem é a protagonista da tragédia grega de Eurípedes. Medeia é uma mulher movida pelos sentimentos de amor, ódio e desejo de vingança, além de ser considerada uma feiticeira. Ela anseia vingar-se de seu esposo infiel e, para conseguir o que almeja, não hesita em matar a princesa que casou com seu ex-marido, por meio de um manto envenenado que ela envia à princesa. E em busca de compensação para seu sofrimento ela chega ao extremo de cometer o assassinato de seus filhos. Entretanto, anteriormente Medeia já havia traído seu pai para ficar com Jasão, seu esposo infiel. Imediatamente, já podemos perceber que Medeia é movida por seus sentimentos, sejam eles de caráter positivos ou negativos. Algumas das atitudes de Medeia são consideradas de extrema maldade, como o assassinato de seus filhos.

Da mesma maneira que Medeia é apresentada ao leitor como uma mulher má, há uma diversidade de personagens na literatura que são delineados a partir de características e sentimentos associados ao mal, tais como, as emoções de ódio, raiva e vingança. É o caso de alguns personagens de Shakespeare, dentre eles Ricardo III e Macbeth. E o mal não é restrito ao campo literário, ele se expande por distintos campos do conhecimento, assim como se impregna nas mais diversas esferas sociais.

Por ser uma noção que está atrelada à humanidade desde seus primórdios, ela não foi problematizada somente na literatura, mas também gerou inúmeros frutos no campo da filosofia. Diversos filósofos e pensadores já refletiram acerca dessa temática. Ainda durante a baixa Antiguidade, escolas de filosofia como os estoicos e os epicuristas se detiveram na questão moral, ao ponto de transformar a filosofia em ensinamentos morais (ARENDDT, 2004, p.129).

Já Sócrates, acreditava “que é melhor sofrer o mal do que infligi-lo” (ARENDDT, 2004, p.80), informação que nos chega através do diálogo *Górgias* de Platão. Sócrates pregava que cada indivíduo não poderia entrar em contradição consigo mesmo. Isto é, “mesmo que eu seja um só, não sou simplesmente um só”, pois estou sempre em intrínseca relação comigo mesmo. Assim, se estou em atrito com outros indivíduos posso me afastar, mas não posso agir do mesmo modo quando se trata de mim. Portanto, há uma necessidade de que me mantenha sempre em concordância comigo mesmo.

E é justamente essa relação que justifica a sentença de Sócrates de que é “melhor sofrer o mal do que fazer o mal”, pois, se faço o mal, estou condenado a conviver com um criminoso. Há um impedimento de me livrar desse, uma vez que se trata de mim (ARENDDT, 2004, p.154). Na perspectiva de Sócrates, o mal seria tudo o que o indivíduo não consegue suportar saber que fez.

Outro pensador que desenvolveu a problemática moral, ética e, por consequência, a noção de mal, foi Espinosa. Esse, por sua vez, define o mal da seguinte forma: “um aspecto sob o qual a inquestionável bondade de tudo o que existe aparece aos olhos humanos” (ARENDDT, 2004, p.192). Espinosa negava a existência do livre arbítrio, de uma ordem moral universal, do altruísmo e do mal propriamente dito. É importante retomá-lo nessa breve inspeção do pensamento ocidental acerca desse tema, uma vez que o pensamento de Espinosa posteriormente será retomado em alguns dos questionamentos nietzschianos (MARTON, 2010a, p.52).

Scarlett Marton, em *Nietzsche, seus leitores e suas leituras*, sustenta a tese segundo a qual tanto Espinosa quanto Nietzsche assumem pontos de vista semelhantes no que tange às questões éticas, pois ambos acreditam no naturalismo aliado às proposições morais. Contudo, em alguns pontos, os filósofos discordam, como quanto ao caráter da existência divina. Espinosa acreditava que “Deus” possuía uma existência como essência, pois à medida que o homem é governado por leis racionais e inteligíveis, este teria existência em Deus, a partir dessa essência. Já em Nietzsche, não há existência divina em absoluto, toda e qualquer noção imbricada em relação a um ser superior precisa ser suprimida (MARTON, 2010a, p.60-61).

Logo, podemos observar que a moral e as questões éticas na maioria das vezes se constituem a partir de noções religiosas, seja para aqueles que creem na existência de Deus ou os que a negam. Independentemente da forma como se constitui a moral, seja pelas delimitações humanas ou pelas proposições religiosas, todo indivíduo possui uma capacidade de discernir entre o certo e o errado, de modo além das leis pré-estabelecidas, pois todos são dotados de uma voz interna capaz de lhe situar o que é correto e o que é incorreto.

Segundo Kant, em *Crítica da razão pura*, os seres humanos, no que tange à questão moral, são guiados por exemplos. Desse modo, quando uma pessoa se depara com outra que é um exemplo de virtude, a “razão humana” imediatamente a considera

como a certa e distinta do errado, ou seja, interpreta essa “virtude” como positiva. A essa capacidade humana de distinguir entre o certo e errado Kant denomina de Imperativo categórico, ou seja, o homem é guiado por exemplos e através desses consegue distinguir o correto e o incorreto (ARENDDT, 2004, p.125).

Contudo, todos sabemos que o homem não é guiado tão somente pela razão; ele ainda pertence ao “mundo dos sentidos”, e com isso será constantemente tentado a seguir seus desejos ao invés de sua razão. Assim, o comportamento moral não é espontâneo, entretanto o discernimento entre o certo e o errado é. Kant ainda salientava que as tentações são intrinsecamente humanas, ainda que não formem parte da “razão humana”. Com isso observa que o homem é conduzido a fazer o mal por suas inclinações. Segundo a leitura arendtiana: “Nem ele nem qualquer outro filósofo moral realmente acreditava que o homem pudesse querer o mal pelo mal” (ARENDDT, 2004, p.125).

Segundo Kant, todos os deslizes éticos humanos são justificados por restrições que o indivíduo faz diante da lei, mas ainda assim ele o reconhece como leis válidas (ARENDDT, 2004, p.125). Um indivíduo que age mal, segundo Kant, está em contradição consigo mesmo, com a sua razão, logo “deve desprezar-se”. Entretanto, o receio ao desprezo não seria o bastante para manter a “legalidade”, pois, em alguns momentos esse não era efetivo, e Kant justifica o fato afirmando que “o homem pode mentir para si mesmo” (ARENDDT, 2004, p125-126).

Em contrapartida, em Tomás de Aquino, a problemática moral era abordada à maneira da Antiguidade, ou seja, a moralidade e a ética integradas à filosofia e política, delimitando a ação do homem segundo seu caráter enquanto cidadão social (ARENDDT, 2004, p.128). Tomás de Aquino afirmava que todo erro ou pecado é uma desobediência das leis ordenadas para a natureza pela “razão divina” (ARENDDT, 2004, p.129). Tomás de Aquino, embora tenha sido um “racionalizador” do cristianismo, precisou se render à noção de que para uma noção moral ser seguida e se tornar absoluta ela necessita de uma origem uma aprovação divina (ARENDDT, 2004, p.129).

Já na época de Kant, Deus não poderia ser considerado o criador da moralidade. Uma vez que o comportamento moral tem relação do homem consigo mesmo, pois esse não pode se enquadrar em uma ocasião na qual, posteriormente, ele precisaria desprezar-se a si mesmo. Na perspectiva kantiana, os deveres que um homem

tem para consigo mesmo são mais primordiais do que os deveres que ele tem para com os demais cidadãos (ARENDDT, 2004, p.130-131).

Na filosofia de Kant, o comportamento e desempenho moral de um indivíduo não estão relacionados diretamente a predeterminações externas, ou seja, às leis tanto do homem como as divinas. De modo que, para proceder a sua explanação, o filósofo cunha as expressões “legalidade” e “moralidade”, estabelecendo uma distinção entre ambas. A primeira é neutra, isto é, possui seu espaço na “religião institucionalizada” e na política, contudo não se estabelece na moralidade. A organização política não precisa de integridade moral, mas de indivíduos que se submetam às leis e as respeite. Já na religião, que corresponde à moralidade, todos são tratados como pecadores (ARENDDT, 2004, p.132).

Ainda segundo Kant em *Crítica da razão pura*, tanto na religião como na organização política, a obediência é imposta pela noção de castigo, através da ideia de sanções futuras. Desse modo, todas as ações que não são passíveis de punição são permitidas aos indivíduos sociais (ARENDDT, 2004, p.132). No entanto, Kant argumenta que obedecemos aos pressupostos estabelecidos pela nossa própria razão, a partir da lei que estabeleço para mim mesmo que deve estar de acordo com uma moral. Assim, o pecado ou a violação da lei não pode ser visto como desobediência à lei de outrem, mas à lei segundo o nosso papel individual de legislador do mundo (ARENDDT, 2004, p.132).

Visto que Kant alude a questões políticas, é interessante observar a problemática do mal no campo político, e questionarmos se nossos chefes de Estado em algum momento se preocupam em não praticar o mal, em não prejudicar o seu povo. Na concepção de Maquiavel, que problematizava questões políticas, os chefes de Estado deveriam ser preparados para não serem bons, ou seja, eles não deveriam ser bons, mas também não deveriam ser maus. Em síntese era necessário que evitassem a polaridade, atuando apenas de acordo com princípios políticos, deixando de lado a moral e a religião (ARENDDT, 2004, p.144-145).

Em contrapartida, temos Rousseau, que afirma que o homem é essencialmente bom, mas que se torna mal a partir da sociedade na qual está inserido. Com isso, o filósofo buscava ressaltar que a sociedade “torna o homem indiferente” ao sofrimento alheio, quando na realidade o homem tem “uma repugnância inata a ver os outros sofrerem” (ARENDDT, 2004, p.145). Ainda segundo Rousseau, os seres humanos

seriam dotados de “propriedades naturais”, que hipoteticamente são próximas dos animais, e essas por sua vez teriam como seu oposto a crueldade, que não estaria distante de nossa essência animal, mas que não chegaria ao extremo de ser o mal ou uma forma de “maldade deliberada” (ARENDR, 2004, p.145).

Seguindo nesta perspectiva de Rousseau, que não acreditava que o homem pudesse almejar o mal pura e simplesmente, assim, repudiando a ideia de que a maldade fosse uma característica intrinsecamente humana, destacamos Santo Agostinho, que, por sua vez, tenta provar de forma filosófica e religiosa que Deus não é o criador do mal, de modo a questionar a própria existência do mal. Se Deus criou tudo o que existe sob a terra com harmonia, perfeição e dotados de bem, como pode existir o mal? (AGOSTINHO, 1964, p.190, Livro sétimo, cap. IX- A substância de deus).

Contudo, inicialmente Santo Agostinho se identifica com as teorias dos maniqueus, que pregavam a dualidade entre duas forças, o bem e o mal. Para os maniqueus, Deus era passível de corrupção; ou seja, embora Deus combatesse o mal, ele também era afetado por esse, se tornando assim corruptível (AGOSTINHO, 1964, p.187-188, Livro sétimo, cap.II Objeção contra o maniqueísmo). Entretanto, logo Agostinho entra em contato com as teorias de Plotino, para quem o mal é a ausência de bem, é uma forma de privação. No trecho que segue, podemos perceber o início da reflexão de Santo Agostinho:

E como minha piedade, por pouca que fosse me obrigava a pensar que um Deus bom não podia criar nenhuma natureza má, eu imaginava duas massas contrárias entre si, ambas infinitas, a do mal um pouco menor, a do bem um pouco maior; e deste princípio pestilencial originavam-se os demais sacrilégios. Com efeito, quando meu espírito se esforçava por voltar à fé católica, era rechaçado porque a fé católica não era o que eu imaginava. E me parecia ser mais piedoso, ó Deus, a quem louvam em mim tuas misericórdias, julgar-te infinito por todas as partes, com exceção de um ponto, a oposição do mal, na qual era forçoso reconhecer teus limites, do que julgar-te limitado por todas as partes segundo as formas do corpo humano (AGOSTINHO, 1964, p.149, Livro Quinto, cap. X, Agostinho e os erros dos Maniqueus).

Agostinho conclui que não há uma existência do mal absoluto, uma vez que se existe foi criado por Deus, e logo é dotado de bem (AGOSTINHO, 1964, p.202-203, Livro sétimo, cap. XII- O mal e o bem da criação). Assim, o que existe é um mal moral

que consiste precisamente no afastamento da figura divina, no afastamento do bem. Portanto, Agostinho define o mal como a ausência do bem.

Na reflexão de Santo Agostinho, não existe um ser totalmente mal, já que todo ser possui existência e essa é concedida por Deus, que somente produz o bem. Logo, na concepção agostiniana, nenhum ser que possui existência é mal, pois procede de Deus que emana o bem, todo ser criado por ele possui harmonia e perfeição, só perdendo esses atributos quando se afasta de Deus, caindo em pecado (AGOSTINHO, 1964, p.202-203, Livro sétimo, Cap.XII, O mal e o bem da criação).

Em linhas gerais, os filósofos que já se ocuparam da problemática moral chegam a um consenso em um ponto interessante, qual seja, o fato de que em um primeiro momento há uma distinção entre o certo e errado, sendo essa uma distinção absoluta, ou seja, não é relativa, como a distinção entre grande e pequeno, por exemplo. Logo, todo indivíduo seria capacitado para realizar tal distinção moral, discernindo entre o que é certo e estaria assim de acordo com sua comunidade. Aquilo que se apresenta em desacordo é, por sua vez, errado (ARENDRT, 2004, p.139). Dessa forma, vimos, de maneira breve, que há uma gama de filósofos que se ocupam da questão do mal e como esse constitui a moral social. Entretanto, também foi possível observar que todos se pronunciam acerca do tema do mal, sem, no entanto, chegar a um consenso sobre o assunto.

Todavia, foi na filosofia nietzschiana que esta temática se expandiu, considerando que Nietzsche foi o principal pensador a dar ênfase à problemática, e a abordar o tema em sua obra. Podemos observar, em distintos momentos, as ideias de Nietzsche acerca do que vem a ser o mal que assola a humanidade e como esse conceito o influencia na construção do que chama de moralidade. Poderemos observar o desenvolvimento dos argumentos em nossos próximos subcapítulos, nos quais exploramos as noções defendidas por Nietzsche em *Genealogia da moral, Além do bem e do mal* e *Gaia Ciência*, obras nas quais a problemática moral é central.

Nietzsche buscava afastar-se dos filósofos dogmáticos que supunham a existência de verdades que podem ser delimitadas. Nietzsche reconhecia o caráter dinâmico e inconstante do pensamento (MARTON, 2009, p.68). Logo, justamente pelo fato de Nietzsche não crer em verdades absolutas e imutáveis, ele se torna adequado à

nossa proposta de trabalho, na qual buscamos analisar criticamente as definições morais.

Não obstante, também utilizaremos alguns conceitos de Hannah Arendt, sobretudo porque a autora em questão abala de modo significativo a noção de maldade humana, ao afirmar que: “O maior mal não é radical, não possui raízes e, por não ter raízes, não tem limitações, pode chegar a extremos impensáveis e dominar o mundo todo” (ARENDR, 2004, p.160). Ademais, a argumentação da filósofa é essencial para nos esclarecer acerca da associação de sentimentos como raiva, ódio e vingança sob a perspectiva do mal. Assim, para compreendermos melhor este tema, utilizaremos a filosofia nietzschiana, e alguns pontos da filosofia de Hannah Arendt.

De imediato, sabemos que a ideia de mal, o fato de sermos em algum momento de nossas vidas tocados pela maldade humana, nos deixa atemorizados, procuramos nos manter afastados e mesmo desviarmos de tudo o que pode nos ser prejudicial. À vista disso, a palavra mais adequada para definir o mal é, sem dúvida, prejudicial, pois, sempre interpretamos como mal o que nos causa ou tem a pretensão de nos causar dano. Em compensação, sempre estabelecemos como bom ou bem o que nos favorece de alguma forma, algo do qual podemos tirar proveito. E esse praticar o bem e evitar o mal constitui a nossa moral social, que de certa forma internalizamos, mas não para evitarmos prejuízos aos demais, senão para nos mantermos a salvo de qualquer maldade da qual possamos vir a sermos vítimas. Portanto, há uma inviabilidade de indagarmos “o que é o mal?” e “o que é o bem?” sem problematizarmos a moral social, tendo em vista que ambos os conceitos são gerados e, por consequência, inerentes ao que conhecemos como moral.

1.2 O bom e o mal *versus* o bom e o ruim: construindo a moral social

A moral social é o local onde se abrigam e frutificam as noções de bem e mal. É essa mesma concepção social que sacralizou ambas as noções, as tornando de certo modo valores absolutos impostos a toda a sociedade e seus cidadãos, ditando os padrões de comportamento. De imediato, Friedrich Nietzsche questiona, em *Genealogia da moral*, estes valores morais e a atribuição de “bom” como um valor mais elevado do

que ao “mau”, elevado no sentido de influência e, sobretudo a utilidade social para o homem (2009, p.12). Nietzsche argumenta que foram os “bons mesmos” que tomaram o direito de criar valores, fornecer nomes e atribuições a estas valorações, como é possível observar no excerto que segue:

Foram os “bons” mesmos, isto é, os nobres, poderosos, superiores em oposição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, vulgar e plebeu. Desse *pathos da distância* é que eles tomaram para si o direito de criar valores, cunhar nomes para os valores: que lhes importava a utilidade (NIETZSCHE, 2009, p. 16-17).

Portanto, como podemos inferir, é na relação entre a nobreza e os plebeus que temos a origem da oposição entre “bom” e “ruim” (2009, p.17). Para fundamentar essa proposição Nietzsche recorre à filologia, salientando que em todas as línguas acontece a mesma “transformação conceitual”, a noção de nobre se desenvolve originando a ideia de “bom”, em contrapartida a noção de plebeu se transmuta em “ruim” (2009, p.18). Contudo, Nietzsche ressalta que com os judeus há uma inversão dessa perspectiva, pois os bons passam a ser os pobres impotentes e sofredores; já os maus são os nobres e poderosos (2009, p.23). A respeito do povo judeu, o filósofo afirma em *Além do bem e do mal*:

Os judeus – um povo “nascido para a escravidão”, como afirma Tácito e todo o mundo antigo, “o povo escolhido entre os povos”, como eles mesmos dizem e acreditam -, os judeus realizaram esse portento de inversão dos valores graças ao qual a vida sobre a terra recebeu por alguns milênios um novo e perigoso atrativo: -- seus profetas fundiram “ricos”, “sem deus”, “mau”, “violento” e “sensual” numa só coisa, e pela primeira vez cunharam a palavra “mundo” na forma de um vitupério. Nessa inversão de valores (a qual pertence a utilização da palavra “pobre” como sinônimo de “santo” e “amigo”) reside a importância do povo judeu: com ele inicia a *rebelião escrava na moral* (NIETZSCHE, 2014, p.119-120).

Em suma, é ressaltada sobretudo a grande importância do povo judeu na constituição da moral, isto é, a partir deles que os indivíduos definidos pela moral escrava adquirem visibilidade. Assim, os nobres são os senhores, e os plebeus são os escravos, logo é estabelecida a moral do senhor e a moral do escravo. A moral do nobre é estabelecida a partir de sua auto-observação; em contrapartida a do escravo, segundo o

filósofo, só se estabelece à medida que há um processo de comparação com o outro, neste caso o nobre. Exatamente por este fato Nietzsche denomina a moral escrava de a moral do ressentido, uma vez que essa sempre nasce do oposto e do exterior (2009, p.26). É importante observar que o contrário ocorre com o nobre, pois a partir de si ele cria a noção de “bom”, para somente então estabelecer a noção de “ruim” (2009, p.28).

A valoração social para certas concepções termina criando distintas avaliações, como é o caso da divergência existente entre as noções de “ruim” e “mau”. Segundo o filósofo, o “ruim” tem origem nobre e o “mau” se origina da concepção plebeia (NIETZSCHE, 2009, p. 28). Na fundamentação da moral do ressentimento, “mau” é o bom da outra moral, ou seja, o nobre e poderoso (NIETZSCHE, 2009, p.29). Ambos os valores “bom e ruim”, “bom e mau”, estabeleceram um “combate na terra”. Contudo, há uma predominância visível dos conceitos de “bom e mau”. Segundo Nietzsche, no entanto, isso não encerra essa disputa das duas concepções, a da nobreza e a dos plebeus (NIETZSCHE, 2009, p.39).

Ao indivíduo que Nietzsche denomina de ressentido, ele afirma que esse é incapaz de admirar o forte e por isso que lhe é imposta a noção de que ser forte é um erro. O intuito do ressentido é fazer com que o forte se sinta culpado, simplesmente por ser forte. Ressalte-se ainda que são atribuídos, também ao ressentido, os sentimentos de ódio e de vingança, pois é justamente a impotência do ressentido, o não poder ser como o outro que causa o desejo de vingança. O ressentimento não implica reação, e justamente por não conseguir reagir, o fraco só pode sentir-se ressentido. Scarlett Marton analisa a problemática do ressentido da seguinte forma: “O ressentido avalia, antes de tudo, ações e julga os homens *em decorrência*. Privilegiando o interesse geral e duradouro, em detrimento do particular e efêmero, comporta-se como ‘indivíduo coletivo’” (MARTON, 2009, p.191).

É pertinente analisarmos o significado do termo em nossa língua, pois, quando pronunciamos a palavra ressentido imediatamente nos vem à mente uma pessoa que está tomada por sentimentos socialmente negativos. Entre eles estão o ódio, a mágoa, o rancor e o desejo de vingança e, como vimos, o filósofo propõe a mesma acepção para o termo, já que o ressentido, na teoria nietzschiana, é o portador de tais emoções. Logo, consecutivamente, o ressentido não cria valores, uma vez que tudo o que faz é a partir da comparação com os demais indivíduos.

Portanto, a criação de valores, segundo Nietzsche, é um “genuíno direito dos senhores”. Desde tempos imemoriais, as camadas sociais populares, o “homem comum”, se resumia a ser apenas aquilo que era denominado por alguém. De modo algum ele estimava ou criava valores por si próprio, assim como ele não se atribuía valores além daqueles estipulados por seus senhores; daí decorre o fato da criação dos valores ser atribuída aos nobres (NIETZSCHE, 2014, p. 216). Contudo, é necessário observar que, na concepção nietzschiana, os valores sociais estão sempre ligados a condições de existência, ou seja, o valor sempre se constitui a partir daquele que avalia (JUNIOR, 2013, p.163). Esses valores terminam se arraigando na sociedade e se tornando absolutas formas de julgamento, quer dizer, os indivíduos passam a conjecturar sobre os demais a partir do que já está pré-estabelecido.

Dessa maneira a atividade de atos consolidados como bons ou maus está relacionada, na maioria das vezes, com a relação entre os distintos indivíduos sociais. É sobre este contato de sujeitos diversos, e as suas relações estabelecidas, que buscaremos esclarecer algumas perspectivas. Ao fazer bem e fazer mal ao outro, exercitamos nosso poder. Fazemos mal àqueles a quem desejamos que sintam o nosso poder. Em contrapartida, fazemos bem aos indivíduos que de algum modo dependem de nós, e logo queremos aumentar seu poder, pois dessa forma estamos aumentando também o nosso. Como podemos asseverar através de Nietzsche, quando ele nos expõe que o fato de fazer bem ou fazer mal envolver sacrifícios não modifica o valor de nossas ações, pois é um sacrifício em prol de nosso desejo de poder, ou com a finalidade de conservar nosso desejo de poder em relação a outro indivíduo (NIETZSCHE, 2001, p.64). A respeito disso, Marton esclarece:

Quem socorre o necessitado tem a impressão de poder dele dispor como se fosse sua propriedade; acredita amar o próximo quando o que sente é o prazer de uma nova apropriação. Lá onde se louva o desinteresse, a abnegação, o despojamento, é que irrompe, de modo mais flagrante, o egoísmo. No entanto, egoísmo maior consiste em fazer do “amor ao próximo” norma de conduta. Considera-se a caridade, a compaixão, a piedade, o zelo e a solicitude virtudes que devem inspirar a conduta humana. Julga-se virtuosa a ação que propicia benefícios a outrem, mesmo que seja prejudicial a quem a realiza. Ora, erigir o altruísmo em princípio moral nada teria de desinteressado; esconderia um objetivo utilitário (MARTON, 2009, p.187).

Questionando as ações em *Além do bem e do mal*, o filósofo pondera que houve um período na época pré-histórica da humanidade que o valor ou desvalor de uma ação era atribuído segundo suas consequências. A ação e sua origem não importavam, pois era a partir das consequências que os homens passavam a pensar bem ou mal de uma ação. Contudo, com o passar do tempo houve uma inversão e a origem de uma atitude passou a ser interpretada no mais preciso sentido de procedência e a partir de uma intenção. Assim, chegou-se à crença unânime de que o valor de uma ação reside no valor de sua intenção (NIETZSCHE, 20014, p.57-58).

As ações são a aplicação dos conceitos de bem e mal, ou seja, são a partir delas que julgamos os indivíduos considerando principalmente o que está pré-acordado pela nossa moral. A questão é: “como se forma esta moral?”. Essa, por sua vez, corresponde à união dos conceitos de bom e mal, bom e ruim, juntamente com a avaliação social construída para estes conceitos. Deste modo, temos um esboço inicial de como se configura a moral social, a qual todos enquanto indivíduos comunitários estão sujeitos.

Todos sabemos que, na condição de indivíduos sociais, estamos presos à moralidade do costume, ou seja, precisamos necessariamente seguir o que nos é imposto socialmente, para sermos aceitos por nossas respectivas comunidades. Como podemos perceber no episódio do roubo do livro da personagem Joana, em *Perto do coração selvagem*, que será analisado posteriormente. Segundo a proposição nietzschiana, o homem está preso a uma “camisa de força social”, para se tornar confiável para a sua sociedade (NIETZSCHE, 2009, p.44).

Entretanto, ainda existem homens realmente livres, que não se prendem a pré-definições morais, esses são possuidores e controladores de suas vontades e impulsos, tendo nessa sua verdadeira medida de valor, observando os demais a partir de si, ele honra ou despreza (NIETZSCHE, 2009, p.45). Essa característica será observada no comportamento de Joana, em *Perto do coração selvagem*, embora em determinados momentos ela ceda à pressão social e busque a aprovação dos que com ela convivem, como veremos mais adiante na análise do romance. Apesar disso, essa busca pela aprovação social de alguns indivíduos é perfeitamente compreensível se considerarmos o fato de que aqueles que não agem em pleno acordo com o que é proposto por sua sociedade são imediatamente isolados do convívio da mesma, não sendo considerados aptos para a interação com os demais.

A busca por esta aprovação social e a preocupação em não desonrar a comunidade são definidos, na filosofia nietzschiana, como instinto de rebanho que faz com que os homens manifestem empenho em praticar atos que busquem a conservação da espécie humana. Contudo, “não por amor a tal espécie”, mas simplesmente pelo fato de que nada no ser humano é mais forte do que o instinto de rebanho. Essas ideias estão desenvolvidas em *A gaia ciência* (2001, p.51).

Na mesma obra, o filósofo salienta que em todo lugar onde existe uma moral há um julgamento e hierarquização dos impulsos humanos. Esse processo de julgamento e hierarquização é reflexo das necessidades de uma comunidade, ou de um rebanho, como expõe Nietzsche. É por meio da moral que o indivíduo se torna função do rebanho, adquirindo valor apenas enquanto função.

A hierarquização dos impulsos humanos abordada pelo filósofo é pertinente, uma vez que as definições de bem e de mal são originadas na sociedade, como já observamos. Todavia, o interessante é perceber o modo como esse processo ocorre. Posto que, independentemente da sociedade, seja sempre considerado como atos louváveis repletos de benignidade e bondade aqueles que mantêm a ordem social, que não desagradam nem lesam a outrem, ou seja, atos que têm como intuito a conservação da ordem e da moral social. Já as ações vistas como socialmente más são aquelas que de alguma forma provocam algum dano, seja ao coletivo ou ao individual, que terminam se espalhando e afetando a comunidade toda. Desse modo, um exemplo é um criminoso que assassina alguém. Ele lesou outra pessoa, mas também prejudicou o coletivo e passou a representar um risco a absolutamente toda a comunidade. Em linhas gerais, podemos afirmar então que o bem são todos os atos louváveis que beneficiam o coletivo, em contrapartida é maligno tudo aquilo que fere o comunitário.

Em suma, Nietzsche defende esse senso de coletividade como sendo “o instinto de rebanho no indivíduo”, a representação da moralidade (NIETZSCHE, 2001, p.142). Viver em sociedade implica cumprir uma série de deveres estabelecidos pela moral social desse meio. Por isso estamos presos em uma “camisa de força do dever social”, sendo assim somos “homens do dever” (NIETZSCHE, 2014, p.163). A respeito desta moral social, a qual todos os homens enquanto indivíduos sociais estão expostos, reflete Scarlett Marton:

Nietzsche entende que a obediência aos costumes – quaisquer que sejam eles – constitui a moralidade. Os indivíduos habitam-se a certas maneiras de agir e pensar, transmitidas de geração a geração. Tornando-se tradicionais, elas acabam consolidadas, não admitindo dúvidas nem tolerando questionamentos; têm de ser respeitadas de forma absoluta. Considera-se imoral o indivíduo que elas não quer submeter-se; seu modo de agir é imprevisto, sua maneira de pensar arbitrária. A moralidade estaria, pois, intimamente ligada às necessidades do rebanho (MARTON, 1993, p.58).

Portanto, quanto maior o instinto de rebanho no indivíduo mais confiável ele se torna para sua sociedade, ou seja, o indivíduo dotado de instinto de rebanho necessariamente precisa de uma sólida reputação, pois essa costuma ser bastante útil a ele. Portanto, é conveniente que seu caráter e ocupação sejam tidos como imutáveis. Além disso, a sociedade costuma louvar uma sólida reputação, e o caráter de confiabilidade dos indivíduos (NIETZSCHE, 2001, p.200-201).

Em síntese, o instinto de rebanho é a principal forma de manifestação moral que o indivíduo pode apresentar. Quanto à moral, essa corresponde às imposições que determinam o que devemos e não devemos fazer, de modo a impor ao ser humano certas privações (NIETZSCHE, 2001, p.206). Cada indivíduo, ao abordar a essência de um ato moral, logo julga “isto é certo” e por isso tem de acontecer, atuando de acordo com aquilo que definiu como certo e necessário. Essa definição do certo e necessário do indivíduo é determinada por sua consciência. Contudo, o fato de ouvir este ou aquele juízo como voz da consciência, ou seja, que defina algo como certo pode ser devido a que não se tenha meditado sobre estes juízos e tão somente os acolhido desde a infância (NIETZSCHE, 2001, p.222-225).

Segundo Nietzsche, antes de admirarmos nossa consciência, que se baseia, sobretudo, em definições morais coletivas, precisamos admirar nosso egoísmo, uma vez que necessitamos de um ideal próprio, já que ele não poderia jamais ser de outro, e menos ainda, de todos. Em síntese, o filósofo não acreditava ser possível a criação de uma única moral, efetivamente justa para todos. Em sua concepção, cada indivíduo precisa possuir um ideal próprio. Com esta moral coletiva, podemos alcançar apenas uma aparência de igualdade, pois nossas opiniões acerca do “bom”, “nobre”, “grande” jamais podem ser demonstradas por nossas ações. Porque toda ação é incognoscível, nossas opiniões e valorações estão sempre entre as motivações de nossos atos,

entretanto este mecanismo é indemonstrável. Portanto, precisamos criar novas valorações baseadas em nossos próprios atos, para a partir de então darmos ordens e criarmos a nós mesmos (NIETZSCHE, 2001, p.222-225).

Sempre que tomamos uma decisão e a partir dessa atuamos o fazemos de modo a atender o que está subjacente aos nossos interesses pessoais. Ninguém pratica o bem se não houver um interesse, algo a se alcançar. Como já abordamos, ao praticar o bem a outrem, essa pessoa adquire uma dívida com seu benfeitor, e esse compromisso pode ser útil futuramente. Do mesmo modo que quando praticamos o mal, o fazemos porque há algo nessa ação que nos é conveniente. Em síntese, nossas ações, consciente ou inconscientemente, nunca são plenamente desinteressadas. É justamente devido a esses interesses pessoais que Nietzsche defenderá que não é possível tornar uma única moral válida para todos, pois é preciso julgar as ações baseados em nós mesmos e não nos outros.

O filósofo afirma que não é viável a concepção de uma moral coletiva, porque essa necessariamente precisa respeitar a hierarquização social; do ponto de vista nietzschiano é imoral afirmar que “O que vale para um vale para todos” (NIETZSCHE, 2014, 157-158). Em *Além do bem e do mal*, Nietzsche reafirma sua teoria da impossibilidade da construção de uma única moral para todo e qualquer indivíduo:

Nenhum dentre todos esses lerdos animais de rebanho, com a sua consciência intranquila (que vão a frente da causa do egoísmo como causa do “bem-estar geral”), quer saber e farejar algo sobre o fato de que o “bem-estar geral” não é um ideal, uma meta, um conceito de algum modo apreensível, mas apenas um vomitivo – de que aquilo que é justo para um, não pode absolutamente ser justo para outro, de que a exigência de uma moral para todos é danosa justamente ao homem superior, em suma, que existe uma hierarquia entre um homem e outro e, por conseguinte, também entre uma moral e outra (NIETZSCHE, 2014, p.166).

Desse modo, a proposta de Nietzsche em relação às concepções morais é de transvaloração dos valores. Com isso, a sugestão do filósofo é destruir o terreno no qual se assentam os valores apregoados até o momento. Sobre isso reflete Scarlett Marton:

Ao analisar seu projeto de transvalorar todos os valores, percebe que não basta substituir os antigos valores por outros, gerados a partir do mesmo solo que os anteriores; é necessário suprimir o solo mesmo a partir do qual eles foram colocados, para então engendrar novos valores (MARTON, 2010a, p.143).

É necessário salientar que esse desmoronamento dos valores é acima de tudo focado no caráter religioso desses princípios morais que necessitam serem suprimidos, para que o homem possa construir suas valorações a partir de sua natureza e não mais em relação às lições de um criador supremo. Logo, Nietzsche, a partir desse conceito, estabelece a noção de Além-do-homem, ou seja, uma espécie de homem que está acima do ressentimento, das valorações que restringem as ações humanas, e dos conceitos religiosos com suas definições de sofrimento. Nietzsche propõe que um homem deve estabelecer a moral a partir de si.

Ambas as noções nietzschianas de transvaloração e de Além-do-homem estão imbricadas, como expõe Marton: “Objeto do grande amor, a noção de além-do-homem está intimamente ligada ao projeto de transvaloração; é ela que permitirá criar novos valores” (2010a, p.97). A moralidade tem muito da religião, pois se constitui em grande parte a partir das noções religiosas de bem, mal, pecado, culpa e má consciência. Por isso, a proposta de Nietzsche consiste em repensar estes conceitos de modo que os indivíduos possam encontrar um novo modelo de valores morais, baseado na transvaloração e no Além-do-homem.

1.3 Deus, a má consciência e a culpa

A figura do Deus cristão é inerente ao que conhecemos como moral, pois é a partir dele que se configura o modo como devemos agir. Logo, o caráter religioso é intrínseco à moral, de modo que engloba os conceitos sociais de bem e mal. O cristianismo, com sua imagem de um Deus crucificado, foi o principal responsável por atribuir um sentido à vida e ao sofrimento humano, de forma a justificar os mesmos, como nos expõe Safranski – crítico e biógrafo de Nietzsche:

Uma tentativa especialmente genial nesse sentido fora – para Nietzsche – o cristianismo. Este concedeu três vantagens *aos desprivilegiados*: conferiu ao ser humano *um valor absoluto, em contraste com sua pequenez e casualidade na torrente do devir e do passar*; em segundo lugar, o mal e o sofrimento se tornaram suportáveis na medida em que lhes foi atribuído um *sentido*; e em terceiro, na crença na criação, o mundo foi entendido como algo

repassado pelo espírito, portanto cognoscível e valioso (SAFRANSKI, 2001, p.270-271; grifos do autor).

A vontade livre logo foi vista pelo Cristianismo como um mérito concedido por um ser superior, para que o ser humano tivesse a liberdade de escolha, de modo que ao escolher o bem esse teria acesso ao reino dos céus, caso elege-se o mal seria condenado, ficando impossibilitado de adentrar o reino divino (MARTON, 2009, p.183). Devido à doutrina do livre arbítrio, os indivíduos foram induzidos a crer que pensam e agem com liberdade de escolha, quando na realidade são doutrinados pelas regras sociais (MARTON, 2009, p.184).

Ainda cabe salientar que, embora cada sociedade tenha seus próprios conceitos de justiça, bem como suas definições de certo e errado, todas têm em comum alguns conceitos, os quais descendem desta moralidade cristã religiosa. Nesse contexto estão as noções de culpa, má consciência e, por consequência, a noção religiosa de pecador. A respeito desta intrínseca relação da religião com a moral, e da noção de iminência do mal que assombra a humanidade, observa Oswaldo Giacoia Junior:

Perante qualquer modalidade de desgraça catastrófica o homem “primitivo” manifesta um comportamento religioso padrão, que pode ser considerado praticamente universal: a busca de sentido a partir de uma relação entre o mal e a culpa, o esquema interpretativo que se funda em culpa e causalidade (GIACCOIA JUNIOR, 2013, p.48).

A culpa é uma das noções religiosas absorvidas pela grande maioria dos indivíduos. É justamente ela que conduz à má consciência, que será definida posteriormente em nosso estudo. Entretanto, inicialmente se faz necessário buscar um conceito para a consciência humana. Esta consiste na percepção de que o ser humano desenvolve para definir algo como moralmente certo ou errado. Em sua definição de consciência, Nietzsche ressalta que esta possui uma intrínseca relação com o esquecimento. Na concepção nietzschiana, o esquecer é uma “força inibidora ativa”, da qual o homem se utiliza para manter sua organização psíquica intacta.

Segundo o filósofo, é por meio do esquecimento que o indivíduo “permanece imperturbado pelo barulho e a luta do nosso submundo de órgãos serviais a cooperar e divergir entre si” (NIETZSCHE, 2009, p.43). Em síntese, na concepção nietzschiana, o

esquecimento é uma forma de autoterapia, isto é, o modo pelo qual o indivíduo se livra da culpa e dos sentimentos reativos (GIACCOIA JUNIOR, 2013, p.308).

Porém, o homem também teve a necessidade de desenvolver em si uma faculdade oposta ao esquecimento, a qual ele denominou de memória responsável pela suspensão do esquecimento em determinados casos, principalmente quando o sujeito tem a necessidade de “não-mais querer livrar-se”. Em suma, a memória faz com que o indivíduo tenha a possibilidade de armazenar lembranças e de certo modo reações emocionais, como dor e sofrimento. Tudo aquilo que não consideramos descartável buscamos imediatamente armazenar na memória. E, segundo Nietzsche, desse fato decorre a capacidade humana de prometer, imediatamente se colocando diante daquilo que se convencionou chamar de responsabilidade (NIETZSCHE, 2009, p.45). À medida que tenho a capacidade de rememorar eu posso prometer, pois tenho a segurança de que lembrarei e logo poderei cumprir com o prometido, mantendo dessa forma minha credibilidade diante da sociedade.

Nietzsche ainda argumenta que “grava-se algo na memória a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de causar dor fica na memória” (NIETZSCHE, 2009, p.46). Ou seja, a consciência tem exatamente a função de impor ao indivíduo as definições pré-estabelecidas, de modo que toda vez que nos propormos a infringir o que é moralmente convencionado como certo nos sintamos incomodados conosco mesmos. É preciso considerar também que é através da memória e de sua relação com a consciência que podemos inferir muitas características legislativas de um povo, assim como as determinações de certo e errado, e de bem e mal, como podemos observar no excerto nietzschiano:

Quanto pior “de memória” a humanidade, tanto mais terrível o aspecto de seus costumes; em especial a dureza das leis penais nos dá uma medida do esforço que lhe custou vencer o esquecimento e manter presentes, nesses escravos momentâneos do afeto e da cobiça, algumas elementares exigências do convívio social (NIETZSCHE, 2009, p.47).

A propósito dessa questão, Hannah Arendt faz uma observação semelhante. Segundo a filósofa, o mal humano se torna interminável quando não gera arrependimento, ou seja, quando o indivíduo imediatamente esquece os atos

indecorosos que praticou. Com isso, observa-se o seguinte: “Os grandes perpetradores do mal são aqueles que não se lembram, porque nunca se envolveram na atividade de pensar, nada pode retê-los, porque sem recordação eles estão sem raízes” (ARENDR, 2004, p.36). A partir daí as pessoas passaram a tentar evitar praticar o mal, “abster-se de praticá-lo, a rejeitá-lo”, e a essa prática de escarpar-se do mal, foi denominado de “moralidade” (ARENDR, 2004, p.19).

Arendt, na obra *A vida do espírito*, aprofunda a teoria de que a prática do mal está intimamente relacionada com a abstenção do pensamento. Quando não pensamos, e não questionamos nossos atos, nos tornamos suscetíveis à prática do mal (ARENDR, 2002, p.13). Porquanto, passamos simplesmente a aceitar sem questionar as imposições sociais, e, quando a moral se modifica fugazmente, a consentimos sem indagarmos o que conduziu a essa mudança e se ela é positiva ou negativa. Apenas não pensamos sobre a moral que nos é imposta.

Esse não pensar sobre a moral, e somente aceitá-la passivamente, faz com que o fato de os indivíduos se sentirem culpados ou inocentes não seja indício merecedor de crédito. O sentimento de culpa pode ser provocado por um embate entre antigos e recentes hábitos e determinações culturais e morais. Em suma, o que o sujeito busca é a conformidade com as leis de sua comunidade. Logo, esse sentimento de culpa não é mais do que um modo de expressar “conformidade ou inconformidade” com as leis, e não a representação da moralidade em si (ARENDR, 2004, p.173).

Ainda quanto ao surgimento da consciência humana, é pertinente ressaltarmos que há uma intrínseca relação entre esta e a necessidade de comunicação entre as pessoas, especialmente entre aquelas que comandam e as que obedecem, de modo que a consciência se desenvolveu na medida dessa utilidade comunicativa. A respeito disso observa Marton, por meio de fragmentos póstumos de Nietzsche:

Nada se mantém – muito menos a memória ou a consciência. Por sua origem biológica, a consciência não passa de “um meio de comunicabilidade”, “um órgão de direção” (cf. fragmento póstumo (372) 11 [145] de novembro de 1887/ março de 1888). Surgindo da relação do organismo com o mundo exterior, relação que implica ações e reações de parte a parte, ela não constitui – como se supõe – o traço distintivo entre homem e animal (MARTON, 2009, p.111).

Assim, a consciência é como “uma rede de ligação entre as pessoas – apenas como tal ela teve que se desenvolver: um ser solitário e predatório não necessitaria dela” (NIETZSCHE, 2001, p.247-249). Nietzsche ainda argumenta que há uma ligação entre a consciência e a linguagem, pois em sua origem ambas remetem ao que ele define como gregariedade, ou seja, um protecionismo que se estabelece entre os pares sociais.

O que cada indivíduo pensa sobre si mesmo e o mundo ao seu redor passa pela concepção da linguagem. Fato coerente, pois no horizonte nietzschiano é a linguagem que nos possibilita tomarmos consciência de nós mesmos e do pensamento. Aquele que se acredita fraco termina por acreditar que precisa procurar ajuda dos seus semelhantes, e para isso ele precisa da linguagem, que possibilitaria seu pedido e a consequente realização da comunicação (MARTON, 2009, p.179). A consciência, segundo a filosofia nietzschiana, seria derivada da relação que o homem estabelece com o mundo ao seu redor (MARTON, 2010a, p.137). Safranski reafirma esta noção de que para Nietzsche a consciência é derivada de uma necessidade do coletivo:

Na verdade, consciência é apenas uma rede de ligações entre ser humano e ser humano. Nessa rede de ligações a linguagem funciona como signo de comunicação. Naturalmente há outros signos de comunicação: o olhar, o gesto, as coisas formadas, todo um universo simbólico no qual acontecem as comunicações. Nietzsche conclui daí que a consciência não pertence, na verdade, à existência individual do ser humano, mas muito antes àquilo que nele é de natureza comunitária e de rebanho (SAFRANSKI, 2001, p.196-197; grifos do autor).

Em *Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral*, Nietzsche aponta que o indivíduo que se encontra em contraposição com os demais se utiliza de sua capacidade intelectual para a representação. Já que o homem precisa por necessidade existir em coletividade, imediatamente se faz necessário um tratado de paz, que cessaria os possíveis atritos entre distintos indivíduos. Esse acordo de paz seria um primeiro passo a caminho da verdade. Assim, a verdade seria uma designação válida e obrigatória concedida às coisas. E é por meio da linguagem que, segundo Nietzsche, chegamos a essas designações (NIETZSCHE, 1999, p.54). Conforme Nietzsche, as palavras designam a relação dos homens com as coisas:

As diferentes línguas, colocadas lado a lado, mostram que nas palavras nunca importa a verdade, nunca uma expressão adequada: pois senão não haveria tantas línguas. A “coisa em si” (tal seria

justamente a verdade pura sem consequências) e, também para o formador da linguagem, inteiramente incaptável e nem sequer algo que vale a pena. Ele designa apenas as relações das coisas aos homens e toma em auxílio para exprimi-las as mais audaciosas metáforas (NIETZSCHE, 1999, p.54).

Assim, no pensamento nietzschiano, a nomeação fornecida às coisas não corresponde a sua essência, mas tão somente a metáforas das coisas. Os conceitos das palavras são gerados através da “igualação do não igual”, ou seja, para Nietzsche, ao formular uma designação qualquer, desconsidera-se o individual e o efetivo, resultando deste processo o conceito. O filósofo nos fornece o seguinte exemplo:

Denominamos um homem “honesto”; por que ele agiu hoje tão honestamente? – perguntamos. Nossa resposta costuma ser: por causa de sua honestidade. A honestidade! [...] O certo é que não sabemos nada de uma qualidade essencial, que se chamasse “a honestidade”, mas sabemos, isso sim, de numerosas ações individualizadas, portanto desiguais, que igualamos pelo abandono do desigual e designamos, agora, ações honestas; por fim, formulamos a partir delas uma qualitas occulta com o nome: “a honestidade” (NIETZSCHE, 1999, p.56).

Dessa forma, por conviver em sociedade, e considerando a relação de linguagem que essa coexistência humana implica, o homem passou a acreditar já possuir consciência e não se preocupou em adquiri-la, sendo que assim foram incorporados, em nossa consciência, apenas nossos erros, e devido a isso vivemos e convivemos constantemente com o sentimento de culpa (NIETZSCHE, 2001, p.62-63). Já a boa consciência, segundo Nietzsche, é uma forma do homem concretizar os preceitos e lições morais socialmente impostos, assim é um modo do indivíduo sentir-se isento de dívidas para com a sua sociedade. Vejamos o que o filósofo aponta a respeito:

O homem, um animal complexo, mendaz, artificioso e opaco, inquietante para os outros animais menos por sua força que por sua astúcia e esperteza, inventou a boa consciência para finalmente fruir sua alma como algo simples; e toda a moral é uma resoluto e prolongada falsificação graças à qual se torna possível, sobretudo, uma fruição na contemplação da alma (NIETZSCHE, 2014, p.237).

Ainda que a consciência seja uma noção criada, sobretudo a partir de concepções e relações sociais, ela faz parte dos indivíduos, de modo que alguns chegam a apontá-la como a principal característica que distinguiria os homens dos animais. No

entanto, Nietzsche recusa esta noção, pois acredita que a consciência foi um meio que o homem encontrou para facilitar sua sobrevivência. Para tanto, o filósofo admite a hipótese de que a consciência possui inclusive uma origem biológica, sobre a qual Scarlett Marton, pelo viés de Nietzsche, faz a seguinte reflexão:

“A consciência é a última e mais tardia evolução da vida orgânica”, afirma, “e, por conseguinte, o que existe nela de mais inacabado e mais frágil”. Antes de mais nada, recusa que ela possa constituir o traço distintivo entre o homem e o animal. A seu ver, no embate com o meio, os seres vivos – homens e animais – munem-se de órgãos que lhes facilitam a sobrevivência; e a consciência seria apenas um deles. Rejeita ainda a oposição entre sentidos, impulsos, instintos, de um lado, e espírito, conhecimento, consciência, de outro (MARTON, 2009, p.176).

Segundo a proposição nietzschiana, para remontar ao nascimento da consciência e do sentimento de culpa, devemos recorrer à esfera das obrigações legais, assim como junto da consciência e da culpa há surgimento do sentimento de justiça (NIETZSCHE, 2009, p. 48 a 50). Nietzsche afirma que esses sentimentos originaram-se na relação do credor e do devedor. Fazer o outro sofrer, desprezando e maltratando como forma de restituição de uma dívida do devedor em relação ao credor, se tornava prazeroso e gratificante para aquele que infligia sofrimento (credor) ao outro.

Na medida em que aquele que se sentia prejudicado (credor) trocava o dano, e o desprazer pelo dano, por um prazer em causar o sofrer em seu devedor, isto é, o credor impunha a seu devedor uma dor e com isso se sentia recompensado, seu devedor adquiria a noção de estar em dívida com outros, sentimento que na perspectiva nietzschiana origina a culpa. Logo, o sofrimento se converte em um modo de compensação para a dívida, concedendo o direito à crueldade ao credor (NIETZSCHE, 2009, p.50).

A crueldade humana ou ao menos a predileção da humanidade pela crueldade é notável. Sentimo-nos frequentemente fascinados e de certo modo buscamos compreender o que conduz um indivíduo à prática de atos impiedosos e cruéis, a prática do mal, propriamente dito. Nietzsche observa que a crueldade faz parte da história da humanidade, e tem razão ao fazê-lo, pois é possível perceber que nossa história é repleta de atos cruéis, como as guerras, e mesmo a violência que presenciamos cotidianamente

nas ruas de todas as grandes cidades – ações que de um modo ou de outro são frutos do mal. E, quando prejudicamos o outro, causamos dano ao coletivo.

E esta propensão do ser humano para atos de crueldade é observada por Nietzsche, que sustenta a seguinte tese: “Sem crueldade não há festa: é o que ensina a mais longa história do homem – e no castigo há muito de festivo” (NIETZSCHE, 2009, p.51). Por conseguinte, quando o credor inflige sofrimento a seu devedor, ele está de certa forma praticando um ato de crueldade que por sua vez irá incutir no devedor o sentimento de culpa de estar em dívida, gerando no devedor sua má consciência. Desse modo, a má consciência, na perspectiva nietzschiana, corresponde à “consciência de culpa” e o constante “sentimento de ter dívidas”, sobretudo com a figura de Deus.

É neste aspecto que vemos a moral religiosa ser incorporada, pois, segundo Nietzsche, o prazer em atos de crueldade não estaria totalmente extinto, mas foi transposto para o plano psíquico e imaginativo, apresentado através de termos inofensivos, como por exemplo o que chama de *les nostalgies de la croix* [as nostalgias da cruz] (NIETZSCHE, 2009, p.53). Note-se que o ser humano continua sentindo uma intrínseca necessidade de atos cruéis, como já havíamos observado anteriormente. Contudo, com a organização social e moral estabelecidas, estas ações impiedosas já não eram mais cabíveis e, portanto, houve a necessidade de certa forma de reeditar essa crueldade, de modo que ela se tornasse aceitável do ponto de vista moral-religioso e por isso os indivíduos passaram a justificar a crueldade pelo viés cristão.

Como já dissemos, o sentimento de culpa teve sua origem na relação pessoal entre comprador e vendedor, credor e devedor. Esta foi a primeira vez em que se mediou uma pessoa com outra (NIETZSCHE, 2009, p.54). O homem mais forte e agressivo, nobre e corajoso possui a melhor consciência; logo quem carrega na consciência a invenção da “má consciência” é o homem do ressentimento. Inclusive a esfera do direito foi predominantemente dominada por homens ativos e agressivos, segundo Nietzsche (NIETZSCHE, 2009, p.58).

Assim que o homem se percebeu submetido a doutrinações sociais, notando que já não havia contra quem voltar seus impulsos negativos, como ódio, a vingança e a crueldade, ele imediatamente passou a internalizá-los, originando a má consciência. Logo, esse ponto da filosofia nietzschiana é muito importante para a análise de nosso tema. Diante disso, na concepção de Nietzsche, a má consciência se origina no território

do “ressentimento”, a partir do instante no qual o homem voltou para o seu interior todos os sentimentos socialmente negativos.

Nietzsche observa na *Genealogia da moral*, a respeito do surgimento da má consciência, que foi o homem selvagem e não domesticado, quem inventou a má consciência, a partir do instante em que seus instintos se viram obrigados a se voltarem para seu interior. Nas palavras de Nietzsche, “a hostilidade, a crueldade, o prazer na perseguição, no assalto, na mudança, na destruição – tudo isso se voltando contra os possuidores de tais instintos: esta é a origem da má consciência” (NIETZSCHE, 2009, p. 68). Com base nesses argumentos, percebemos que o filósofo estabelece uma distinção, embora sutil, entre a origem da consciência, e a má consciência propriamente dita.

Uma questão interessante e pertinente levantada por Nietzsche está relacionada à problemática das bruxas, que, embora não tivessem nenhuma culpa, acabavam acreditando serem bruxas dotadas de poderes malévolos. Ou seja, de certo modo, o fato de alguém sentir-se culpado ou pecador não significa que o seja realmente (NIETZSCHE, 2009, p.110). A respeito disso, Hannah Arendt reflete: “Em termos morais, é tão errado sentir culpa sem ter feito nada específico quanto sentir isenção de toda culpa quando se é realmente culpado de alguma coisa” (ARENDR, 2004, p.90).

Desse modo, é notável que nem todos aqueles indivíduos que se sentem acometidos pelo sentimento de culpa realmente o são. Assim, podemos estender a assertiva nietzschiana e relacioná-la com Joana, de *Perto do coração selvagem*, uma vez que a personagem se sente culpada por inúmeras situações e fatos, sendo que não há efetivamente a existência dessa culpa. Retomaremos mais adiante esse ponto crucial na análise nos seus pormenores. Além disso, podemos pensar na história das mulheres. Se considerarmos a recorrência da ideia de que o sexo feminino é dotado de poderes maléficos, o peso da culpa recai sobre elas. Um exemplo emblemático é Eva, que foi expulsa do paraíso como castigo por haver provado do fruto proibido.

Ainda quanto ao sentimento de culpa, essa emoção foi refreada, sobretudo pelo castigo, ao menos no tocante às vítimas de violência punitiva (NIETZSCHE, 2009, p.65). O castigo é uma forma de neutralização para impedimento de novos danos, ou até mesmo pagamento de um dano ao prejudicado (NIETZSCHE, 2009, p.63-64). O castigo é um modo de gravar na memória, e despertar o sentimento de má consciência e de

culpa (NIETZSCHE, 2009, p.64), produzindo no homem o medo e este, por sua vez, acaba intensificando a prudência e o controle dos impulsos. Com isso, “o castigo doma o homem” (NIETZSCHE, 2009, p.66). Logo, este processo se fez necessário à medida que o homem se viu envolto em uma organização social (NIETZSCHE, 2009, p.67).

Entretanto, se o indivíduo é obrigado a se domar para agir em pleno acordo com seu meio social, ele termina não exteriorizando alguns sentimentos e esses, por sua vez, se voltam para dentro, formando a interiorização do homem, sendo desse modo que se forma o que é denominado religiosamente como “alma”. (NIETZSCHE, 2009, p.67). Assim, sentimentos negativos como crueldade, destruição e hostilidade acabam se voltando contra os possuidores de tais sentimentos, sendo esta a concepção da má-consciência, como já havíamos abordado anteriormente (NIETZSCHE, 2009, p.68).

Nietzsche observa que “o advento do deus cristão, o deus máximo até agora alcançado, trouxe também ao mundo o máximo de sentimento de culpa” (NIETZSCHE, 2009, p. 73). A crueldade reprimida no homem, e seu “aprisionamento” social fizeram com que esse desenvolvesse a má consciência para se fazer mal. Nesse processo de automartírio, a suposição religiosa colabora para a formação do sentimento de culpa (NIETZSCHE, 2009, p.75).

Logo, nessa crueldade psíquica que o homem produz sobre ele mesmo, sobressai o desejo de sentir-se culpado e desprezível, de se sentir castigado. Contudo, isso se forma por um castigo não equivalente ao tamanho de sua culpa. Para esquivar-se desse processo, ele constrói um ideal, “o do Santo Deus”, e assim, a partir desta figura, o homem adquire certeza de sua “total indignidade” (NIETZSCHE, 2009, p.75). Em suma, na concepção nietzschiana, o homem não é criação divina, pois ocorre precisamente o contrário, melhor dito, Deus é a verdadeira criação humana (NIETZSCHE, 2001, p.35). Assim como na filosofia nietzschiana, a morte de Deus simboliza, sobretudo, a perda do “mundo suprassensível” que fundamentava as questões éticas e morais. Através da perda deste “mundo”, surge a necessidade de asserção de novos valores morais (MARTON, 2009, p.70).

No que se refere à interpretação da noção de pecado nietzschiana, o filósofo afirma ser a “reinterpretação sacerdotal da má consciência animal” o maior e mais eficiente artifício de doutrinação do ser humano (NIETZSCHE, 2009, p.120). Devido a esta visão religiosa, “agora estamos condenados à visão desse novo doente, ‘o pecador’”

(NIETZSCHE, 2009, 121). O cristianismo contribuiu para o ceticismo moral, amargurando e anulando em cada ser humano a crença em suas próprias “virtudes”. Enfim, aplicamos o mesmo ceticismo a todos os processos religiosos, como pecado, arrependimento, graça, santidade (NIETZSCHE, 2001, p.145-146).

Ainda quanto ao pecado, Nietzsche afirma que o pecado como o conhecemos atualmente tem sua origem judaica, tendo como pano de fundo a moralidade cristã. O cristianismo buscou judaizar o mundo inteiro. Na Antiguidade grega, os indivíduos eram desprovidos do sentimento de pecado, sendo que essa noção como a conhecemos atualmente causaria risos aos gregos. Na compreensão judaica, todo pecado é uma ofensa ao respeito, um crime contra a divindade. Em contrapartida, na perspectiva grega, mesmo o delito pode ser digno, e, justamente por sua necessidade de atribuir e incorporar dignidade ao delito, os gregos inventaram a tragédia (NIETZSCHE, 2001, p.152-153).

O pecado é uma forma de doutrinar os indivíduos, fazer com esses busquem evitar a prática do mal. Quando praticamos o mal, logo estamos em dívida com Deus e somos atormentados pela culpa que não nos deixa tranquilos. Do mesmo modo acontece quando cometemos atos carregados de maldade: somos julgados por nossa sociedade e estabelecemos uma dívida com a mesma. Em síntese, o pecado é guiado pela perspectiva de quebra dos mandamentos divinos; em contrapartida, a má consciência se estabelece pela quebra das regras sociais, conhecidas como leis, e a partir desse rompimento das proposições impostas nos sentimos culpados. Por consequência, a culpa, o pecado e a má consciência são um modo de buscar nos abstermos de qualquer atividade maléfica, de evitarmos o mal que atormenta a civilização desde seu surgimento.

1.4 Sentimentos associados ao mal

Desde os primórdios da humanidade, a noção de mal permeia o imaginário dos indivíduos e, como consequência, o termo adquiriu a acepção de algo dotado de caráter negativo e assustador. Vários sentimentos foram associados ao conceito de “mal”, como uma forma de representação e manifestação do que é reconhecido por maldade. Dentre

eles, temos aqueles mais evidentes: a raiva, o ódio, e a vingança. Note-se que todas essas emoções são constantes na literatura, representando as principais manifestações do mal.

Quanto à vingança, essa está intimamente relacionada à noção de compensação e de equivalência. No momento em que nos sentimos prejudicados, de algum modo, imediatamente ansiamos por vingança. A fundamentação de que a vingança consiste em uma lei de correspondência está na lei do Talião, “olho por olho, dente por dente”, que expressa de forma clara que o castigo deve ser equivalente ao dano causado, para que haja uma compensação ao prejuízo da parte que se sente lesada. E junto com o desejo de vingança vem associado o ódio, e a raiva daquele que foi o causador do agravo e do sofrimento.

O sentimento de ódio se estabelece a partir de uma repulsa extrema por algo, ou mais precisamente por alguém. Entretanto, o ódio pode ser dirigido não somente a pessoas, mas também a memórias e mesmo a determinadas situações. É um sentimento que pode ser associado ao medo, pois de certa forma odiamos tudo aquilo que pode nos afetar, ou nos prejudicar de alguma forma. Quando somos absorvidos pela emoção de ódio, nos comportamos em um primeiro momento tendendo a evitar o causador do sentimento, e logo, em um segundo momento, ansiamos pelo prejuízo do que nos provoca tal sentimento.

É necessário ressaltar que o ódio também se caracteriza por ser uma emoção violenta, podendo resultar inclusive em agressões que podem ser físicas, verbais, ou psicológicas, pois é amiúde este sentimento que desperta a nossa raiva. Quando sentimos ódio, independentemente de ser por algo ou por alguém, o experimentamos porque acreditamos ser essa a fonte de nossa infelicidade. Imediatamente, passamos a ansiar por algo na direção do aniquilamento dessa perturbação causada pelo outro, e assim desejamos fazer-lhe mal.

Contudo, vale questionarmos se o ódio é sempre indesejado ou existem momentos que, ao contrário, se busca alimentar esse sentimento nos sujeitos. Por exemplo, durante um período de tensão política e militar, o ódio é instigado nos indivíduos, principalmente se há possibilidade ou iminência de uma guerra entre nações. Nesse momento, passa a ser creditada ao sentimento de ódio uma necessidade, ou seja,

ele se torna essencial a fins determinados. Em síntese, há momentos em que a própria sociedade abre ressalvas em sua moral para a permissão de um sentimento como ódio.

No entanto, segundo a moral cristã, sabemos que o ódio por outro ser humano, sem motivo razoável previamente estabelecido, é severamente reprovado por Deus. Assim como é reprovada a raiva. Quanto a essa, sabemos que geralmente ela vem acompanhada do ódio ou até mesmo o desencadeia. A raiva é um sentimento que apresenta expressiva quantidade de termos para definir a mesma emoção, segundo as nomeações incorporadas pelo senso comum, como, por exemplo, a fúria, ira, cólera e rancor. O sentimento de raiva, assim como o ódio, é uma emoção violenta que em alguns casos implica comportamento agressivo.

Além disso, é um dos sentimentos que irremediavelmente conduz à culpa, já que o indivíduo, ao ser tomado por raiva, atua instintivamente, agindo e expressando suas emoções mais primitivas, das quais posteriormente pode se arrepender, de modo a desencadear assim o seu sentimento de culpa. Essa é uma das razões que faz com que grande parte dos indivíduos prefira conter a raiva, doutrinando essa emoção para que não se torne corporalmente expressa.

No momento em que somos tomados pela raiva, somos imersos nos mais perturbadores pensamentos. Entretanto, cada um tem sua própria forma de expressá-la, seja tentando conter, ou sendo arrebatado por uma fúria desproporcional. Em suma, todos esses sentimentos citados anteriormente possuem um caráter socialmente negativo, são associados ao mal, considerados a representação e a força motriz da maldade humana.

Seguindo a perspectiva nietzschiana, a causa desses sentimentos negativos se enraíza no sofrimento, pois todo sofredor busca uma causa para seu sofrimento. Especificando que o intuito é encontrar um agente culpado passível de sofrimento, a procura é por alguém em quem se possa descarregar os afetos, uma vez que livrar-se desses sentimentos é uma forma de alívio (NIETZSCHE, 2009, p.108). Em síntese, trata-se de deslocar o desejo de dor e destruição para o exterior do indivíduo, voltando-o para os demais sujeitos sociais.

Ao buscar a origem dos sentimentos negativos como despeito, inveja, rancor, ódio e vingança, Nietzsche afirma que todos esses são frutos do espírito do ressentimento. Eles são considerados como afetos reativos. Contudo, Nietzsche discorda

da noção de que a justiça tenha sido derivada a partir de afetos reativos, pois segundo o filósofo: “O homem ativo, violento, excessivo, está sempre bem mais próximo da justiça que o homem reativo” (NIETZSCHE, 2009, p.58).

Observando-se que o filósofo distingue os homens em ativos e reativos, Nietzsche também estabelece uma distinção semelhante em relação aos sentimentos. Logo, os homens ativos seriam os “nobres”, e os reativos os “escravos” da moral nietzschiana. Já quanto aos sentimentos, o ódio, o rancor e o desejo de vingança seriam reativos; em contrapartida, “os afetos como a ânsia de domínio, a sede de posse, e outros assim” seriam caracteristicamente ativos (NIETZSCHE, 2009, p. 58). Oswaldo Giacoia Junior reflete acerca do surgimento da justiça a partir da filosofia nietzschiana, de modo a estabelecer contraste com os sentimentos negativos: “Assim, o incipiente sentimento de justiça não germina originalmente no solo do ressentimento e dos sentimentos reativos, em geral, mas justamente na superação da perspectiva da vingança privada” (GIACOIA JUNIOR, 2013, p.80).

Entretanto, aquele indivíduo que se encontra insatisfeito consigo mesmo está sempre predisposto a se vingar, não importando em quem, de modo que os demais acabam se tornando alvos desse desejo desenfreado por vingança, e essa, por sua vez, se converte em uma forma de compensação (NIETZSCHE, 2001, p. 195-196). Esse desejo por vingança muitas vezes é causado pela comparação que um indivíduo faz em relação ao outro de forma a sentir-se menosprezado, desencadeando o sentimento de inveja que, por consequência, conduz ao desejo de vingança. Esse último faz parte da natureza humana. Vingar-se e ansiar por vingança constituem facetas dos seres humanos, mesmo que em alguns casos seja algo momentâneo. Em relação à personagem Joana, de *Perto do coração selvagem*, vemos esse desejo de vingança em relação à Lídia, a amante de seu marido. Entretanto, como será desenvolvido durante a análise desse texto, Joana se tranquiliza e seu impulso vingativo se atenua.

Cumprido destacar que, baseado na referência do senso comum, o desejo de vingar-se está relacionado com a ideia de fazer a outra parte sofrer o que sofreu aquele que se sente lesado de algum modo, assim como garantir que não seja capaz de repetir o mal nunca mais. Contudo, em alguns casos o anseio por este “equilíbrio de forças” se irrompe de tal forma que o mal infligido extrapola o mal que foi efetivamente causado e originou a vingança. Em Joana, como veremos adiante em nosso estudo, o desejo de

vingança brota impetuosamente, mas do mesmo modo como surge ele vertiginosamente se atenua.

Esse caráter passageiro do desejo de vingança, assim como irrompe no indivíduo em seguida desaparece, abre prerrogativas para questionarmos se este sentimento realmente se dissipou. Como vimos segundo a filosofia de Nietzsche, alguns sentimentos são internalizados, formando a má consciência humana, como é o caso do anseio por vingança, da raiva e do ódio. A introjeção desses sentimentos faz com que o indivíduo almeje por se livrar desse sofrimento. Assim, no âmbito psíquico, ele provoca essa descarga de “afetos vingativos”. Contudo, essa promove apenas uma amenização dos sentimentos e não a extinção dos mesmos. Não obstante, esse efeito de “vingança inconclusa” mantém o desejo do indivíduo de encontrar os culpados para puni-los, sendo essa uma forma que o sujeito encontra para aliviar seu sofrimento, e sua consciência (GIACOIA JUNIOR, 2013, p.193).

É pertinente nos questionarmos como esses sentimentos de rancor e reação se manifestam nos indivíduos, e como podemos percebê-los. Nossos sentimentos e emoções possuem a mesma dificuldade que nossos órgãos interiores para se tornarem visíveis, ou parte do mundo das aparências, como define Hannah Arendt, em *A vida do espírito*. Tudo aquilo que nos permitimos externalizar de algum modo já passou pela censura de nosso pensamento. Assim, a manifestação de um sentimento nunca é genuinamente como foi apresentado em sua origem. No excerto que segue, a filósofa esclarece sua proposição:

Toda *demonstração* de raiva distinta da raiva que sinto já contém uma reflexão que dá à emoção a forma altamente individualizada, significativa para todos os fenômenos de superfície. Demonstrar raiva é uma forma de auto-representação: eu decido o que deve aparecer. Em outras palavras, as emoções que sinto não são mais apropriadas para serem exibidas, em seu estado não adulterado, do que os órgãos interiores pelos quais vivemos. É verdade que eu jamais poderei transformar as emoções em aparências se elas não me impelirem a isto e se eu não as sentisse como sinto outras sensações que me mantêm cômico do processo vital interior. Mas o modo como elas se manifestam sem a intervenção da reflexão e a transferência para a linguagem – pelo olhar, pelo gesto, pelo som inarticulado – não é diferente da maneira pela qual as espécies animais superiores comunicam emoções similares entre si ou para nós (ARENDR, 2002, p.26).

As nossas emoções possuem uma intrínseca relação com o nosso corpo. Manifestamos grande parte do que sentimos através de nossas expressões, gestos e olhares, como observamos na própria citação de Arendt. No entanto, como já havíamos salientado, elegemos o modo como estas emoções se manifestam, já que nossos sentimentos são manipulados pela reflexão do pensamento. O modo como nos apresentamos aos demais sempre revela algo e ao mesmo tempo busca ocultar outros sentimentos. Assim, quando sentimos e externalizamos o perdão e a piedade, podemos estar tentando ocultar um desejo de vingança. A esse processo Hannah Arendt define como *semblância*, pois o aparente perdão se converte em mera *semblância* (ARENDR, 2002, p.30).

Além disso, precisamos considerar que Arendt fornece uma distinção entre alma e espírito. A alma corresponde às nossas emoções e sentimentos, já o espírito tem como única forma de manifestação o “*alheamento*” em relação ao mundo exterior. Em contrapartida, a alma possui sua própria forma de manifestação, pois conseguimos perceber quando um indivíduo está envergonhado, com raiva ou triste, e de certo modo necessitamos do controle reflexivo do pensamento para impedir que as emoções se manifestem em seu estado original (ARENDR, 2002, p.57).

Outra forma de contenção dos sentimentos de rancor e reação é a instituição da lei, a declaração do que é permitido ou não. Desse modo, com a instauração da lei os abusos e ofensas à lei passam a ser vistos como revoltas contra a autoridade, e assim é viável conseguir o oposto do que deseja a vingança, que faria valer somente o ponto de vista do prejudicado. Dessa forma, “*justo*” e “*injusto*” passam a existir a partir da existência da lei e não a partir do ato ofensivo (NIETZSCHE, 2009, p.59). Nesse sentido, após a instauração das leis que determinam como os sujeitos devem agir, as manifestações do ressentimento passam a serem contidas. A instituição das leis atua como um meio de deter o desejo de vingança do ressentido, a partir dela todos os impulsos do ressentimento (ódio, raiva, vingança) são socialmente refreados e imediatamente substituídos pelas reparações que as leis podem fornecer aos indivíduos sociais.

Em suma, são os sentimentos que realmente apreciamos aqueles que nos fazem sentir prazer, nos sentir realizados que definem as nossas escolhas morais, é a partir de nossas experiências sentimentais que elegemos como desejamos agir e que tipo de

pessoa queremos ser. No entanto, não significa que não possamos sentir raiva, ódio, inveja ou desejo de vingança. Esses são sentimentos que fazem parte da constituição psicológica humana, tanto quanto aqueles que são tidos como expressões de bem e de bondade humana. Entretanto, devemos estar sempre atentos com o que fazemos com nossas emoções, sejam elas de más ou boas origens, pois as mesmas não afetam somente o exterior, mas atingem principalmente nosso interior.

Com isso, temos uma breve abordagem de como se configurou algumas das questões e problemáticas que até o presente momento configuram a humanidade, como o bem, o mal, o pecado, a culpa e a má consciência. Ressaltando que muitas destas características que observamos podem ser analisadas segundo os personagens de Clarice Lispector, especialmente no comportamento e discurso de Joana, em *Perto do coração selvagem*, como veremos a seguir.

2. ASPECTOS DO MAL CLARICIANO

A proposta de trabalho deste capítulo consiste em analisar, no tocante à temática do mal, quatorze crônicas de Clarice Lispector, selecionadas previamente e publicadas inicialmente pelo *Jornal do Brasil* e posteriormente reunidas na obra *A descoberta do mundo* (1999). Dentre as crônicas selecionadas, estão “Tortura e glória”, “As caridades odiosas”, “O impulso”, “Dies Irae”, “Deus”, “Hoje nasce um menino”, “Perdoando Deus”, “Restos do carnaval”, “Travessuras de uma menina”, “Nossa truculência”, “Doar a si próprio”, “Só como processo”, “Do modo como não se quer a bondade”, e “Perfil de um ser eleito”. Nosso propósito com a análise das crônicas é apresentar a recorrência da temática do mal nos textos de Clarice Lispector. Também temos o propósito de chamar a atenção para os sentimentos associados ao mal. E ainda buscamos mapear em que medida esse mal é reflexo de uma moral religiosa e de pré-concepções sociais.

Para analisarmos o referido tema, utilizaremos pontos da teoria de Friedrich Nietzsche, desenvolvidos em *A gaia ciência*, *Além do bem e do mal* e *Genealogia da moral*, assim como pontos da teoria de Hannah Arendt, desenvolvidos em *Responsabilidade e julgamento* e a *A vida do espírito*. As crônicas foram agrupadas em subcapítulos, segundo seu eixo temático. Portanto, aquelas que se detiveram no conceito de crueldade e maldade correspondem ao primeiro subcapítulo, aquelas que nos apresentavam a figura divina e a relação religiosa com o conceito de mal foram incorporadas ao subcapítulo “A bondade, Deus e a moral”. Já os textos que propiciavam uma análise da origem da culpa e sua relação com o mal foram agrupados sob o subtítulo de “A culpa em decorrência do mal”. E por último propomos o subcapítulo “O embate entre o bem e o mal”, no qual constam as crônicas em que o enfrentamento entre ambas as concepções ocorrem de modo explícito ao leitor.

Cabe salientar que o estudo das crônicas será parte introdutória à temática do mal na obra de Clarice Lispector. Nosso intuito é analisar de que forma Clarice Lispector constrói a ideia de mal, e quais os elementos estão relacionados a esta conceituação, estabelecendo um fecundo diálogo com o *corpus* teórico escolhido. Além disso, sabemos que nas crônicas claricianas se teceu algo da criação da persona Clarice Lispector, na qual vida e obra se entrelaçaram indissolivelmente. Assim, através do estudo das crônicas claricianas nos aproximaremos da visão de maldade que possuía a

autora. Além disso, esse levantamento das características do mal clariciano, e como esse se manifesta nas personagens de Clarice Lispector, auxiliará na análise e fundamentação posterior do romance *Perto do coração selvagem*.

2.1 Clarice e o *Jornal do Brasil*

Clarice Lispector passava por problemas de ordem financeira quando recebeu a proposta de escrever crônicas¹ para o *Jornal do Brasil*. Embora contrariada, já que a autora não se sentia à vontade com este gênero jornalístico e literário, ela aceita e inicia a escrever para o periódico em 19 de agosto de 1967, publicando no jornal até 29 de dezembro de 1973 (GOTLIB, 1995, p.373). A escritora temia o gênero crônica devido ao seu receio de tornar-se pessoal demais, de expor demasiadamente sua vida, como vemos nas ideias expostas por ela na crônica “Anonimato”, publicada em 10 de fevereiro de 1968:

Tantos querem a projeção. Sem saber como esta limita a vida. Minha pequena projeção fere o meu pudor. Inclusive o que queria dizer já não posso mais. O anonimato é suave como um sonho. Aliás eu não queria mais escrever. Escrevo agora porque estou precisando de dinheiro. Eu queria ficar calada. Há coisas que nunca escrevi, e morrerei sem tê-las escrito. Essas por dinheiro nenhum. Há um grande silêncio dentro de mim. E esse silêncio tem sido a fonte de minhas palavras. E do silêncio tem vindo o que é mais precioso que tudo: o próprio silêncio (LISPECTOR, 1999, p.76).

¹ Por crônica entendemos o gênero que teve seu surgimento atrelado ao jornal impresso, alçando uma maior visibilidade pública no momento em que esse se tornou acessível, sendo definitivamente incorporado ao cotidiano dos mais diversos cidadãos. Antonio Candido afirma que a crônica poderia ser considerada um gênero legitimamente brasileiro, pelo modo como se adaptou e se desenvolveu na cultura brasileira (CANDIDO, 1992, p.15). Inicialmente o gênero literário consistia nos antigos folhetins dos jornais. Ou seja, eram artigos de jornais que vinham em rodapé, geralmente sobre acontecimentos cotidianos, como política, questões artísticas e sociais. “Aos poucos o “folhetim” foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância” (CANDIDO, 1992, p.15).

Isso é justamente o que acaba ocorrendo por meio dos sete anos de parceria entre Clarice e o *Jornal do Brasil*. Através das crônicas a autora termina por se desvelar diante de seu público leitor. É possível delinear seu perfil não só enquanto escritora, mas também como mãe, mulher, amiga e irmã. Através dos textos jornalísticos de Clarice, vemos surgir um pouco das pessoas que convivem com a escritora, seu relacionamento com artistas e até seus posicionamentos sobre temas sociais.

As crônicas publicadas no *Jornal do Brasil* são reunidas posteriormente na obra *A descoberta do mundo*. Na referida obra, temos os textos publicados por Clarice, sendo que alguns desses são contos e trechos de romances da autora que já haviam sido publicados ou estavam para o serem. Além disso, temos nas crônicas de Clarice uma profusão de temas que vão desde o cotidiano da autora até questionamentos de caráter reflexivo, como o sentimento de culpa, a maldade e a bondade do ser humano, temática essa que corresponde ao foco de nosso estudo. É notável que, ao longo de uma leitura atenta da obra *A descoberta do mundo*, em determinados textos há um embate entre a bondade e a maldade, entre o bem e o mal, e é precisamente este confronto que nos conduz irremediavelmente ao sentimento de culpa, amplamente trabalhado por Clarice Lispector.

2.2 A maldade e a crueldade

Os sentimentos de maldade e de crueldade fazem parte da constituição humana. Todos são capazes de atos benevolentes, tanto quanto somos aptos a ações malévolas. Freud, em *Além do princípio do prazer*, propõe que os acontecimentos mentais se dão através de uma tensão desagradável, e que adquire uma direção na qual o resultado é uma redução da tensão, ou seja, uma evasão do desprazer e a busca por prazer; a esse processo psíquico Freud define como “princípio do prazer” (2010, p.121). Como exemplo da atuação do princípio do prazer, Freud cita a compulsão à repetição infantil que ele denomina de “Princípio da constância”. Ele observa que nas brincadeiras infantis as crianças tendem a repetir uma experiência até que ela passe do papel passivo ao ativo, ou seja, a criança deixa de ser dominada pela experiência e passa a dominá-la (2010, p.127).

As manifestações da compulsão à repetição apresentam, segundo Freud, um alto grau instintual (2010, p.146). Freud define como instinto: “Um instinto seria um impulso, presente em todo organismo vivo, tendente à restauração de um estado anterior (...)” (2010, p.147-148). Assim, os instintos que impelem à repetição são os de conservação. O objetivo dos instintos de conservação é a retomada de um estado antigo, ou inicial do qual a entidade viva se afastou e procura retornar através dos diversos estágios de desenvolvimento. Imediatamente se considerarmos que tudo o que vive morre por razões internas, tornando-se novamente inorgânico, chegaremos, segundo Freud, à conclusão de que “o objetivo de toda vida é a morte” (2010, p.149).

Os instintos de autoconservação possuem a função de garantir que o organismo seguirá seu próprio ciclo rumo à morte, afastando todos os modos de retorno à vida inorgânica que não correspondam efetivamente ao próprio organismo, pois ele deseja morrer apenas do seu próprio modo (2010, p.150). Em contrapartida, segundo Freud, nos instintos sexuais, o processo não é o mesmo. Neste as células germinais retêm a estrutura da matéria viva e através de disposições instintuais herdadas e adquiridas, separam-se do organismo (2010, p.151). Os instintos que resguardam o destino desses organismos e os mantêm seguros contra os estímulos do mundo externo são os instintos sexuais. São conservadores como os demais, contudo de modo mais elevado à medida que são mais resistentes às influências externas. São os verdadeiros instintos de vida, operando contra os instintos de morte (2010, p.151).

Em síntese, os instintos de morte exercem uma pressão no sentido da morte, já os de vida no sentido de um alongamento da vida (2010, p.154). Ambos os instintos coexistem na psique dos indivíduos, assim somos tão aptos a desejarmos a vida quanto o somos para buscar a morte e a destruição, e os impulsos similares como a maldade e a crueldade humana. Com isso, notamos que tanto os bons impulsos considerados como positivos como aqueles considerados como negativos fazem parte da formação psicológica humana. Cabe observar se essa maldade potencialmente se efetiva, ou se na verdade esse mal é apenas consequência de uma interpretação moral. Não se trata de tentarmos negar ou negligenciar o mal, mas nosso empreendimento é tentar perceber como essa noção de maldade se formula e se propaga por séculos dentre os mais diversos povos e as mais distintas crenças.

A maldade e a crueldade são uma constante na obra de Clarice, como veremos adiante. Na crônica “Tortura e Glória”, publicada em 1967, a narração acontece em primeira pessoa, condição segundo a qual podemos observar a angústia da narradora, uma ávida leitora, que não tem condições financeiras para comprar livros, e logo recorre a uma colega cujo pai é dono de uma livraria. Contudo, esta colega parece aproveitar-se do desejo de contato com o mundo da leitura da personagem-narradora para exercer sobre esta o que a própria denomina de “tortura”.

O livro em questão é *As reinações de Narizinho*, de autoria de Monteiro Lobato, o qual a ávida leitora passa a ir pedir emprestado na casa da colega, recebendo sempre uma negação ao pedido. O fato curioso é que o livro estivera o tempo todo na casa, e a menina parecia não querer emprestá-lo, só o fazendo posteriormente por obrigação de sua mãe. Entre as duas personagens centrais da crônica, percebemos que há um contraponto; enquanto uma representa a pureza e a ingenuidade da infância, a outra tem atitudes que nos remetem à crueldade e à maldade, ainda que mascarados. Como é exposto pela própria narradora: “Mas que talento tinha para a crueldade. Ela toda era pura vingança, chupando balas com barulho” (LISPECTOR, 1999, p.27).

Consideremos a consequência do ato, como é proposto por Nietzsche no que ele denomina de período pré-moral, ou seja, “o valor ou o desvalor de uma ação era derivado de suas consequências: a ação em si interessava tão pouco quanto a sua origem” (NIETZSCHE, 2014, p.57). Com isso, o filósofo salienta que a intencionalidade de uma ação não seria relevante, mas que as consequências das atitudes e escolhas que fazemos possuem a verdadeira relevância. Podemos formular uma hipótese de que o intuito, ainda que não seja o de promover o padecimento da colega, e assim acentuar o caráter de maldade, a consequência é o sofrimento para a menina que vê sua leitura negada. Portanto, ela percebe na atitude da outra manifestações de ódio e de maldade. Em síntese, a maldade da “menina sardenta” se efetivaria na interpretação da outra que não obtém acesso ao livro almejado.

Assim, o mal se manifesta por meio do que poderia ser visto como o egoísmo da menina que detém o objeto de desejo da colega. Esse “mal” representado nesta crônica possui uma íntima relação com a moral social. Sabe-se que essa define que devemos ser bondosos e dividir o que temos com os demais. Daí decorre o horror da mãe da menina ao descobrir que a filha se negava a emprestar o livro à colega. Na

realidade, a decorrência do ato de negação é a identificação com traços de maldade e crueldade por aquela que não pode ter acesso a um bem tão almejado, a sua leitura. Portanto, a maldade da “menina sardenta”, como é descrita pela narradora a sua antagonista, consiste na consequência de seu ato, ou seja, o sofrimento alheio, e não em sua intencionalidade, fato que estaria em consonância com o que Nietzsche define como período pré-moral.

Percebemos que a narradora descreve sua antagonista como “pura vingança”, sendo este outro sentimento intrinsecamente relacionado ao mal e tido como representação característica de pessoas que praticam ações consideradas más. O desejo de vingança geralmente é fruto de um ressentimento, da sensação de prejuízo em relação a outrem. E é exatamente o que observamos no conto de Clarice, pois a menina que exerce uma tortura é descrita pela narradora da seguinte forma: “Ela era gorda, baixa, sardenta e de cabelos excessivamente crespos” (LISPECTOR, 1999, p. 27).

Em contrapartida, a menina narradora e as demais colegas eram descritas como “nós que éramos imperdoavelmente bonitinhas, esguias, altinhas, de cabelos livres” (LISPECTOR, 1999, p.27). Logo, é possível inferir que, em consequência do sentimento de inadequação estética, a menina sardenta parece buscar uma compensação, utilizando para isso o que era almejado pela outra menina, o livro. Assim, essa busca incessante pelo livro *As Reinações de Narizinho*, e a constante negação ao empréstimo do mesmo foi compreendida como um ato de maldade manifestado pelo egoísmo, se tornando uma tortura destrutiva. Entretanto, para a menina que ansiava por uma compensação em relação às colegas, foi apenas uma tentativa de se manter em critério de igualdade com os demais.

Por conseguinte, percebemos que existem muitos sentimentos relacionados e aliados ao mal, como na crônica que acabamos de analisar, na qual encontramos o ódio e o desejo de vingança como representações do mal. O ser humano possui uma tendência, possível e provavelmente inata em considerar como mal, tudo aquilo que de algum modo ele considera como prejudicial e danoso a si mesmo, fato relevante, pois como propõe Melanie Klein em *Inveja e gratidão* (1957), tanto o amor como o ódio são parte intrínsecas a formação de cada indivíduo. Como podemos observar:

Ao falar de um conflito inato entre amor e ódio, deixo implícito que a capacidade tanto para o amor quanto para impulsos destrutivos é, até

certo ponto, constitucional, embora varie individualmente em intensidade e interaja desde o início, com as condições externas (KLEIN, 1991, p.211).

Certamente é daí que decorre a dificuldade em estabelecermos um possível limite entre esta linha tão tênue que distingue o bem do mal, o que não significa que não possamos reconhecer e diferenciar o certo do errado, como nos propõe Kant através de seu Imperativo categórico (ARENDDT, 2004, p.125).

A importância social atribuída à necessidade de reconhecermos o certo e o errado, e principalmente de praticarmos atos bondosos, altruístas e desinteressados pode ser vislumbrada nos textos de Clarice. Na crônica “*As caridades odiosas*”, publicada em 06 de dezembro de 1969, narrado em primeira pessoa, temos uma mulher que caminha pela rua quando de repente sente que algo pegou em sua saia. Ao olhar, descobre tratar-se de uma criança. Este menino se encontra na porta de uma grande confeitaria e lhe pede um doce; a narradora lhe dá o doce. Posteriormente, a mulher toma um ônibus, onde se senta ao lado uma senhora com um bebê e essa, por sua vez, logo passa a lhe contar seus problemas financeiros. A narradora, sentindo-se sensibilizada pela situação da personagem, lhe dá o dinheiro para que esta possa terminar de pagar seu aluguel que estava atrasado.

Contudo, o que necessita ser salientando é a mistura de sentimentos socialmente representantes do mal que estão presentes nesta crônica. A narradora, ao mesmo tempo em que se sente tomada de bondade, sente um profundo sentimento de vergonha. Como vemos na fala da própria personagem, é dito: “Eu estava cheia de um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha” (LISPECTOR, 1999, p. 249). O que podemos inferir do comportamento da narradora é o sentimento de remorso que a deixa inquieta mesmo após a partida do menino, pois ela se sente culpada de haver sentido vergonha por ser abordada pela criança diante dos olhos atentos de outras pessoas que frequentavam a confeitaria. De modo mais preciso, a narradora descreve esse sentimento como uma autocrueldade que se transmuta em outros sentimentos: “Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem? O fato é que, quando atravessei a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos” (LISPECTOR, 1999, p.250).

Esta autocrueldade experienciada pela narradora está relacionada com o fato de que após o ocorrido ela passa a refletir acerca do acontecimento, e do modo como agiu, ela questiona se agiu corretamente ou não, e o porquê atuou daquele modo e sentiu-se envergonhada. A autocrueldade muito tem a ver com um sentimento de culpa, com a possibilidade de se sentir um indivíduo mau, mesmo quando se age com boas intenções. A autocrueldade consiste sobretudo no fato de que é possível ser generosa e bondosa com os demais, mas não consigo mesma. Os sentimentos despertados em relação a si mesmos são censura e o autossufrimento, como se já nascêssemos culpados. Com isso podemos refletir que o fazer sofrer não existe apenas em relação ao outro, mas também voltado para o próprio indivíduo, como já nos propunha Nietzsche:

Ao mesmo tempo, é preciso certamente enxotar a parva psicologia de outrora que apenas soube aprender da crueldade que ela surge à vista do sofrimento alheio: há também um gozo abundante, superabundante, no próprio sofrimento, no fazer sofrer a si mesmo (NIETZSCHE, 2014, p. 168).

Assim, a autocrueldade é um fazer mal a si mesmo, é sentir culpado, mas, nunca devidamente castigado. O sofrimento experimentado pela narradora, ao final do conto, sofre uma metamorfose, transformando-se em raiva. Estamos diante de mais um sentimento considerado como a manifestação do mal. Após dar o dinheiro para mulher pagar o aluguel, ela explica que a relação que se estabelece entre ambas é de uma raiva mútua. Porém, este sentimento parece não ser tão destrutivo por parte da narradora em relação a sua antagonista, o que comprova nossa observação de que essa autocrueldade experienciada pela narradora a impede de sentir-se rancorosa em relação aos demais. Por isso, podemos assegurar que ela faz um processo ao contrário, pois, diferentemente do que é usual em personagens planos, ou seja, exteriorizar os sentimentos, ela introjeta sua maldade, de forma a se autopunir e censurar.

Os sentimentos vinculados ao mal, quando se manifestam nos personagens o fazem com certo fervor, ou seja, essas emoções são intempestivas, surgem inesperadamente. Na crônica “O impulso”, publicada em 29 de março de 1969, narrada em primeira pessoa, e de caráter reflexivo, as proposições ficam em torno da impulsividade, do ato de tomar atitudes que poderiam ser consideradas como impensadas. Logo, a reflexão parte para a consequência desses impulsos, chegando à questão central do impasse de fazer o bem e fazer o mal.

Além disso, é levantada uma questão muito pertinente sobre os impulsos. A autora traz o problema da origem dos impulsos: “E mais: nem sempre meus impulsos são de boa origem” (LISPECTOR, 1999, p. 181). Quando ela apresenta esta problemática, podemos inferir daí que há nesses impulsos algo de bom ou algo de mau. Desse modo, podemos nos remeter à questão da consciência, e da moral social. A consciência de cada indivíduo é formada a partir do que Nietzsche denomina de “camisa de força social” (NIETZSCHE, 2014, p.163), ou seja, a moral formulada por regras embasadas, sobretudo no cristianismo e nas proposições de certo e errado, pensadas a partir desta moral. E ainda sobre a moral, Hannah Arendt acrescenta que essa consiste no fato de que as pessoas passaram a tentar evitar a prática do mal, a “abster-se de praticá-lo, a rejeitá-lo”, e esse costume de escapar-se do mal foi denominado de “moralidade” (ARENDR, 2004, p.19).

No texto, o exemplo de sentimento ligado ao impulso é a cólera, que também é socialmente associado ao mal. Entretanto, a cólera aqui é a origem do impulso, apesar disso essa também pode ser tanto negativa como positiva, à medida que pode gerar um impulso benéfico para si mesmo ou para outro ou um impulso maléfico. No texto é salientada a força do impulso, o qual impele a uma atitude imediata, e que, como já havíamos sustentado, afeta em alguns momentos a consciência do indivíduo, como nos expõe Nietzsche: “Ao nosso impulso mais forte, ao tirano em nós, submete-se não apenas nossa razão, mas também nossa consciência” (NIETZSCHE, 2014, p.104). Desse modo, todos os impulsos sentidos, tanto pela narradora da crônica quanto por qualquer indivíduo, subordinam a consciência e a razão. Em síntese, ao ser tomado por um impulso, seja ele de caráter positivo ou negativo, o indivíduo está inteiramente submetido àquela força que o impele a agir, ao seu impulso.

Ainda cabe ressaltar que a bondade na crônica surge como fraqueza, como uma debilidade, mas que em alguns momentos pode ser uma fraqueza benéfica. O fato de esta fraqueza ser benéfica consiste em ser capaz de controlar a impulsividade dos impulsos negativos, como a cólera, e com isso não causar danos aos demais. Com isso, outra vez a preocupação principal é a de não causar dano ao próximo, não suscitar maus sentimentos e não ser o agente portador da maldade, noções amplamente fundamentadas pela moralidade. Atuar necessariamente desta forma, evitando toda ação considerada má e todo sentimento associado ao mal, faz com que o indivíduo siga o que Nietzsche define como “moral de rebanho”, ou seja, se quiser ser aceito por sua comunidade o

indivíduo precisa atuar do modo como é moralmente preconizado pela mesma (NIETZSCHE, 2001, p.142).

2.3 A bondade, Deus e a moral

A moral, como a conhecemos, se organiza, sobretudo, centrada nos conceitos basilares de bondade e de bem, assim como na figura de Deus como representante do bem supremo. Portanto, as três expressões que constituem o título deste subcapítulo estão de certo modo interligados no cerne de sua significação. Só podemos ser bons a partir da presença e da existência de Deus, como já propunha Santo Agostinho. Somente a figura de Deus consegue inserir o bem e a bondade no mundo, assim como Ele é o único que teria o poder de contornar o mal. E são precisamente estas concepções religiosas que se transmitem à constituição da moral, independentemente da nação ou do credo. As noções religiosas definem muito do que compreendemos como bem e mal, como também nos esclarecem acerca dos sentimentos ditos como negativos dentro das concepções religiosas. Dentre esses sentimentos está a raiva, que é uma emoção caracterizada pela impulsividade e vinculada com o mal.

A raiva é uma sensação que, como já vimos, está demarcada em algumas das crônicas de Clarice, e é associada ao mal, visto que seria uma das formas de manifestação do mal. Porém, na crônica “*Dies Irae*”, publicada em 25 de setembro de 1970, o sentimento de raiva é mais acentuado do que em outras crônicas claricianas. Podemos notá-lo pela descrição feita pela narradora. Cabe salientar que a tradução da expressão “*Dies Irae*” é dia de ira, ou dia de raiva. O referido texto possui um caráter bastante reflexivo acerca do processo de sentir, de experimentar distintos sentimentos, os quais estão todos interligados pela perspectiva do mal.

No texto podemos encontrar uma mescla de diversos aspectos morais, como a religiosidade e a psicologia. Notamos que há uma constante associação da “bondade” com Deus, e os sentimentos de caráter socialmente negativos, como a própria ira, são associados aos indivíduos mortais. Logo na abertura da crônica há uma colocação que associa o homem com a destruição, sendo que interpretamos o homem, o representante da espécie humana, da seguinte forma: “É a vontade de destruir como se para este

momento de destruir eu tivesse nascido” (LISPECTOR, 1999, p.378). Disto é possível inferir que existe uma associação do homem com a destruição, o homem que é apto à devastação.

Na crônica de Clarice, observamos que esse desejo de destruição se volta ao outro, e logo é contido por Deus, através do sentimento de piedade. A figura divina é central na crônica, se analisarmos o fato de que todos os sentimentos bons e ruins que são apontados pelo narrador se relacionam de certa forma com a figura divina. Essa análise da crônica de Clarice relaciona-se a algumas proposições de Nietzsche, especialmente sobre a religião, quando ele ressalta o fato de que nossa moral ocidental é baseada e formulada a partir do moral religiosa cristã, que traz a figura de Deus e de Cristo como redentores da humanidade: “O advento do Deus cristão, o deus máximo até agora alcançado, trouxe também ao mundo o máximo de sentimento de culpa” (NIETZSCHE, 2009, p. 73).

Nesta reflexão é ressaltado o fato de que a moral, na medida em que é construída pelo cristianismo, impõe ao ser humano o sentimento de culpa como se lhe fosse intrínseco tudo o que é baixo e ruim, por consequência social e moralmente errado. Como se todo o indivíduo já nascesse em dívida com a sua sociedade, mais especificamente com as proposições morais da mesma. Ou seja, seria como se o homem possuísse certo dom para a prática do mal e, para ser contido e doutrinado, necessitasse da figura divina. Nietzsche observa que a crueldade reprimida no homem e seu “aprisionamento” social fizeram com que esse desenvolvesse a má consciência para se fazer mal. Nesse processo de automartírio, a suposição religiosa colabora para a formação do sentimento de culpa (NIETZSCHE, 2009, p.75).

Entretanto, essa cólera presente no texto é despertada por meio de dores. As dores abordadas por Clarice referem-se às dores sentimentais que, depois de experimentadas, se transmutam em cólera, e se voltam, em alguns momentos, para os outros, e posteriormente para si mesmo. Aqui novamente podemos pensar na autocrueldade, como já havíamos proposto anteriormente. Trata-se da repressão dos sentimentos que impõe um sofrimento a seu portador. Disso podemos chegar à hipótese de que é essa interiorização dos sentimentos que levaria à culpa. Como nos propõe Nietzsche: se o indivíduo é obrigado a se domar para agir em pleno acordo com seu meio social, ele termina não exteriorizando alguns sentimentos e esses, por sua vez, se

voltam para dentro, formando a interiorização do homem, sendo desse modo que se forma o que é denominado religiosamente como “alma” (NIETZSCHE, 2009, p.67). Assim, sentimentos negativos como crueldade, destruição e hostilidade acabam se voltando contra os possuidores de tais sentimentos, sendo esta a concepção da má consciência (NIETZSCHE, 2009, p.68).

Em determinados momentos, no texto de Clarice, parece haver o sentimento de bondade. Contudo, logo esta se converte em dor e esta, por sua vez, em cólera. As transformações dos sentimentos na crônica ocorrem sempre de um modo linear, ou seja, do positivo para o negativo: “No entanto, no começo era apenas bom e não era pecado” (LISPECTOR, 1999, p.379). Por isso, a moralidade social atua de forma tão forte. Os sentimentos primordialmente surgiam sem uma carga de negatividade e posteriormente os contatos com o social e as imposições sociais o transformam em algo sobrecarregadamente negativo ou em pecado. Segundo a moral judaica cristã, a respeito disso, Evando Nascimento, crítico de Clarice Lispector, nos traz uma reflexão interessante, partindo da simbologia de um paraíso perdido:

O pior é o que nos habita, se tomamos a simbologia judaico-cristã do pecado como paradigma; o pior é quando não sabemos o que fazer com o desejo que desde sempre nos rói por dentro, como um verme devorando a maçã ainda no pé, ou com a árvore ainda de pé (NASCIMENTO, 2012, p. 268-269).

Portanto, a saída, na crônica, para escapar aos maus sentimentos, é buscar a Deus, pois este é o símbolo máximo de representação da bondade: “Ajuda aos que sofrem de ira porque eles estão apenas precisando se entregar a Ti” (LISPECTOR, 1999, p. 381). Mais uma vez, notamos a associação que a narradora faz com Deus, com o auxílio aos sofredores, com a redenção. Somente Ele poderia transformar os sentimentos maus em bons, transformar a ira em perdão, transformar o mal em bem.

Dessa forma, a figura de Deus como salvador absoluto, aquele capaz de conduzir o ser humano a bons sentimentos, a uma pureza de alma, é norteadora e de certo modo também está associada ao mal nos textos claricianos. A associação de Deus com o mal se dá sobretudo pela concepção de que Deus é a figura absoluta, a representação máxima do bem e da bondade. Por consequência, Deus seria a única força capaz de deter e controlar qualquer mal, mesmo as ações e atitudes vislumbradas como

más. A imagem referida anteriormente, de Deus como o salvador, a figura suprema de socorro ao que é caracteristicamente humano e pecador, pode ser encontrada na crônica “*Deus*”, publicada em 10 de fevereiro de 1968, na qual a figura divina é um auxiliador, aquele que proporciona momentos de conforto sentimental, em situações de desespero e angústia. Percebemos que a crônica ressalta a necessidade humana de apoiar-se em divindades para explicar sua existência e suas dificuldades. É através da crença de que é possível superar as intempéries que surgem ao longo da vida.

Na crônica, Clarice inicia sua reflexão acerca de Deus a partir de um aspecto interessante e que é fruto de questionamento de distintas crenças: “Mesmo para os descrentes há a pergunta duvidosa: e depois da morte?” (LISPECTOR, 1999, p. 75). Desse modo, fica claro que a figura de Deus, na concepção da autora, permeia a vida mesmo daqueles que não creem na existência de um ser que seria superior a toda a humanidade. Contudo, ainda podemos interpretar a representação de Deus no texto da autora como a própria força interior de cada indivíduo que precisa transparecer na busca de enfrentar distintos obstáculos cotidianos comuns na vida humana. Assim, Deus seria como a força espiritual de cada indivíduo. Como notamos no escrito que segue: “Neste mesmo instante estou pedindo que Deus me ajude. Estou precisando. Precisando mais que a força humana. E estou precisando de minha própria força” (LISPECTOR, 1999, p.75).

A busca por Deus está aliada ao sentimento de destruição, de causar dano aos outros e ao mesmo tempo a si mesmo. Novamente retorna a ideia de que precisamos nos conter para evitar o mal. Assim, a solução é interiorizar os sentimentos, contê-los por meio de Deus. É justamente esse sentimento de autodestruição e de maldade que intenciona justificar a procura por Deus, já que somente Ele como força superior poderia combater a maldade humana, poderia cessar com o sentimento de destruição de si e dos outros, que surgem na voz da narradora. O sentimento de destruição que se volta para si mesmo possui uma relação com a autocrueldade, com impor-se uma punição por temer ser destrutiva aos demais indivíduos sociais:

Sou forte mas também destrutiva. Autodestrutiva. E quem é autodestrutivo também destrói os outros. Estou ferindo muita gente. E Deus tem que vir a mim, já que eu não tenho ido a Ele. Venha, Deus, venha. Mesmo que eu não mereça, venha. Ou talvez os que menos merecem precisem mais (LISPECTOR, 1999, p. 75).

Clarice ressalta em seu texto uma perspectiva bastante reflexiva quando expõe que talvez aqueles que menos merecem o auxílio divino são os que mais o necessitam. Desse modo a ideia é clara. Aqueles que estão tomados pelo sentimento de destruição, e de maldade, estariam neste estado devido à ausência de uma força interior superior que seria Deus. E como vimos anteriormente essa força divina pode ser interpretada como o bem, como nos propõe Santo Agostinho.

Ainda cabe salientar que na crônica transparece a perspectiva de que ninguém consegue ter apenas sentimentos maus, bem como não pode ser constituído apenas por sentimentos bons. A intencionalidade do ato torna-se perceptível quando o narrador ressalta o seguinte: “nunca feri de propósito”. Ou seja, ainda que não exista a intenção de destruição do ser alheio, essa acaba acontecendo, e isso porque os sentimentos considerados como maus existem e estão intrinsecamente ativos em cada ser humano. Para conter e regular esses sentimentos, é necessário uma força superior; logo, é preciso, nessa crônica, a interferência divina:

Só uma coisa a favor de mim eu posso dizer: nunca feri de propósito. E também me dói quando percebo que feri. Mas tantos defeitos tenho. Sou inquieta, ciumenta, áspera, desesperançosa. Embora amor dentro de mim eu tenha. Só que não sei usar amor: às vezes parecem farpas. Se tanto amor dentro de mim recebi e continuo inquieta e infeliz, é porque preciso que Deus venha. Venha antes que seja tarde demais (LISPECTOR, 1999, p.75).

Este mal que irremediavelmente habita o ser humano é responsável por conduzir os indivíduos à culpa, uma vez que somente por conhecer o mal e se permitir em determinados momentos praticá-lo, ainda que sem intenção de ferir os demais, já é o suficiente para impor uma culpabilidade aos sujeitos. Logo, nessa crueldade psíquica que o homem produz sobre si mesmo sobressai o desejo de sentir-se culpado e desprezível, de se sentir castigado. Contudo, por um castigo não equivalente ao tamanho de sua culpa, para esquivar-se desse processo, ele constrói um ideal, “o do Santo Deus” e assim, a partir desta figura, o homem adquire certeza de sua “total indignidade” (NIETZSCHE, 2009, p.75). Esse comportamento é o que podemos observar na voz do narrador que se sente culpado, pois está ferindo os demais e é essa culpa que faz com que passe a ansiar pelo auxílio da força divina. Lembrando que a moral judaico-cristã já

nos fornece essa ideia de culpa, de pecado e de má consciência, desde o momento em que chegamos ao mundo.

O ser humano é habitado por diferentes forças, sendo estas boas e más. No entanto, como já temos em nosso horizonte a ideia de pecado, de amar ao próximo como a si mesmo, um mínimo deslize desta moral judaico-cristã é o suficiente para nos colocar em estado de alerta. É o que observamos na crônica de Clarice: qualquer atitude que conduz a um prejuízo ao outro faz com que o indivíduo se sinta mau, culpado e comece a se autopunir, através de sua consciência.

Novamente reiteramos a informação de que a imagem de Deus, como já salientamos, é constante em algumas das crônicas de Clarice, o que podemos perceber é o fato de que esta imagem está associada ao conceito de bondade. A crônica “*Hoje nasce um menino*”, publicada em 24 de dezembro de 1971, demarca bem esta afirmação. Nesta, a descrição feita pelo narrador salienta em inúmeros momentos a bondade do menino Jesus. Sobre o enviado de Deus à terra, diz-se o seguinte: “Na manjedoura estava calmo e bom” (LISPECTOR, 1999, p. 393).

O texto apresenta a descrição bíblica do nascimento de Cristo, na qual a história é transmitida aos mais diversos povos. Todavia, na referida narração, talvez por estar de acordo com a moral cristã, o narrador nos apresenta justamente a perspectiva religiosa, ou seja, o menino Jesus como o bem supremo que chega à terra para purificá-la. É através da descrição, ao longo da narrativa, que tal ideia se constitui. Embora a figura de Deus só apareça de forma mais enfática no final, ela permeia toda a construção, já que tudo é associado a Ele.

Ressaltamos também a associação do amor dedicado aos animais, feita ao final da crônica, a noção de que o amor e a alegria são intrínsecos a Deus. Portanto, onde ele está não haveria qualquer sinal de crueldade ou maldade. O nascimento do menino Jesus trouxe ao mundo uma esperança, assim como a remoção de alguns dos pecados humanos mais significativos, como podemos perceber no trecho da crônica que segue:

E o destino dos bichos ali se fazia e refazia: o de amar sem saber que amavam. A doçura dos brutos compreendia a inocência dos meninos. E antes dos reis, presenteavam o nascido com o que possuíam: o olhar grande que eles têm e a tepidez do ventre que eles são (LISPECTOR, 1999, p. 394).

A relação constituída entre Deus, o menino Jesus e o sentimento de bondade é bem clara. Desse modo, a perspectiva de que os seres não exercem os bons sentimentos desejados por Deus fica subtendida ao longo da narrativa, e surge de maneira um pouco mais explícita ao final, quando o narrador coloca que “iria querer que fôssemos fraternos diante da nossa condição e diante do Deus” (LISPECTOR, 1999, p. 394). Com isso, o ponto de vista da moral judaico-cristã é novamente enfatizado, uma vez que o ser humano não consegue ser absolutamente bom, porque somente Deus é o bem supremo, e por analogia o ser humano possui traços de maldade, que supostamente não seriam observados na figura da divindade, que atuaria sempre com intuito da promoção do bem.

A imagem de Deus como figura suprema e grande redentor também pode ser apontada na crônica “Perdoando Deus”, publicada em 19 de setembro de 1970. Neste texto temos uma narradora que descreve seu passeio pela Avenida Copacabana, no Rio de Janeiro, quando, por um instante, a personagem narradora sente-se conectada com Deus, como se fora a mãe Dele:

Tive então um sentimento de que nunca ouvi falar. Por puro carinho, eu me senti a mãe de Deus, que era a Terra, o mundo. Por puro carinho mesmo, sem nenhuma prepotência ou glória, sem o menor senso de superioridade ou igualdade, eu era por carinho a mãe do que existe. Soube também que se tudo isso “fosse mesmo” o que eu sentia - e não possivelmente um equívoco de sentimento - que Deus sem nenhum orgulho e nenhuma pequenez se deixaria acarinhar, e sem nenhum compromisso comigo (LISPECTOR, 1999, p.311).

Quanto a este pequeno excerto da obra, notamos que a narradora salienta a pequenez deste sentimento. Podemos interpretar isso como uma maneira de ressaltar a grandeza divina. Constatamos que há uma presença do que definiríamos como a imagem do senso comum acerca da figura de Deus, e o sentimento maternal em certa medida inovador despertado na narradora. Cabe salientar que a personagem narradora não fala somente com Deus; ela sente despertar uma conexão com a figura de Deus. Essa ligação é aumentada quando, durante sua caminhada, ela chega próximo de um rato morto, a ponto de quase tropeçar no bicho, momento em que sente uma repulsa e também é absorvida pelo sentimento de vida, de estar viva. Essa emoção, por sua vez,

muito tem a ver com Deus, pois, socialmente sabemos que a moral religiosa nos sustenta que Ele é quem pode dar e tirar a vida de todo ser.

Após o episódio do rato, para o qual a narradora tenta encontrar um nexos que a conduza ao sentimento anterior, é despertado nela um sentimento de vingança, que, como já observamos, é uma indicação do mal. Contudo, ela conclui que não há vingança contra um “Deus todo poderoso”. O acontecimento de deparar-se com o animal morto intercepta a sua conexão com Deus, conduzindo-a ao já referido sentimento de vingança. Esse sentimento de vingança também se relaciona em certa medida com o “sentir-se viva” da personagem. O sentimento de vingança provoca na personagem uma ânsia de viver:

A grosseria de Deus me feria e insultava-me. Deus era bruto. Andando com o coração fechado, minha decepção era tão inconsolável como só em criança fui decepcionada. Continuei andando procurando esquecer. Mas só me ocorria a vingança. Mas que vingança poderia eu contra um Deus Todo-Poderoso, contra um Deus que até com um rato esmagado podia me esmagar? Minha vulnerabilidade de criatura só. Na minha vontade de vingança nem ao menos eu podia encará-lo, pois eu não sabia onde é que Ele mais estava, qual seria a coisa onde Ele mais estava e que eu, olhando com raiva essa coisa, eu O visse? no rato? naquela janela? nas pedras do chão? Em mim é que Ele não estava mais. Em mim é que eu não O via mais (LISPECTOR, 1999, p. 312).

Esse sentimento de vingança em Clarice é descrito como “a vingança dos fracos”. Por comparação, percebemos que a relação estabelecida com Deus é a seguinte: “Ele é forte e eu sou fraca”, contra “Ele nada posso”. A reflexão que segue na crônica é uma associação de mundo como um rato. Logo, a narradora não estaria preparada para o mundo, descoberta feita através de seu tropeço no rato. E o fato de não estar preparada é acentuado pelo desejo de vingança que, segundo Nietzsche, é característico dos espiritualmente limitados, que precisam encontrar um modo de culpabilizar outros por suas agruras, como podemos perceber no trecho que segue:

O julgamento e a condenação morais constituem a vingança preferida dos espiritualmente limitados contra aqueles que o são menos, também uma espécie de indenização por terem sido precariamente contemplados pela natureza e, por fim, uma ocasião de obterem espírito e se tornarem refinados: - malícia espiritualiza (NIETZSCHE, 2014, p.155-156).

Consequentemente, podemos perceber que este sentimento de vingança se torna a necessidade de compreensão, isto é, o desejo de entender o outro, e em seguida certa autopunição, uma vez que a própria narradora sustenta:

Talvez eu tenha que aceitar antes de mais nada esta minha natureza que quer a morte de um rato. Talvez eu me ache delicada demais apenas porque não cometi os meus crimes. Só porque contive os meus crimes, eu me acho de amor inocente. Talvez eu não possa olhar o rato enquanto não olhar sem lividez esta minha alma que é apenas contida. Talvez eu tenha que chamar de “mundo” esse meu modo de ser um pouco de tudo. Como posso amar a grandeza do mundo se não posso amar o tamanho de minha natureza? (LISPECTOR, 1999, p.313).

Esses sentimentos de autopunição também se mostram aliados ao sentimento de aceitação da natureza humana, e do mal que habita intrinsecamente o ser humano, a ponto de fazê-lo desejar cometer crimes, e ansiar pela morte de um animal como um rato. Todos esses sentimentos despertados na personagem narradora estão relacionados, em grande medida, a imposições e regramentos sociais, sobretudo com a conceituação de mal amplamente difundida desde a constituição da humanidade. Ou seja, o mal é tudo aquilo que pode causar dano ao coletivo social. Em contrapartida, é bom tudo o que conserva a ordem e a organização da sociedade.

A exaltação do mal habitável na natureza humana é reforçada no trecho da crônica em que surge a seguinte reflexão: “Enquanto eu imaginar que “Deus” é bom só porque eu sou ruim, não estarei amando a nada: Será apenas o meu modo de me acusar.” (LISPECTOR, 1999, p.313). Nesta passagem, fica clara a ideia de que a maldade do ser humano deve-se em grande parte ao seu contraponto, ou seja, a Deus, símbolo máximo da bondade e da pureza de sentimentos. Sobre isso, Nietzsche também sustenta que a moralidade judaico-cristã é uma das responsáveis pelo sentimento de culpa e de má consciência de cada indivíduo (NIETZSCHE, 2009, p. 75), pois somos caracterizados como maus também à medida que nos comparamos com Deus.

Esta ideia do mal no ser humano é reforçada mais uma vez no texto de Clarice Lispector, quando salienta o seguinte: “Eu, que sem ao menos ter me percorrido toda, já escolhi amar o meu contrário, e ao meu contrário quero chamar de Deus.”

(LISPECTOR, 1999, p. 313). Nesta ideia há um reforço da perspectiva de que o mal faz parte do ser humano e o constitui de certo modo, visto que a personagem narradora salienta que Deus não poderia ser inventado apenas como modo de compreensão do ser humano, mas sim como algo maior do que a espécie humana, para justificar toda a existência.

Assim, a noção de Deus como a representação da bondade e, portanto superior à espécie humana, é bastante clara nesta crônica. Entretanto, podemos observar que a autora estabelece uma relação sentimental com Deus, que é diversa das habituais. Pois, ela não se subordina simplesmente à imagem divina, pelo contrário, ela questiona esta figura e, conseqüentemente, toda a moral social previamente estabelecida.

2.4 A culpa em decorrência do mal

Na narrativa clariciana, o embate entre o bem e o mal vem constantemente associado ao sentimento de culpa, ou seja, os personagens praticam seus atos e logo se culpabilizam pelos mesmos. O sentimento de culpa que se apossa de alguns dos personagens de Clarice Lispector é creditado principalmente às imposições que são colocadas pela sociedade. Portanto, estas exigências construídas pelo coletivo tornam-se o caminho correto a seguir para alcançar uma “consciência tranquila”, assim os indivíduos, ou mais especificamente os personagens das histórias claricianas, que se desviam da proposta comum, se sentem culpados por infringirem as regras imediatamente postas.

Na crônica “Restos do carnaval”, publicada em 16 de março de 1968, temos uma narradora em primeira pessoa que tem suas lembranças de infância, as quais são despertadas pelo carnaval. Assim, ela recorda como eram seus carnavais, salientando a vulnerabilidade econômica de sua família. Devido a isso, a narradora afirma que quase sempre ficava à parte desta data festiva. Mas tudo mudou quando a mãe de uma amiga, ao fazer uma fantasia de rosa para a filha, oferece à narradora o que havia sobrado do

material utilizado para confeccionar a fantasia da filha. A narradora põe-se eufórica, pois pela primeira vez ela iria comemorar seu carnaval. Contudo, no dia festivo, sua mãe tem uma piora em seu estado de saúde. E a narradora precisa ir comprar remédio na farmácia. Após o ocorrido, ela vai ao carnaval; entretanto o sentimento de euforia se mescla ao de culpa, como podemos observar: “Na minha fome de sentir êxtase, às vezes começava a ficar alegre, mas com remorso lembrava-me do estado grave de minha mãe e de novo eu morria” (LISPECTOR, 1999, p. 85).

Assim, o remorso e a culpa invadem a consciência infantil da narradora, fazendo com que se sinta responsável pela doença da mãe e culpada por se sentir alegre durante o carnaval. O sentimento de culpa de nossa personagem está intrinsecamente relacionado à noção de dever, sobretudo ao dever social dos filhos para com os pais, embora se trate de uma criança. Por esse motivo, não é possível lhe atribuir responsabilidade ou dar crédito à culpa. A respeito desta inexistência da culpa, reflete Nietzsche em *Genealogia da moral*: “Que alguém se sinta “culpado”, “pecador”, não demonstra absolutamente que tenha razão para sentir-se assim; tampouco alguém é são apenas por sentir-se são” (NIETZSCHE, 2009, p.110).

Na reflexão nietzschiana, observamos ressonâncias com o que ocorre com a personagem central da crônica de Clarice. A menina se sente culpada e entristecida pelo problema de saúde da mãe, mas na realidade há pouco que ela possa fazer para amenizar a situação de sua progenitora e família. Essa culpa também está vinculada com o mal, pois, à medida que a menina tenta desfrutar da festa carnavalesca, se sente como uma pessoa má, já que sua principal preocupação é como pode estar feliz sabendo que a mãe não passa bem. Dessa maneira, o mal, ou mais precisamente o sentir-se e perceber-se como uma pessoa má, a conduz irremediavelmente ao sentimento de culpa. Ainda que esta responsabilidade ou a maldade não existam, como é caso da menina-narradora da crônica analisada.

Nessa crônica é interessante observar a descrição feita pela narradora a respeito do ato de receber os restos da fantasia de carnaval de sua colega:

Foi quando aconteceu, por simples acaso, o inesperado: sobrou papel crepom, e muito. E a mãe de minha amiga – talvez atendendo a meu

apelo mudo, ao meu mudo desespero de inveja, ou talvez por pura bondade, já que sobrara papel - resolveu fazer para mim também uma fantasia de rosa com o que restara de material (LISPECTOR, 1999, p.84).

Este é descrito como um provável ato de bondade, configurando de certo modo o que seria o bom e o que seria o mau, ou seja, o bom é tudo o que nos é conveniente, é mau tudo aquilo que nos desagrada. Por isso, sempre esperamos que os atos dirigidos a nós pelos demais sejam bondosos, pois não só evitamos praticar o que é socialmente definido como mal, como também almejamos não sermos vítimas do mesmo.

O fato de sempre buscarmos nos abster de qualquer prática do mal está relacionado com o fato de que não desejamos ter que conviver constantemente com o sentimento de culpa pelos atos praticados. Como podemos observar na crônica “Travessuras de uma menina”, publicada em 03 de janeiro de 1970, em que temos uma narradora em primeira pessoa que conta sobre a relação com seu professor. A menina narra que seu comportamento em sala de aula era bastante inadequado, pois ela falava muito alto, mexia com os colegas e interrompia a lição com piadinhas, até que o professor a ameaçava tirá-la da sala. Para ela era um modo de chamar a atenção daquele adulto que parecia extremamente insatisfeito com sua própria vida.

Apesar disso, durante esse processo a menina passa então a se sentir culpada, e por consequência má, formando sua autoimagem negativa. A perturbação que a pequena aluna infligia ao professor tornara-se para ela um modo de obter prazer, como ela mesma salienta: “Tornara-se um prazer já terrível o de não deixá-lo em paz” (LISPECTOR, 1999, p. 260). Ao promover a dor alheia, a narradora sente-se de certa forma recompensada. Talvez por estar desacomodando o que na visão infantil da narradora era um adulto conformado e acomodado com sua situação, embora aparentemente estivesse insatisfeito com sua função de professor.

Em seguida, há outra afirmação categórica por parte da narradora, que é necessário considerar: “sabedoria com que os ruins já nascem - aqueles ruins que roem as unhas de espanto” (LISPECTOR, 1999, p.260). Com esta observação, podemos refletir se realmente os indivíduos já nascem maus ou bons. Na realidade, o que podemos observar, seguindo os textos claricianos, é que são interpretações morais, sociais dos fatos. Ou seja, a menina se sente como um indivíduo ruim, mau, porque o

comportamento que ela está exercendo em sala de aula não é considerado adequado e, portanto, positivo, visto como bom pela sociedade que dita o que é positivo e o que é negativo, o que é bom e o que é mau.

Quando afirmamos que o objetivo da menina é salvar seu professor adulto, temos logo em seguida a informação reiterada ao momento em que a narradora afirma: “Era de se lamentar que tivesse caído em minhas mãos erradas a tarefa de salvá-lo pela tentação, pois de todos os adultos e crianças daquele tempo eu era provavelmente a menos indicada” (LISPECTOR, 1999, p. 260). Desse modo, percebemos que, embora o provável intuito da menina fosse benéfico, seu sentimento constante de inadequação faz com que ela sinta como se na verdade não fosse capaz de auxiliar ninguém. Corrobora para essa impressão de desajuste o momento no qual a empregada a define por meio de um ditado popular: “‘Essa não é flor que se cheire’, como dizia nossa empregada” (LISPECTOR, 1999, p.260). Assim, ao longo da narrativa, vemos que em vários momentos a personagem-narradora ressalta que se sente como um indivíduo inadequado socialmente, ou seja, ruim e maléfico para a comunidade.

Ao discorrer sobre o referido sentimento, vemos surgir na narrativa a imagem de Deus, assim como já observamos em outras crônicas. E assim como nas anteriores a imagem divina vem atrelada à noção de bondade: “Só Deus perdoaria o que eu era porque só Ele sabia do que me fizera e para o quê. Eu me deixava, pois, ser matéria dEle. Ser matéria de Deus era a minha única bondade” (LISPECTOR, 1999, p. 260). De certo modo, a ideia é que só podemos ser bons quando estamos cercados pelo ideal cristão de ajudar ao próximo, e isso só é permitido através da figura de Deus, pois o ser humano por si só é considerado socialmente falho e pecador, dotado de sentimentos negativos, só alcançado o seu ideal quando se rende à figura divina.

Essa ideia de que somos eminentemente culpados, mesmo quando agimos de boa intenção, é refletida por Nietzsche em *Genealogia da moral*. Na referida obra, ele salienta que a vontade do homem de sentir-se culpado e desprezível, de modo que o seu castigo jamais possa ser equivalente a seu sentimento de culpa está intimamente relacionado a sua vontade de erigir um ideal. Note-se que este último é tributário do “Santo Deus” – e em vista dele ter absoluta certeza de sua total indignidade (NIETZSCHE, 2009, p.75).

Seguindo a ideia de que a espécie humana é cruel, má e culpada, característica inata de sua natureza, a crônica “Nossa truculência”, publicada em 13 de dezembro de 1969, trará à tona o caráter de crueldade humana. O título já nos adianta o assunto do texto, pois, se procurarmos um sinônimo para a palavra truculência, encontraremos dentre os possíveis equivalentes o termo crueldade. A narradora desenvolve uma reflexão acerca da violência dos seres humanos e o modo como este se manifesta. Essa ideia se desenvolve na narrativa com base no fato de comermos animais que são seres vivos: o enfoque da narradora é a galinha ao molho pardo.

A narradora reflete: “Nós somos canibais, é preciso não esquecer. É respeitar a violência que temos” (LISPECTOR, 1999, p.252). Ou seja, na perspectiva da narradora, seres humanos são dotados de violência, de certa maldade e crueldade. Nas proposições de Nietzsche, a crueldade é parte da cultura, e o filósofo ainda salienta que a crueldade está relacionada com a origem criativa da civilização, já que em distintas culturas os deuses foram dotados de instintos cruéis, sentindo-se satisfeitos com episódios de carnificinas. Segundo os comentários de Safranski, crítico e biógrafo de Nietzsche, até mesmo o Deus cristão passa pela perda de seu único filho, ou seja, para satisfazer os deuses em inúmeros momentos são necessárias atitudes cruéis (SAFRANSKI, 2001, p.172). Assim, a crueldade está intrinsecamente ligada à espécie humana.

No texto de Clarice, há uma abordagem da maldade humana. Nas afirmações, o que percebemos é que essa truculência é vista como essencial à humanidade. Embora seja vista socialmente como negativa, em alguns casos ela é positiva e necessária, como salienta a narradora no exemplo fornecido. Ela afirma que, se não comêssemos galinha ao molho pardo, talvez até chegássemos a comer gente, como podemos notar no seguinte trecho: “A nossa vida é truculenta: nasce-se com sangue e com sangue corta-se a união que é o cordão umbilical. E quantos morrem com sangue. É preciso acreditar no sangue como parte de nossa vida. A truculência. É amor também” (LISPECTOR, 1999, p.252).

Desse modo, a crueldade e, por consequência a maldade, são vistas também como um modo de preservação da espécie, essencial para a existência dos indivíduos. Pois, o próprio hábito de alimentação, observado na crônica clariciana, é uma forma de sermos cruéis, visto que nos alimentamos de seres vivos. E, sendo assim, é preciso que

se aprenda a lidar com a crueldade desde o nascimento, pois a vida humana, pelo viés da narradora, é permeada de acontecimentos que implicam o mal.

2.5 O embate entre o bem e o mal

De maneira abrangente, o que nos qualifica como bons ou maus é a moral socialmente construída, ou seja, a sociedade preza pelos instintos que favorecem a estabilidade do todo, e essa atitude nos é conhecida como moral. Assim, para sermos aprovados por nossa comunidade, é preciso agir de acordo com o que é preconizado por essa, como já havíamos abordado. No entanto, distinguir entre bem e mal não é uma tarefa simples. A linha que separa ambas as concepções é muito sutil para ser facilmente delimitada. Talvez, por isso há muitos séculos acompanhamos este embate entre o que compreendemos como bem e o que vislumbramos como mal.

Estamos diante de uma batalha constante e silenciosa, travada nos mais diversos campos sociais. Trata-se de uma experiência que está tanto na política e no direito quanto no interior de cada indivíduo, que precisa imediatamente decidir entre agir de acordo com as regras de sua sociedade ou seguir seus impulsos. Trata-se de uma guerra de forças distintas, mas ao mesmo tempo iguais. De certa forma tendemos sempre a buscar nos afastar do que é mal, e desejamos ser afetados somente pelo bem e pela bondade. Na reflexão da crônica “*Doar a si próprio*”, publicada em 15 de agosto de 1970, observamos que a narradora salienta a necessidade de que cada ser humano, enquanto indivíduo social, tem de esperar atitudes consideradas pelo meio como positivas.

Na referida crônica, temos uma narradora em primeira pessoa que conta sobre a sua necessidade recente de enxerto de pele. Vale destacar que a própria autora passou por esse processo. Clarice sofreu no corpo as consequências de um incêndio em seu apartamento, em setembro de 1967. Segundo Nádia Battella Gotlib, a autora “adormecera fumando e, ao acordar, tenta apagar o fogo com as mãos. Tenta, também, salvar os papéis do escritório.” (GOTLIB, 1995, p.366). Após o ocorrido, Clarice fica gravemente ferida e passa por inúmeras cirurgias de enxerto de pele, sendo que a matéria para o enxerto de pele em suas mãos é retirada de suas pernas. Clarice “doa-se a

si mesmo”. E na crônica a reflexão se inicia justamente a partir deste fato, seu devaneio desenrola-se acerca da referida temática que o título da crônica, “Doar a si próprio”, já nos adianta, ou seja, ela passa a reflexão de quantas doações diárias precisamos realizar a nós mesmos: “Esse caso me fez devanear um pouco sobre o número de outros em que a própria pessoa tem que doar a si própria” (LISPECTOR, 1999, p.304). A narradora ainda realiza uma abordagem acerca das doações que esperamos receber dos outros, e o modo como esperamos.

De fato, ela afirma o seguinte: “Cheguei a pensar na bondade que é tipicamente o que se quer receber dos outros - e no entanto às vezes só a bondade que doamos a nós mesmos nos livra da culpa e nos perdoa” (LISPECTOR, 1999, p. 304). No excerto citado anteriormente, percebemos que a narradora aborda uma questão relativa à moral, pois, quando sustenta que a bondade é o que esperamos dos outros, nos propõe pensar a problemática da moralidade de rebanho, como expõe Nietzsche. O filósofo salienta que o forte instinto de rebanho faz com que os homens se empenhem em praticar atos que busquem a conservação da espécie humana. Contudo, não por amor a tal espécie, mas simplesmente pelo fato de que nada no ser humano é mais forte do que o instinto de rebanho (NIETZSCHE, 2001, p.51). Em suma, Nietzsche defende que “moralidade é o instinto de rebanho no indivíduo” (NIETZSCHE, 2001, p.142). Logo, enquanto indivíduos sociais buscamos praticar atos que agradem aos demais, para que assim possamos ser aceitos e compreendidos por nossa sociedade.

Desse modo, podemos perceber que, quando cada indivíduo espera dos demais atos baseados em bondade, está exercendo exatamente o que a moral social propõe. Contudo, precisamos nos deter, ainda na afirmação da narradora de que não basta esperar pela bondade alheia. Às vezes necessitamos doar um pouco de bondade a nós mesmos, ou seja, não é suficiente e satisfatório esperar pela aprovação dos demais. Em determinados momentos, devemos aprovar as nossas próprias atitudes, de modo independente da moralidade, para nos exirmos do sentimento constante de culpa. Esse ponto do sentimento de culpa retorna, e como já foi salientado anteriormente, vem acompanhado do conceito de bondade, uma vez que para evitar a culpa, segundo a moral social, é necessário agir de acordo com atos norteados pelos conceitos de bom e de bem, evitando assim tudo o que é ruim e mal.

Outra crônica fundamental para refletirmos acerca dos conceitos de bem e mal intitula-se “Só como processo”, publicada em 28 de setembro de 1968. No supracitado texto podemos inferir que bem e mal, assim como nos sugere Nietzsche, não são absolutos, mas sim modos de julgamento estabelecidos pela sociedade. Nietzsche, em *A gaia ciência*, sustenta que cada indivíduo, ao abordar a essência de um ato moral, logo julga “isto é certo” e por isso tem de acontecer, atuando de acordo com aquilo que definiu como certo e necessário. Essa definição de certo e necessário do indivíduo é determinada por sua consciência. O filósofo salienta que há muitas maneiras de ouvir a própria consciência. Contudo, o fato de ouvir este ou aquele juízo como voz da consciência, ou seja, que defina algo como certo, pode ser associado ao fato de não termos meditado suficientemente sobre estes juízos e tão somente os acolhido desde a infância a partir da fórmula estabelecida pela moral social.

Assim, percebemos que a reflexão do filósofo está de acordo com o que é proposto na crônica de Clarice, segundo a qual é dito: “Julgar de acordo com o bem e o mal é o único método de viver. Mas não esquecer que se trata apenas de uma receita e de um processo. De um modo de não se perder na verdade, que esta não tem bem nem mal” (LISPECTOR, 1999, p. 140). Na crônica, o mal assim como o bem não são considerados como absolutos, ou seja, não são como “receitas” pré-concebidas que indicam o modo como as ações de cada indivíduo devem ser julgadas. Portanto, a conceituação estabelecida para os termos bem e mal está intrinsecamente atrelada à moral social, ao que o coletivo definiu de ambos os modos. Logo, todos aqueles que necessitam estar incluídos em uma comunidade precisam seguir o que é preconizado pela mesma. Nossa expectativa em relação aos demais indivíduos sociais é que sempre atuem norteados pelos conceitos de bem e de bom e a partir de então passamos a esperar dos demais atos nobres, e aceitos como tal pela comunidade na qual estamos inseridos.

Entretanto, como já apontamos anteriormente, isso não exclui o fato de que o homem possui em sua natureza certa carga de violência, e também de maldade, que lhes são conferidas pela linguagem, desde o nascimento. Contudo, os indivíduos são doutrinados para agirem norteados pelo conceito de bem e de bom, a partir do que é proposto pelo coletivo, através da moralidade. Como é possível observar na crônica “Do modo como não se quer a bondade”, publicada em 07 de junho de 1969, narrada em

terceira pessoa, na qual temos a descrição de um indivíduo do sexo feminino que abdica de seus anseios em prol dos outros.

A definição de que “Com sua enorme inteligência compreensiva, dedicando-se a não ser humana, no sentido em que ser humana é também ter violências e defeitos” (LISPECTOR, 1999, p.200), deixa transparecer o fato de que ser dotado de violência, e de certo modo podemos dizer de crueldade e maldade, faz parte da natureza humana, ou seja, está incorporado à disposição de ser humano. Em suma, é equivalente a afirmarmos que nenhum indivíduo conseguirá ser totalmente bom, assim como não parecerá totalmente predisposto ao mau, pois somos dotados de instintos que em algum momento terminam se manifestando. A personagem da crônica parece buscar um total controle dessas pulsões consideradas más, para que de nenhum modo se manifestem diante da sociedade.

É necessário considerarmos o título da crônica, “Do modo como não se quer a bondade”. O título e o texto juntos formam uma relação de complementaridade. Após lermos a crônica, percebemos que o que está sendo dito é que a bondade não se faz necessária, se torna o indivíduo submisso e alienado no sistema no qual se encontra. Cada um busca, como já havíamos salientado anteriormente, a aceitação social tentando tornar-se admirável ante os olhos da sociedade. Contudo, algumas pessoas terminam se excedendo nesta busca por aceitação, e sua bondade passa a ser demasiada, a ponto de anular-se para si mesmo. Ou seja, já não importa o que eu quero, mas sim o que eu preciso fazer para ser parte do todo, para ser útil à sociedade, o que na filosofia nietzschiana é definido como instinto de rebanho (NIETZSCHE, 2001, p.51).

Essa abdicação de si mesmo em prol dos demais, e da moral, também está presente na crônica “Perfil de um ser eleito”, publicada em 13 de novembro de 1971. A narração é feita em terceira pessoa, refletindo acerca das escolhas feitas na vida de um personagem cujo nome é Ser, uma referência realizada de um modo geral e abrangente, buscando abarcar uma parte significativa de indivíduos sociais. A temática está centrada nas escolhas que temos de fazer ao longo da vida, desde o momento em que nascemos, os caminhos que trilhamos para seguir o percurso da vida, e o que se perde quando elegemos algo em detrimento de outra escolha qualquer. Além disso, discorre sobre o modo como passamos a ser percebidos e vislumbrados pelo olhar coletivo da sociedade.

A reflexão acerca dessa conceituação coletiva – “Mas não reclamava, pois sabia que os outros não erravam por maldade” (LISPECTOR, 1999, p. 388) – chama a atenção novamente para o fato de que esperamos sempre que os demais ajam com intenções positivas. Assim, mesmo quando se sente prejudicado, o ser não responsabiliza os demais; ao contrário, busca satisfazer as expectativas sociais estabelecidas. E nessa busca ele passa a construir um ideal formulado pelos outros indivíduos e não por ele mesmo. Como podemos perceber no trecho que segue:

O ser às vezes, por uma questão de solidão, tentava imitar a fotografia, o que no entanto terminou por torná-la mais falsamente autêntica. Às vezes ele se confundia todo: não aprendia a copiar o retrato, e esquecera-se de como era sem o retrato. De modo que, como se diz do palhaço que sempre ri, o ser às vezes, por assim dizer, chorava sobre a sua caiada pintura de bobo da corte (LISPECTOR, 1999, p. 388).

Neste pequeno excerto, percebemos que é salientado o fato de o ser tentar estabelecer uma correspondência com a fotografia, ou seja, essa representa a expectativa que a sociedade espera do Ser, de modo que de tanto focar-se em representar o esperado ele termina se esquecendo de como era sem essa encenação para a satisfação coletiva. Em suma, vivemos para satisfazer os anseios da moral social, agimos de acordo com o bem e negamos solenemente qualquer ato que possa ser considerado mal. Nas palavras de Friedrich Nietzsche, estamos presos na “camisa de força do dever social” (NIETZSCHE, 2009, p.44).

Aquelas pessoas que não agem de acordo com o que está pré-estabelecido pela sociedade e sua moralidade são sumariamente privadas do convívio social. Daí decorre a solidão citada no desfecho da crônica, quando o personagem passa a atuar segundo seus preceitos e não mais seguindo sem questionar o que é imposto; quando deixa de seguir o “rebanho”, ele se torna inapto ao convívio social.

Em síntese, nas crônicas de Lispector o mal é associado aos mais diferentes sentimentos, como vimos a partir do estudo realizado. A raiva, o ódio, e, sobretudo o desejo de vingança são sentimentos nutridos a partir do mal. Contudo, o interessante é que em alguns dos textos analisados, mesmo os sentimentos considerados de caráter positivo, como a bondade e o desejo de ajudar aos outros, evoluem de positivo para

negativo, ou seja, há um processo de transmutação, no qual a bondade se torna raiva e crueldade, como podemos observar na crônica “As caridades odiosas”.

Além disso, a partir das crônicas podemos notar que há uma forte influência social acerca dos conceitos de bem e mal, e todas as formulações que os indivíduos produzem em sua consciência estão intimamente relacionadas com as determinações do meio no qual vivem. Logo, podemos perceber que a noção cristã acerca do que é praticar o bem e o mal é perceptível nas crônicas de Clarice Lispector, pois há uma ligação entre o bem o mal e Deus. Note-se que tanto os sentimentos positivos quanto os negativos necessitam da figura de Deus. Os primeiros porque emanam do que é pregado pela figura religiosa, e os segundos, porque necessitam ser detidos e só Deus poderia detê-los e salvar o indivíduo da culpa e do pecado.

A figura de Deus está na origem dos conceitos de bem e mal, como já havíamos salientado através da filosofia nietzschiana. Todavia, é necessário observar que ao apontar estas questões, Clarice abre a possibilidade de pensarmos sobre as definições estabelecidas, e não mais aceitá-las sem nos perguntamos qual sua origem. Em suma, sempre há uma preocupação em não agir mal, pois assim é possível evitar os julgamentos alheios.

Ainda cabe salientar que, após a leitura e estudo das crônicas selecionadas, fica claro que na perspectiva clariciana ninguém consegue ter apenas sentimentos ruins, bem como não pode ser constituído apenas por sentimentos bons. Desse modo, Clarice Lispector possibilita refletirmos e problematizarmos sobre as noções de bem e mal, bom e ruim, de modo que essas deixam de ser absolutas, nos fornecendo precedentes para questionarmos noções impostas, até então simplesmente aceitas. Salientando que esse fato não significa que as normas sociais não tenham validade, pois elas reconhecidamente têm, já que, se não fossem por elas, estaríamos lançados ao caos moral e social.

Contudo, é necessário admitirmos que as normatizações são construções do meio social que os indivíduos se autoimpõem para conservarem sua sociabilidade e aceitabilidade em suas comunidades. Com isso, comprovamos a recorrência da temática do mal e suas vertentes nas narrativas de Clarice Lispector e buscaremos aprofundar as noções já observadas nas crônicas no romance *Perto do coração selvagem*.

3. A DUALIDADE MORAL DE UM “CORAÇÃO SELVAGEM”

Neste capítulo, nosso intuito é a análise da obra *Perto do coração selvagem*, de Clarice Lispector, no tocante ao conceito e à formulação de mal. No referido romance, seguiremos a trajetória de Joana, personagem central, a respeito da qual acompanharemos a infância, a juventude e sua vida adulta, assim como seus medos e paixões.

De modo geral, podemos dizer que a temática central deste texto de Clarice é a problemática existencial, como podemos observar segundo o que foi desenvolvido por Benedito Nunes na obra *O drama da linguagem*. O crítico afirma que *Perto do coração selvagem* rompeu com os parâmetros estabelecidos, à medida que trouxe a experiência interior para o primeiro plano na narrativa literária. Segundo ele, são três os aspectos que fundamentam o romance de Clarice: “Três são os aspectos fundamentais que se conjugam em *Perto do coração selvagem*: o aprofundamento introspectivo, a alternância temporal dos episódios e o caráter inacabado da narrativa” (NUNES, 1995, p.19). Nunes também aponta que a problemática existencial não é uma característica exclusiva do romance *Perto do coração selvagem*, mas, ao contrário, ela está presente em toda a obra da autora. Nunes afirma: “É existencial a temática que lhe serve de arcabouço” (NUNES, 1995, p.100).

Contudo, cabe salientar que a característica de Joana que mais se destaca é a amoralidade diante da maldade, e dos conceitos impostos socialmente, como podemos perceber no seguinte trecho do romance: “Roubar torna tudo mais valioso. O gosto do mal – mastigar vermelho, engolir fogo adocicado” (LISPECTOR, 1980, p. 16). Diante disso, pontuamos o constante embate entre o bem e o mal na obra de Clarice Lispector.

Logo, para analisarmos o referido tema, utilizaremos tópicos sugeridos por Nietzsche em *A gaia ciência*, *Além do bem e do mal* e *Genealogia da moral*. Ainda utilizaremos alguns pontos da teoria de Hannah Arendt, em *Responsabilidade e julgamento* e *A vida do espírito*: o pensar, o querer e o julgar. Ambos teóricos foram previamente abordados em nosso estudo. Nossa proposta nessa fase é analisar de que

forma Clarice Lispector constrói a ideia de mal, e quais os elementos estão relacionados a esta conceituação, de forma a estabelecer um fecundo diálogo com os autores do *corpus* teórico escolhido.

Neste capítulo pretendemos trazer à luz a nossa leitura a respeito do mal segundo Clarice Lispector, e como a autora fundamenta esta questão em seus personagens, assim como em que medida este mal está interligado à moral social e ao sentimento de culpa, e quais os sentimentos são socialmente estabelecidos como representantes do mal, e como são manifestados nos personagens de Clarice, sobretudo na atuação da personagem Joana, de *Perto do coração selvagem*.

Para proceder à análise do romance, estabelecemos uma divisão em seis subcapítulos, baseados nas diferentes fases da vida de Joana, seguindo os passos de sua história de vida. Assim, o primeiro subcapítulo corresponde a uma introdução da publicação de *Perto do coração selvagem*. No segundo subcapítulo, abordaremos a infância de Joana. No terceiro, a transição da infância à puberdade, e no quarto a puberdade. No quinto subcapítulo, a sua vida adulta antes da traição de Otávio, seu marido, e no sexto e último subcapítulo, abrangeremos seu casamento e o desfecho de sua relação com Otávio. Vale destacar que optamos por seguir a ordem dos fatos estabelecida pela autora dentro da narrativa, ou seja, os acontecimentos serão analisados seguindo a ordem em que ocorrem dentro do romance. Com isso visamos facilitar tanto o processo de análise do romance quanto à leitura posterior aos leitores. Em todos os subcapítulos, analisaremos a problemática do mal, e todas as implicações que dele decorrem, ou seja, o sentimento de culpa, os sentimentos apresentados como decorrentes do mal e a influência da moral religiosa na formulação da noção moral de mal, e o modo como esta percepção é incorporada ao que conhecemos como moral social.

3.1 Ecos que constituem *Perto do coração selvagem* e o caráter de Joana

Clarice Lispector publicou sua primeira obra, *Perto do coração selvagem*, em 1944, e logo após a publicação o romance despertou o interesse da crítica literária da época. A própria autora relata que não esperava que sua obra fosse tão bem recebida pela crítica literária e pelo público. Os mil exemplares iniciais se esgotaram rapidamente para a surpresa da autora, que não esperava por uma receptividade positiva, pois a própria escritora reconhecia que seu romance destoava das publicações do período das décadas de 1930 e 1940 (GOTLIB, 1995, p.173).

Clarice apresentava uma escrita inovadora, com personagens dotados de densidade psicológica e imersos em uma narrativa descontínua. Isso em um período no qual a produção literária ainda estava marcada pela problemática social característica dos anos de 1930. A obra inaugural da trajetória literária de Clarice Lispector nos apresenta Joana, personagem enigmática e extremamente sensível. Não por acaso o romance é considerado como a fonte de essência geradora de todos os outros textos claricianos, como esclarece Claire Varin: “*Perto do coração selvagem* carrega em gérmen todos os seus outros textos” (VARIN, 2002, p.111).

Joana está constantemente se opondo aos demais, seja a Lídia, sua rival, a sua tia, ou até mesmo a Otávio e, de certo modo, essa oposição contra distintas personalidades e anseios pessoais pode configurar a maldade manifesta aos olhos dos personagens que englobam o mundo de Joana – questão essa que será aprofundada logo a seguir. Esse choque de personalidades faz com que Joana fique constantemente imersa em uma autoanálise, refletindo acerca da maldade que os demais atribuem ao comportamento dela, e que por consequência ela termina incorporando, e sentindo-se má e impiedosa, a ponto de ser atormentada pelo sentimento de culpa. Na narrativa de Clarice, temos acesso a todos esses pensamentos confusos e também dolorosos e culpados de Joana.

Cabe apontar que a Joana da narrativa de Clarice Lispector pode ser um interessante reflexo de uma figura histórica francesa, qual seja, Joana D’Arc. Alguns pontos na narrativa de ambas as personagens poderiam interligar as duas trajetórias, a

ficcional e a histórica. Na biografia escrita pelo historiador francês Jules Michelet desponha uma Joana D'Arc de personalidade tão complexa, e enigmática quanto a Joana de Clarice Lispector. A Joana representada por Michelet é uma figura da história francesa. Uma jovem virgem representante do patriotismo francês, Joana D'Arc foi, assim como Joana, uma mulher transgressora.

Joana D'Arc (1412-1431) tinha 18 para 19 anos quando se disse inspirada por Deus, ouvindo vozes e recebendo ordens do arcanjo São Miguel e das santas Catarina e Margarida para expulsar os ingleses, que ocupavam grande parte da França, e devolver o reinado ao rei Carlos sétimo. Joana D'Arc para alguns, era louca; para outros, uma bruxa. De forma sucinta, pode-se dizer que era uma mulher à frente das ideias preconizadas em seu tempo (MICHELET, 2007, p.39). Assim como Joana, ambas foram incompreendidas por estarem afastadas dos ideais e imposições sociais. Regina Pontieri aponta essa possível relação entre as duas mulheres através do amante de Joana que dentro da narrativa afirma: "... Santa Joana tão virgem" (LISPECTOR, 1980, p. 154). Pontieri ainda observa:

Além disso, sua virgindade, atestada paradoxalmente pelo amante, aponta para a incapacidade de exercer os papéis femininos que a natureza e a sociedade atribuem à mulher: Joana não tem filhos e, embora tenha marido e amante não se entrega espiritualmente a nenhum deles, personagens álias transitórias em sua vida (PONTIERI, 1999, p. 88).

Do mesmo modo que a nossa protagonista clariciana, Joana D'Arc era uma mulher transgressora à medida que ousou ao pegar em armas e ir para a guerra liderando o exército francês. Além disso, a vestimenta utilizada por Joana D'Arc, trajas masculinos, pode ser considerada como uma transgressão na Idade Média (MICHELET, 2007, p.100). Mesmo a liderança de Joana diante de um exército era como uma provocação para o que instituíam o pensamento religioso da época em relação às mulheres, e o que consideravam e preconizavam como um comportamento adequadamente feminino. Joana D'Arc foi aprisionada pelos ingleses que a acusaram de heresia e bruxaria, num processo que culminou em sua morte. Joana fora queimada viva em uma fogueira em praça pública, diante de um governo francês omissivo (MICHELET, 2007, p.122).

Na narrativa clariciana, não chegamos a um extremo de uma fogueira em praça pública, mas a Joana de Clarice também é uma mulher transgressora. Guiada por impulsos mais fervorosos, ela age conforme aquilo que considera adequado. Uma mulher que se casa e não se sente feliz, se divorcia, tem um amante; em suma, vive intensamente as suas emoções. Ressalte-se que a obra de Clarice Lispector foi publicada nos anos 40, período no qual a liberdade feminina ainda era cerceada. Vejamos o que a Joana de Clarice aponta sobre a noção de casamento:

Julgava mais ou menos isso: o casamento é o fim, depois de me casar nada mais poderá me acontecer. Imagine: ter sempre uma pessoa ao lado, não conhecer a solidão. – Meu Deus! – não estar consigo mesma nunca, nunca. E ser uma mulher casada, quer dizer, uma pessoa com destino traçado. Daí em diante é só esperar pela morte. Eu pensava: nem a liberdade de ser infeliz se conservava porque se arrasta consigo outra pessoa (LISPECTOR, 1980, p. 139).

Assim a possível relação de intertextualidade estabelecida entre a personagem histórica Joana D'Arc e a Joana da narrativa clariciana emerge a partir das transgressões das duas mulheres que ousaram defender seus ideais. Portanto, Joana D'Arc, uma figura histórica, também possui ecos na personagem ficcional Joana de *Perto do coração selvagem* – as duas têm em comum o fato de serem destemidas e audaciosas, não se limitando diante de pré-concepções.

Dos pensamentos da personagem de Clarice Lispector podemos inferir a sua maldade, ou aquilo que ela acredita ser sua crueldade; e mesmo que este mal faça parte da personalidade de Joana ele é essencial tanto para a constituição da personagem e sua profundidade psicológica quanto para a narrativa de Clarice Lispector. A partir desta maldade de Joana é que todo o enredo se desenvolve. A respeito desta força mobilizadora da narrativa, Yudith Rosenbaum observa:

No entanto, pela primeira vez a abordagem abandona o terreno alusivo ou pontual para mergulhar no que escolheu como fundamento da análise, como seu eixo iluminador: a presença do sadismo, supostamente constitutivo da gênese do eu, examinando em suas várias manifestações como força mobilizadora do enredo da autora de *Perto do coração selvagem* (ROSENBAUM, 1999, p.11).

O mal de Joana é parte dos estudos claricianos não somente dentro deste romance de Clarice, como também fornece pistas para a análise temática em todas as outras obras da escritora que se seguirão, já que o mal que afeta Joana também tocará e constituirá vários personagens de Clarice. Lembremos que Joana é o embrião de todos os próximos personagens claricianos, seja dos romances, dos contos ou mesmo das crônicas da autora.

Joana desestabiliza a moral através do constante embate de sentimentos. Em um momento encontramos a personagem de Clarice tranquila, estável e alegre e, subitamente, ela é tomada por ódio e raiva. Neste embate não há uma “medição” dos impulsos pela moral, ou seja, a personagem não deprecia ou menospreza sua raiva em relação a sua alegria. Ambas as emoções a desacomodam, e é justamente o que ela almeja. Joana deseja questionar, problematizar um mundo que se mostra hostil a ela. Ela anseia pensar ainda que isso lhe custe sentir-se como uma mulher má, impiedosa, e por consequência, culpada. De certo modo, podemos afirmar que a concepção de mal de Joana deixa o terreno convencional da moral social, como aponta Yudith Rosenbaum:

O mal migra do polo convencional que lhe atribui uma valoração negativa para um outro que lhe resgata o sentido de criação. O mal negativo, moral e eticamente, passa a ser o retorno ao conhecido, lugar da ordem, essa sim, concebida como morte do humano. E o mal que desagrega as forças que tendem a se unificar surge, no espaço literário, como responsável pelo movimento do enredo, sopro anímico abortado em nome de um tipo de “bem estar” que aliena e amortece as consciências (ROSENBAUM, 1999, p.127).

Clarice, por meio de Joana, desmascara alguns dos preconceitos humanos, pois a autora apresenta emoções como raiva e ódio como partes constituintes da personalidade de Joana, e não o faz de modo depreciativo; pelo contrário, os expõe como algo humano, nos faz pensar e repensar toda a nossa moral, as nossas definições estáticas e imutáveis. É esse precisamente nosso intuito, qual seja, o de promover um estudo no qual não nos detemos em pré-concepções e definições restritas em relação ao mal e à moral social. Tentaremos elucidar o mal que atinge Joana e de que forma se incorpora às suas ações e a faz sentir-se profundamente culpada.

Clarice Lispector, juntamente com autores como Espinosa, Schopenhauer, Nietzsche, e até mesmo Freud, se incorpora a um seleto grupo de pensadores que se

empenham em desvelar a moralidade, revelando aspectos relacionados a condutas hipócritas (ROSENBAUM, 1999, p.20). Não é por acaso que a autora faz parte deste seleto grupo. Clarice Lispector lia Espinosa. Essa informação nos chega por meio dos escritos da biógrafa de Clarice, Nádia Battella Gotlib, que em sua obra, *Clarice Fotobiografia*, nos apresenta uma imagem de uma antologia francesa de Espinosa, assinada por Clarice Lispector com a suposta data de aquisição do livro: 14 de fevereiro de 1941 (GOTLIB, 2008, p.134). A informação do contato de Lispector com a obra do filósofo também é reiterada posteriormente por Benjamin Moser, em *Clarice, uma biografia*, na qual o autor aponta a existência da referida antologia francesa de Espinosa na biblioteca de Clarice Lispector (MOSER, 2009, p.169).

Já podemos inferir que a referência de Espinosa, que surge em *Perto do coração selvagem*, não é aleatória. A autora demonstra ter alguma familiaridade com a obra de Espinosa. Na narrativa de Clarice Lispector, o filósofo surge através do personagem Otávio, que precisa escrever artigos a respeito da obra de Espinosa. Além disso, segundo Benjamin Moser, o exemplar encontrado na biblioteca de Clarice tinha anotações datadas de 14 de fevereiro de 1941, e a autora inicia a escrita de seu primeiro romance *Perto do coração selvagem* em março de 1942. E a relação de autor e leitor estabelecida entre Espinosa e Clarice é explicitada por Moser:

O envolvimento filosófico de Clarice com Espinosa não era uma questão de copiar frases para em seguida esquecer-las. Os pensamentos dele seriam incorporados aos seus, e embora ela não viesse a citá-lo de novo com a mesma extensão, frases espinosianas ocorrem periodicamente em sua obra (MOSER, 2009, p.171).

As ideias espinosianas afetaram Clarice de modo substancial. Na *Ética*, Espinosa apresenta uma concepção de Deus, que se aproxima de forma significativa da interpretação de Deus que vemos em alguns dos textos claricianos. Espinosa concebe Deus enquanto essência, sem sentido universal, nem o de entidade ideal; é o ser próprio (ESPINOSA, 1992, p.100). Na concepção espinosiana, Deus é imanente ao mundo (ESPINOSA, 1992, p.137). Essa noção filosófica também pode ser inferida na crônica *Perdoando Deus*, analisada anteriormente. Neste texto, a própria narradora deixa

transparecer que Deus é a terra e o mundo, uma percepção semelhante ao que o filósofo nos coloca ao definir Deus como substância.

O mundo para Espinosa não foi criado por um ser superior a todos os outros, mas é apenas uma consequência necessária da substância. Logo ele identifica a substância como a natureza e como Deus. Distinguindo a natureza naturante (Deus) e a natureza naturada (mundo). Assim a natureza naturante é a própria substância, Deus e sua essência infinita. Já a natureza naturada diz respeito a manifestações da essência divina. A natureza naturante deve ser concebida como o que existe em si, e é gerada por si mesmo. Em contrapartida, a natureza naturada é tudo o que deriva da natureza naturante (ESPINOSA, 1992, p.150-151). É a partir da sua noção de Deus que Espinosa procederá a uma definição de bem e de mal:

Chamaram de Bem a tudo o que importa ao bem estar e ao culto de Deus, e mal, o que é contrário a isto. É que, quem não conhece a natureza das coisas nada pode afirmar somente as imagina e toma a imaginação pelo entendimento, e por isso acredita firmemente que existe ordem nas coisas, ignorante como é da natureza dos seres e da de si mesmo (ESPINOSA, 1992, p.172-173).

Segundo Espinosa, alma e corpo são uma só e mesma coisa que ora está sob o atributo do pensamento, ora sob o atributo da extensão (ESPINOSA, 1992, p.270): “A alma humana não conhece o próprio corpo humano nem sabe que este existe senão pelas ideias das afecções de que o corpo é afetado” (ESPINOSA, 1992, p.225-226). Com isso, Espinosa descentraliza a importância da alma como superior ao corpo, alegando que o funcionamento de ambos está interligado. Para ele, corpo e alma estão em um estado de união. Para o filósofo, afecções do corpo são as que tanto aumentam quanto diminuem a potência do corpo. Quando temos uma causa adequada somos tomados por uma afecção denominada por Espinosa de ação; quando somos tomados por uma causa inadequada, o filósofo denomina a afecção de paixão. Em síntese, para Espinosa, existem dois tipos de afetos: os ativos e os passivos. Os ativos são originários das ideias adequadas que aumentam a nossa potência de agir. Em contrapartida, os afetos passivos são originários de nossas ideias inadequadas.

Espinosa aponta que existem três afetos primários. São eles: a alegria, a tristeza e o desejo. É destes três afetos que derivam todos os outros (ESPINOSA, 1992, p.279). Assim sendo, para Espinosa o amor é uma alegria acompanhada da ideia de uma causa exterior e o ódio uma tristeza acompanhada da ideia de uma causa exterior (ESPINOSA, 1992, p.281). Quando identificamos um objeto que de alguma forma se assemelha com outro que habitualmente afetaria nossa alma de alegria ou de tristeza, ainda que não seja o real objeto, a motivo dessas afecções, todavia, por uma identificação e semelhança o amaremos ou o odiaremos (ESPINOSA, 1992, p.284).

Já quando encontramos um objeto que nos faz experimentar uma afecção de tristeza, com qualquer semelhança com outro que geralmente nos faz experimentar a alegria, tendemos a amá-la e odiá-la ao mesmo tempo. Espinosa define este estado como “flutuação da alma” (ESPINOSA, 1992, p.285). Com a teoria espinosiana acerca dos afetos, podemos perceber que amor e ódio são sentimentos muito próximos, e que um indivíduo pode ser acometido por ambos ao mesmo tempo. O ódio para Espinosa pode se manifestar sob diversas formas, como a inveja, que, segundo ele, é quando o homem se alegra com o mal de outrem ou se entristece com seu bem. A cólera é o esforço que fazemos para fazer mal àquele que odiamos. Já a vingança é o esforço para retribuir o mal que consideramos ter sido feito contra nós.

Portanto, podemos vislumbrar o fato de que são os afetos que regulam nossas ações e comportamentos, circunstância que é observável nos personagens de Clarice Lispector, os quais são constantemente tomados e guiados por seus afetos, a ponto de, em determinados momentos, se mostrarem ao leitor como totalmente intuitivos, sucumbidos à emoção. Seguindo a prerrogativa de Espinosa, o homem não possui capacidade para dominar e controlar suas afecções: “Com efeito, o homem, submetido às afecções, não é senhor de si, mas depende da fortuna, sob cujo poder ele está, de tal modo que é muitas vezes forçado a seguir o pior, vendo muito embora o que é melhor para si” (ESPINOSA, 1992, p.355).

Contudo, vale destacar que Espinosa faz uma ressalva em relação ao controle destes afetos. O filósofo argumenta que, sobre o ditame da razão, escolheremos entre dois bens sempre o maior, já entre dois males o menor (ESPINOSA, 1992, p.422). O homem, ao ser guiado pela razão, na concepção de Espinosa, pode ser livre, pois esse

teria apenas ideias adequadas, por conseguinte, não seria suscetível a nenhum conceito de mal e conseqüentemente de bem. Este indivíduo seria livre, à medida que se guiaria sob ditame da razão (ESPINOSA, 1992, p.424).

Em vista disso, é possível considerar que Clarice tenha sido tocada por ideias espinosianas para defender algumas das ideias em seus romances, sobretudo aquela que é nosso objeto de estudo. Assim, nossa proposta não escapa do viés filosófico, já que a própria autora, em seu processo de criação, frequentava conceitos e noções trazidos da filosofia para o campo da literatura. Nosso estudo propõe pensarmos ambas as áreas do conhecimento conciliadas, fazendo com que a filosofia ilumine a literatura e vice-versa.

3.2 A descendência do mal na infância

O título da obra de Clarice já nos adianta o que encontraremos na narrativa, ou seja, um “coração selvagem”. Deter-nos-emos por um breve momento na palavra “selvagem” e na carga semântica que esse termo traz consigo. Quando enunciamos o termo “selvagem”, de imediato remetemos a algo que vem das selvas, que não foi domesticado e civilizado. Mais do que isso, selvagem, na narrativa clariciana, adquire a acepção de um indivíduo mediado por atitudes de rudeza, um tipo rústico, que não aceita ser doutrinado e inserido em uma moral, pelo menos não sem antes questioná-la. E esse indivíduo é uma mulher indomável, complexa e fascinante: Joana. A própria “selvageria” de Joana faz com que ela não aceite imposições. Em suma, é essencialmente o fato de ela ser de certo modo “selvagem” que a faz não ser facilmente doutrinalizada pela moralidade.

O “coração selvagem” de Joana se manifesta já em sua infância. No romance, acompanhamos toda a jornada de vida de Joana, desde a sua infância até a vida adulta, o seu casamento, sua separação. Ao longo da trajetória, nos vemos imersos no mundo e nas reflexões existenciais de Joana. Por consequência, cada vez que ela questiona de modo subjetivo determinado ponto moral, nos faz pensar e questionar juntamente com ela. Joana é questionadora, impulsiva e movida por suas emoções. São essas emoções

que a fazem entrar em um estado de reflexão. Dessa forma, descentralizando conceitos como o mal, uma vez que através do que acompanhamos no itinerário da personagem, e de suas reflexões abrem a possibilidade de questionarmos a maldade de Joana. Joana adquire e desenvolve gestos e ações que levam uma pessoa a ser considerada justamente má? Ou podemos pensar que Joana é percebida como má a partir do momento em que não cede aos desejos alheios?

A personagem central e foco principal de nosso estudo é uma menina órfã de mãe, que vive com o pai, que, por sua vez, não se esforça nos cuidados da criança. Em seguida, o pai falece e ela logo vai viver com sua tia, que não a suporta. Note-se que o breve convívio com Joana já lhe causa uma repulsa e um medo extremo. É justamente por não suportar Joana e seu comportamento que a tia resolve colocá-la em um orfanato. A menina chega à adolescência e desenvolve uma paixão inconfessada por seu professor. Já adulta, Joana se casa com Otávio, mas ambos apresentam personalidades muito distintas. Enquanto Joana mostra-se emotiva, e movida por seus impulsos, Otávio é racional, centrado em seus objetivos. O casamento termina, Otávio fica com sua antiga noiva, a atual amante Lídia. Joana se envolve com um “homem” inominado na narrativa e, após alguns encontros, Joana deixa o homem misterioso e parte em uma viagem.

Ao longo de toda a trama que envolve a personagem, vemos que ela é constantemente taxada de má pelos demais personagens. Já na infância, Joana se sente atraída e questiona situações que geralmente não são indagadas por uma criança. Logo no começo da narrativa, ao despertar pela manhã, a menina põe a cabeça na vidraça e observa no quintal do vizinho as galinhas que, segundo a própria personagem, o que são chamadas de “o grande mundo das galinhas-que-não-sabiam-que-iam-morrer” (LISPECTOR, 1980, p.09).

Em seguida, Joana salienta que as galinhas estão comendo as minhocas, e as aves serão comidas pelas pessoas. Com isso, a menina ressalta a crueldade da cadeia alimentar na natureza, a aparente tranquilidade das minhocas que, quando menos esperam, são devoradas pelas galinhas e essas, por sua vez, se tornam vítimas dos seres humanos. Assim como as minhocas, as galinhas não possuem uma percepção de que são criadas e alimentadas para servirem de alimento às pessoas. E a menina Joana, em sua inocência, nos faz pensar na crueldade que existe na natureza. Nietzsche, como já vimos anteriormente, observa que atos de crueldade não desapareceram em absoluto, pois

apenas foram transpostos de modo a se tornarem aceitáveis aos indivíduos sociais (NIETZSCHE, 2009, p.53).

Cabe observar que, na natureza, o ambiente é usualmente qualificado como selvagem, pois o que há é uma necessidade de sobrevivência baseada em instintos, não necessariamente se tornando uma ação cruel, uma vez que não há uma consciência social organizada ou um senso de civilidade. Logo, o que Joana salienta é o que poderia ser definido como uma “crueldade natural”, característica dos instintos dos animais. De certa forma, uma galinha não segue o raciocínio “sou mal por comer esta minhoca que é um ser vivo”, diferentemente do ser humano, que reconhece na galinha um ser vivo, mas que no geral prefere não pensar se está sendo bom ou mau, ao se alimentar daquele animal. Acerca deste ponto da narrativa, Rosenbaum indica a seguinte hipótese sobre a empatia de Joana com a “crueldade natural”: “Joana é sensível ao que há de selvagem nas relações animais e humanas e o prazer de tal visão já se deixa espreitar pela narrativa” (ROSENBAUM, 1999, p.33).

E mais uma vez remetemos a Nietzsche, que observa na natureza humana a predileção por atos de crueldade. Para chegar a esta conclusão, basta analisarmos a história da humanidade, que se mostra repleta de atos cruéis. Segundo Nietzsche: “Sem crueldade não há festa: é o que ensina a mais longa história do homem (...)” (NIETZSCHE, 2009, p.51). Imediatamente, quando lemos esta frase nietzschiana, já nos reportamos para uma infinidade de festas que conhecemos e que são essencialmente baseadas em atos cruéis, como é o caso das tão conhecidas touradas na Espanha. E não somente atos festivos, mas a história em si nos traz inúmeros relatos da crueldade da humanidade, como os episódios nazistas registrados durante a II Guerra Mundial.

Todavia, é através do olhar e da reflexão de Joana que começamos a perceber o quanto os indivíduos se comprazem com atos impiedosos. Logo após o episódio das galinhas, a menina abandona o quarto e segue para conversar com o pai e posteriormente vai brincar com suas bonecas. Durante a brincadeira, Joana imagina e produz uma encenação no mínimo inusitada para uma criança: enquanto Joana veste e despe a boneca Arlete, encena o seu atropelamento. Trata-se de uma cena violenta para a imaginação de uma criança como Joana.

Percebe-se que o episódio posterior da brincadeira com as bonecas de Joana ultrapassa um motivo acessório, pois podemos considerá-lo como o primeiro momento dentro da narrativa em que ocorre o embate entre o bem e o mal, e esse feito se dá através da imaginação de Joana. Ao criar uma encenação de atropelamento entre suas bonecas, a menina nos apresenta o que seria uma representação da força do mal. Ao ser violentamente atropelada, a boneca desfalece. Logo, temos uma representação da morte, que ocorre de um modo violento.

Contudo, cabe ressaltar que, no caso do atropelamento das bonecas, a menina imagina uma fada, segundo o seu sentido dicionarizado, trata-se de um ser imaginário do sexo feminino a que se atribui poder mágico de influir no destino das pessoas. Um ser que atua na proteção dos seres humanos, evitando e anulando maldades. As fadas, geralmente, são relacionadas ao bem e à prática de atos bondosos. Imediatamente, a partir da atuação da fada, a boneca Arlete é ressuscitada. Atuação semelhante à da fada de Joana é a das fadas do conto “A bela adormecida”, no qual a morte também é evitada, ou ao menos substituída pelo sono profundo, pela atuação das fadas para salvarem a vida da princesa Aurora.

O embate entre o bem e o mal nas brincadeiras de Joana é constante. Ao brincar de professora, a menina imagina dois alunos, cena em que um é bom e o outro mau: “Divertiu-se com os papelões. Olhava-os um instante e cada papelão era um aluno. Joana era a professora. Um deles bom e outro mau” (LISPECTOR, 1980, p.11). A problemática moral do regular embate entre o que é bom e o que é mau marca a imaginação da menina Joana. Em cada uma de suas brincadeiras, a menina opõe o bem contra o mal. Assim como Joana representa em suas brincadeiras infantis o embate entre o bem e o mal, a moral social é construída exatamente sobre essas duas oposições. É precisamente a moral social que regula aquilo que nós, enquanto cidadãos, devemos considerar como bem e como mal.

Por conseguinte, nas atitudes de Joana, vemos que a moral social é problematizada, e que a mesma consegue diferenciar o certo do errado, pelo menos quanto ao que é preconizado pela moral social. No entanto, novamente voltamos à questão que desenvolvemos anteriormente: a predileção do ser humano por atos cruéis. Por que razão uma menina encenaria um ato violento como um atropelamento? Só a podemos justificar em relação aos sentimentos ambíguos que acreditamos e aceitamos

que o ser humano desenvolve sobre o sofrimento de outros seres. E o fato de haver uma identificação por parte de Joana em relação a esses atos impiedosos é possivelmente uma das motivações para que ela seja considerada má, pelo menos para os demais personagens que convivem com ela.

3.3 A expressividade do mal e a busca por aceitação social

A noção de maldade imposta à Joana pelos outros personagens a acompanhará ao longo de toda a sua trajetória e, junto com essa perspectiva do mal, as ações cruéis. Cabe observar o modo como o mal se manifesta no percurso de Joana. Como vimos anteriormente, através da teoria de Hannah Arendt, há uma série de sentimentos que são vinculados ao mal, como ódio, raiva e vingança. Segundo a filósofa, seguindo a proposta de Merleau Ponty na obra *O visível e o invisível*, as nossas emoções possuem uma intrínseca relação com o nosso corpo. Manifestamos parte do que sentimos através de nossas expressões, gestos e olhares. No entanto, elegemos o modo como estas emoções se manifestam, já que nossos sentimentos são manipulados pela reflexão do pensamento. O modo como nos apresentamos aos demais sempre revela algo e ao mesmo tempo busca ocultar outros sentimentos. Assim, quando sentimos e externalizamos o perdão e a piedade, podemos estar tentando ocultar um desejo de vingança, e a esse processo Hannah Arendt define como *semblância*, pois o aparente perdão se converte em mera *semblância* (ARENDR, 2002, p.30).

No comportamento de Joana, vemos que sentimentos como a raiva são irrompidos e logo contidos. Ao externalizar suas emoções, ela busca controlá-las, e dominá-las através de seu pensamento, como é exposto por Arendt. O primeiro episódio em que o termo raiva é utilizado explicitamente na narrativa é quando o narrador relata o cuidado que Joana tem com seus segredos, e sua impossibilidade de falar sobre eles com seu pai. Contudo, surge a figura de Rute, com quem Joana, aparentemente, se sente à vontade. Para Rute ela consegue revelar seus segredos, embora após relatá-los ela fique com raiva de Rute, como podemos observar: “Quando

dizia a Rute, por exemplo, alguns segredos, ficava depois com raiva de Rute. O melhor era mesmo calar” (LISPECTOR, 1980, p.12).

No trecho da obra que citamos acima, é possível observar que Joana tenta controlar seus sentimentos e reprimi-los, pois, para evitar a raiva, a personagem se priva do ato de falar. Com isso, Joana internaliza alguns sentimentos, como a raiva, que em sua vida adulta lhe causam uma culpa que a perturba, como veremos mais adiante em nossa análise. O fato de Joana internalizar alguns sentimentos e buscar controlá-los é muito interessante se refletirmos com base na teoria nietzschiana que vimos anteriormente. Nietzsche expõe que, assim que o homem se percebeu submetido a doutrinações sociais, notando que já não havia contra quem voltar seus impulsos negativos, como o ódio, a vingança e a crueldade, ele imediatamente passou a internalizá-los, originando a má consciência e a culpa (NIETZSCHE, 2009, p. 68).

Joana, por reprimir esses sentimentos, se autopune e se reprime a cada instante. É como se houvesse a eclosão de uma espécie de autocrueldade, uma crueldade que se volta para si mesma. Os sentimentos negativos a sobrecarregam de tal modo que a própria Joana passa a se sentir má e culpada por cada uma de suas ações, mesmo que a intenção ou mesmo o resultado não sejam causar dano ao próximo. A raiva para Joana, naquele momento, precisa ser controlada, mesmo que para ela seja difícil de fazê-lo. Assim, para evitar que o sentimento exploda, ela prefere privar-se da fala, e se reprimir. De certo modo, esse processo de repressão das emoções implode interiormente em Joana, sob a forma de culpa. No entanto, a repressão de Joana ocorre mais em função do que o coletivo reconhece como negativo do que com suas definições pessoais.

Os sentimentos considerados pelo contexto social como negativos, na concepção de Joana, não se distanciam de forma tão explícita dos sentimentos positivos, como amor, felicidade ou alegria. Percebe-se que Joana observa o relógio, no intuito de perceber o passar do tempo. Nesse gesto ela é invadida por uma dor psíquica e percebe que o tempo parece não passar, pois ela continua sentindo a pungência dessa dor. Em contrapartida, quando sente raiva ou alegria, ambos os sentimentos lhe causam a mesma sensação, pois excedem a questão temporal: “Agora, quando acontecia uma alegria ou uma raiva, corria para o relógio e observava os segundos em vão” (LISPECTOR, 1980, p.12). O sentimento de raiva experimentado por Joana é tão forte e avassalador que se aproxima da sensação prazerosa de alegria.

O “controle repressivo” que Joana busca exercer sobre suas emoções, como no episódio com Rute, está interligado com a necessidade de aprovação, a necessidade de aceitação de ser amada por aqueles que a cercam. Em um primeiro momento, o pai preenche essa necessidade, depois a tia e logo o marido Otávio. Joana não quer ser considerada má, pois anseia o amor daqueles a quem ela ama, e para isso ela se autopune e reprime. Entretanto, o controle que Joana possui sobre suas emoções, em vários momentos, não é efetivo, e ela é tomada por seu impulso emocional. Contudo, imediatamente é taxada de má pelos demais, e prontamente se sente culpada, vislumbrando a partir daí a necessidade de seus impulsos serem internalizados. Assim, a crueldade, o desejo de vingança e o ódio sentidos por Joana se voltam contra ela, fazendo com que se sinta culpada, de forma a adquirir a certeza de que nasceu para o mal.

A certeza de Joana de que “dá para o mal” é uma noção basilar dentro da narrativa de Clarice, assim como para a nossa proposta de trabalho. O mal, como já observamos, é imprescindível no romance de Clarice, pois, é a partir dele que todo o enredo de Joana se move e se interliga. É através do mal que afeta Joana que todos os personagens da narrativa clariciana se articulam. Já para nosso estudo, esta noção é central, porque buscamos mapear marcas do mal e como ele se manifesta socialmente.

Joana parece estar sempre no limite emocional, sempre pronta a explodir em violência. A esta referida força interna violenta, Joana define como a força do mal. No comportamento de Joana, notamos que ela é profundamente instintiva e a própria personagem reconhece ser tomada por seus instintos primitivos em alguns momentos, como quando se compara a uma fera: “O que seria então aquela sensação de força contida, pronta para rebentar em violência, aquela sede de empregá-la de olhos fechados, inteira, com a segurança irrefletida de uma fera?” (LISPECTOR, 1980, p.14).

Os instintos de Joana a fazem agir impulsivamente, o que em seguida produz na consciência da personagem uma culpa, fazendo-a refletir. Por mais que Joana reconheça e se utilize de sua força interna impulsiva em alguns momentos, ela também se questiona se esta sua força animal não é prejudicial, o que comprova que ela teme ferir aqueles por quem tem algum apreço, pois Joana anseia e necessita agradar àqueles a quem admira, ou como ela define, alguém poderoso: “No fundo de tudo possivelmente

o animal repugnava-lhe porque ainda havia nela o desejo de agradar e de ser amada por alguém poderoso como a tia morta” (LISPECTOR, 1980, p.14-15).

No trecho que citamos acima, percebemos uma das razões para que Joana se sinta culpada, uma vez que, no intuito de agradar àqueles a quem admira, ela reprime alguns de seus impulsos. E esses, uma vez reprimidos, formam em Joana uma constante tensão emocional. E essa é provavelmente uma das causas de a personalidade de Joana ser tão magnética ao leitor da obra de Clarice Lispector. Joana admite faces humanas que a maioria tenta refrear, ocultar ou até mesmo negar. Embora ela sinta culpa, admite sentir ódio, raiva, ira e desejo de vingança, reconhecendo sentir certo prazer na maldade – como vemos: “Nem o prazer me daria tanto prazer quanto o mal, pensava ela surpreendida” (LISPECTOR, 1980, p.14).

Para Joana, o mal é tão constitutivo do ser humano quanto é o bem. E fazer o mal é tão prazeroso quanto fazer o bem. Nesse sentido, ela demonstra e acolhe o fato de que, queiramos ou não, o ser humano tende a sentir um prazer na crueldade, mesmo que seja a crueldade repensada como nos propõe Nietzsche. Como já vimos anteriormente, segundo o filósofo, atos de crueldade não desapareceram da perspectiva da humanidade, já que eles apenas foram repensados de modo a se tornarem aceitáveis frente às regras sociais (NIETZSCHE, 2009, p.53). Joana aceita que sente uma maior identificação com o que é considerado mal do que com a bondade. A ferocidade a fascina, talvez porque o mal a desacomode, a faça refletir, abandonando sua zona de conforto, ao passo que a bondade a mantém estagnada. Contudo, isso não significa que Joana pratique o mal, mas sem dúvida ela se utiliza dele como catalisador de suas reflexões pessoais e sociais.

A própria Joana apresenta certa indecisão quando está diante de atos praticados a partir de uma força interna baseada na ferocidade, fato que se destaca se considerarmos o episódio em que Joana descreve um “homem guloso comendo”. Nesta cena Joana visualiza um homem comendo um pedaço de carne, segundo ela com extrema ferocidade e violência: “As pernas sob a mesa marcavam compasso a uma mesa inaudível, a música do diabo, de pura e incontida violência” (LISPECTOR, 1980, p.15). A associação da violência, da crueldade e da ferocidade e, por consequência, do mal, com a figura do anjo decaído, o “diabo”, é ressaltada pela própria Joana na passagem que citamos. É necessário observar que na abertura do nosso primeiro

capítulo esta intrínseca associação entre as alegorias mencionadas já havia sido apontada.

Além disso, diante do episódio que Joana visualiza, ela reflete sobre o sentimento que toda aquela ferocidade lhe desperta e logo se põe confusa: “Joana estremecera arrepiada diante de seu pobre café. Mas não saberia depois se fora por repugnância ou por fascínio e voluptuosidade. Por ambos certamente” (LISPECTOR, 1980, p.15). Na dualidade sentimental despertada em Joana, vemos que possivelmente o mal do qual Joana é constantemente acusada é dúbio, isto é, a dúvida dela quanto ao que sente seja possivelmente porque todos que a cercam a veem como má, enquanto ela apenas age do modo como lhe parece mais adequado, sem se preocupar demasiadamente com a moral. Em suma, Joana age sem levar em consideração os preceitos morais, ainda que toda a posterior pressão social que a julga como má a faça sentir perturbada e portadora de um caráter dúbio.

Joana reflete muito acerca do que vem a ser o mal que a afeta e o porquê de seus gostos e interesses serem permeados por certas ações vistas pelo todo social como mal. Joana revela ter um interesse por histórias dramáticas em que há manifestação do mal: “Emocionava-a também ler as histórias terríveis dos dramas onde a maldade era fria e intensa como um banho de gelo” (LISPECTOR, 1980, p.15). E logo em seguida Joana segue confusa e lembra-se da tia com suas restrições como não roubar, uma vez que o que se rouba pode já estar reservado para você de modo honesto. Mas Joana se questiona por que não roubar e, em seguida, enuncia uma frase enfática: “Roubar torna tudo mais valioso. O gosto do mal – mastigar vermelho, engolir fogo adocicado” (LISPECTOR, 1980, p.16). Em seguida no romance Joana argumenta acerca de suas preferências e interesses pessoais:

Buscar a base do egoísmo: tudo o que não sou não pode me interessar, há impossibilidade de ser além do que se é – no entanto eu me ultrapasso mesmo sem o delírio, sou mais do que eu quase normalmente; – tenho um corpo e tudo o que eu fizer é continuação de meu começo; se a civilização dos maias não me interessa é porque nada tenho dentro de mim que se possa unir aos seus baixos-relevos; aceito tudo o que vem de mim porque não tenho conhecimento das causas e é possível que esteja pisando no vital sem saber; é essa a minha maior humildade, adivinhava ela (LISPECTOR, 1980, p.16).

Desse modo, o que podemos observar é que, na perspectiva de Joana, o interesse por algo é uma provável manifestação do que constitui a nossa personalidade emocional e sentimental, ou seja, nossas escolhas e preferências não são em vão. Logo, o uso do termo roubar neste contexto adquire uma acepção que extrapola o sentido dicionarizado, pois, para Joana, “roubar” é buscar seus limites emocionais, não doutrinar-se, agindo de modo a romper com as fronteiras dos afetos, sejam essas emoções positivas ou negativas. E, além disso, Joana admite que tudo o que ela pode fazer em relação a si mesma é aceitar todas as suas manifestações emocionais sem restrições, pois, ao desqualificar, ou reduzir a importância de uma emoção, ela pode estar perdendo algo de essencial em sua personalidade constantemente aberta a experiências.

Embora Joana assuma uma postura de aceitação ante suas emoções, ela se vê constantemente influenciada pela perspectiva dos demais personagens em relação a ela. Por ser incessantemente definida como má por sua tia, por seu marido ou mesmo por Lídia, a amante de seu marido, é que Joana se sente culpada. Inicialmente, no comportamento de Joana, não há uma moral já definida que a guie. Joana atua de forma indiferente aos princípios morais, o que não significa que Joana não reconheça a moral comum, visto que é por conhecer os princípios sociais comuns que ela pode agir de modo indiferente a estes preceitos. É por admitir a existência da moral social que Joana sente-se afetada com a opinião dos demais, despertando nela o sentimento de culpa. Como podemos notar no seguinte trecho: “Se existisse pecado, ela pecara. Toda a sua vida fora um erro, ela era fútil” (LISPECTOR, 1980, p.20).

Assim, mesmo que Joana não seja má, ou não se sinta desse modo, ela passa por um processo de internalização do que os outros pensam a respeito dela. Joana não está acima da moral de modo algum. Entretanto, ela também não se insere dentro dos padrões estabelecidos, e o fato de não se enquadrar como todos os demais é o que desestabiliza sua tia, que, como veremos adiante, sente ódio por Joana, e esse ódio vem associado ao medo. Ela não só odeia como teme profundamente o comportamento de Joana. Todo este receio sentido pela tia em relação a Joana talvez se deva ao fato de que ela reconheça na sobrinha toda a sua impossibilidade de ser e de vivenciar. Joana é livre em suas emoções, não teme viver e experimentar novas sensações. A tia, em contrapartida, sente-se presa a amarras sociais e doutrinações religiosas que a impedem

de experimentar tudo o que supostamente gostaria. Dessa forma, Joana seria uma projeção para a tia. Daí resulta todo o medo que a mulher tem de Joana, pois ela vislumbra na sobrinha emoções recalcadas que experimenta, mas que não ousa externalizar.

Joana não possui uma moralidade internalizada. Note-se que o fato de que Joana é órfã de mãe e a falta do convívio materno faz com que Joana se afaste em parte de laços afetivos que contribuem para a formação do reconhecimento moral – considerando que o nosso primeiro contato com as questões morais são por meio do contato familiar, especialmente o materno. É a partir de processos de identificação com os progenitores que iniciamos nossa inserção social, e aprendemos a respeitar os limites estabelecidos pelo que está pré-acordado pelo coletivo. Joana não teve contato com a mãe, e logo em seguida perde o pai, ficando sob a guarda da tia que, como já abordamos, sente medo e repulsa do comportamento de Joana.

Sobre a relação maternal e a importância da figura materna, temos o apoio teórico de Melanie Klein, que abordou essa problemática em suas obras. Em *Amor, culpa e reparação* (1937), Klein fundamenta que nosso primeiro objeto de amor e de ódio é a mãe, ao mesmo tempo em que a amamos, também a odiamos. Assim, a mãe é amada à medida que satisfaz os anseios de alimentação do bebê. No entanto, quando esse bebê está com fome e não tem seus desejos atendidos, seus impulsos destrutivos se voltam contra esta mãe. Em síntese, para a criança, tudo o que sente, seja bom ou ruim, está ligado à figura materna (KLEIN, 1996, p.347).

Nessa medida, como a mãe foi a primeira a satisfazer nossas necessidades de autopreservação, ela desempenha um papel perdurável em nossa mente, manifestando sua influência de diversas formas, embora não seja simples definir como se manifesta esse processo de influência. Segundo Klein, as marcas dessa experiência repercutem sobre nossas relações posteriores com outros indivíduos. Como exemplo, Klein cita uma mulher que, no relacionamento com o marido, de modo inconsciente, reproduz alguns dos comportamentos maternos (KLEIN, 1996, p.348).

A relação mãe-bebê se configura desde o começo a partir dos sentimentos de amor e ódio. Ao perceber seus impulsos como satisfeitos pelo objeto bom, o bebê imediatamente a relaciona com o “seio bom” e passa a nutrir sentimentos de amor para

com a mãe. Entretanto, os impulsos destrutivos permanecem latentes. Como propõe Klein: “Contudo esse primeiro amor já é perturbado em suas raízes por impulsos agressivos. O amor e o ódio lutam entre si na mente da criança; essa luta continua presente de certa forma pelo resto da vida e pode se tornar fonte de perigo nas relações humanas” (KLEIN, 1996, p.348-349).

Essa relação de amor e ódio do bebê em relação à mãe é o que originará a futura capacidade de distinção entre o bom e o mau. O bebê que não consegue dividir e manter separados o amor do ódio, ou seja, o objeto bom do objeto mau, futuramente terá dificuldades em distinguir o que é bom do que é mau em outros contextos (KLEIN, 1991, p.216). Assim como o bebê precisa manter separados o amor do ódio, também devendo efetuar a distinção entre o alimento bom e o mau com clareza, o processo de nossa formação moral segue essa divisão. Para que isso não afete posteriormente sua capacidade de formar valores, sustenta a psicanalista a seguinte tese: “Se, primordialmente, o alimento bom é confundido com o mau, posteriormente a habilidade para pensar claramente e para desenvolver padrões de valores é prejudicada” (KLEIN, 1991, p.253).

Os impulsos do bebê são acompanhados de uma atividade mental, ou seja, o bebê é capaz de produzir fantasias. Assim, ele tem a possibilidade de fantasiar a presença da mãe, quando essa está ausente, e este processo gera satisfação ao bebê. Ao contrário, se ele se sente frustrado em relação ao objeto nutridor, o bebê passa a fantasiar que está destruindo o objeto. Durante esta fase na qual o bebê está fantasiando, segundo Klein, ele está em uma posição esquizo-paranoide. No decurso das fantasias de destruição, o bebê sente como se o que fantasiou realmente tivesse ocorrido, o que produz nele um desejo de reparação. Assim, a fantasia passa a ser de que ele está restaurando o objeto do qual ele é totalmente dependente (KLEIN, 1996, p.349).

Com isso, já notamos que a partir daqui se configura um sentimento de culpa. Segundo Klein, o sentimento de culpa é gerado de um “medo inconsciente de ser incapaz de amar os outros de verdade ou de forma suficiente” (KLEIN, 1996, p.350). A culpa é derivada de um medo de não ser possível controlar os impulsos agressivos, dessa forma, constituindo um perigo para aqueles que o cercam. Do mesmo modo, os indivíduos que são tomados por culpa geralmente possuem uma necessidade de serem aceitos e admirados pelos outros, sobretudo pelos que amam (KLEIN, 1996, p.350).

Esse fato é pertinente se observarmos o comportamento de Joana, que sente uma necessidade de ser amada e respeitada pela tia, mesmo que depois de conquistar o carinho da parenta ela possa desprezá-la.

A ausência da mãe de Joana no seu processo de constituição moral foi, possivelmente, um dos motivos de Joana não possuir uma moral suficientemente internalizada. Pois, como vimos, o primeiro momento, no qual estabelecemos uma distinção valorativa entre bom e mau, é efetivado através da figura materna. É por meio da mãe que a moral é desencadeada. Embora o pai de Joana tenha ficado como representante desta figura que estabelece limites, ele parece não ter habilidades para lidar com a menina. Também é através do pai de Joana que temos conhecimento de como era a mãe da menina. O pai da protagonista definia a mãe de Joana como uma mulher fria e áspera: “Era fina, enviesada – sabe como, não é? –, cheia de poder. Tão rápida e áspera nas conclusões, tão independente e amarga que da primeira vez em que falamos chamei-a de bruta!” (LISPECTOR, 1980, p.23).

E o mais pertinente é que, ao prosseguir na descrição de Elza, o pai de Joana a compara com o diabo (LISPECTOR, 1980, p.24), figura considerada a principal manifestação do mal. A descrição que o homem faz de Elza é muito próxima da descrição de Joana. São características que podem ser percebidas no comportamento da personagem central de *Perto do coração selvagem*. Vejamos: “Tu não imaginas sequer: nunca vi alguém ter tanta raiva das pessoas, mas raiva sincera e desprezo também. E ser ao mesmo tempo tão boa... secamente boa. Ou estou errado? Eu é que não gostava daquele tipo de bondade: como se risse da gente” (LISPECTOR, 1980, p.24).

Com isso notamos que a dualidade que compõe a personalidade de Joana também estava presente em sua mãe. Ao entrarmos em contato com a descrição de Elza feita pelo pai de Joana, se isolarmos todo o contexto, nota-se que a descrição poderia ser atribuída a Joana. Como se o constante embate entre o bem e o mal, que tanto perturba Joana, já tivesse anteriormente desacomodado a existência de sua mãe. Em contrapartida, o pai de Joana deixa explícito que prefere que Joana não herde as características da mãe: “Sei lá, eu mesmo prefiro que esse broto aí não a repita” (LISPECTOR, 1980, p.24).

Nesse sentido, é como se os sentimentos negativos, como a própria raiva, enumerada pelo pai de Joana ao descrever Elza, fossem características hereditárias – sobretudo se atentarmos para o fato de que a abordagem se refere a duas mulheres em uma relação mãe-filha. Portanto, o discurso do pai nos induz a pensar que a maldade e os sentimentos ligados à mãe foram transmitidos à filha, através da genética. Não é a nossa intenção tomar partido de uma discussão entre a tensão dicotômica natureza/cultura, ainda que a nossa tendência interpretativa tenha inclinação por argumentos de base cultural. Como já ressaltamos anteriormente, pela visão do senso comum, o sexo feminino possui um histórico disfórico relacionado à problemática do mal. Basta acompanhar alguns relatos bíblicos para fundamentarmos esse ponto. Considere-se, assim, a concepção de que o mal se inicia a partir do pecado de Eva no paraíso, desencadeando, nessa medida, marcas que irão modelar visões preconceituosas da representação feminina.

Ao ser caracterizada como má, Joana passa a identificar-se como tal, se designando como violenta e maléfica. Mas, ao mesmo tempo, nota-se que a personagem é dotada de uma profunda ânsia de ser amada e aceita por aqueles que ela ama. Talvez seja por isso que Joana oscile rapidamente em diversos estados emocionais, como da tranquilidade à cólera, como veremos a seguir. É flagrante que os sentimentos negativos compõem a personalidade de Joana. Esse fato é inquestionável, contudo eles a compõem na medida em que fazem parte de qualquer ser humano. No caso dessa narrativa, o inusitado é que esses sentimentos se manifestam em alguns momentos pouco propícios. Para exemplificar, durante a narrativa há um capítulo denominado “O passeio de Joana”, no qual a personagem caminha pela natureza acompanhada de seu marido Otávio. Inesperadamente, Joana oscila de um estado de paz e tranquilidade para um ódio por aquela natureza que a cerca.

A descrição de como esse ódio se manifesta em Joana é bastante interessante, pois revela a alteração emocional pela qual Joana passa nos momentos em que se vê absorvida por emoções como o ódio: “Aquilo cinzento e verde estendido dentro de Joana como um corpo preguiçoso, magro e áspero, bem dentro dela, inteiramente seco, como um sorriso sem saliva, como olhos sem sono encurvados, aquilo confirmava-se diante da montanha” (LISPECTOR, 1980, p.28). O sentimento que se apossa de Joana novamente a desestabiliza, e as palavras utilizadas na descrição, como áspero e seco,

salientam um estado de alteração emocional. O sentimento que toma Joana é implacável e mordaz.

No entanto, após o ocorrido, Joana parece instintivamente retornar ao seu estado anterior de tranquilidade, vislumbrando uma comunhão com a natureza ao seu redor. Vale destacar que neste trecho da obra há uma aproximação entre a figura de Deus e a natureza. À medida que podemos supor que o ódio que Joana sente pela natureza possivelmente se estende à imagem divina, pois como já vimos anteriormente na filosofia nietzschiana e, mesmo na análise das crônicas de Clarice, a problemática do embate entre o bem e o mal, entre o que é positivo e negativo, se inicia na religião, com base na noção de um Deus supremo.

O ódio é um dos sentimentos constantes no cotidiano de Joana. Após a perda do pai, Joana, ainda menina, vai morar com a tia. A menina é levada por uma empregada até a casa da tia. Ao chegar a seu destino, ocorre seu primeiro encontro com a tia, após a morte do pai, e logo, a menina é tomada por uma “cólera e repugnância”. Esse seria o primeiro presságio de uma relação que se estabeleceria de forma tensa entre Joana e a tia: “Sem se conter mais, a cólera e a repugnância subiram-lhe em vagas violentas e inclinada para a cavidade entre as rochas vomitou, os olhos fechados, o corpo doloroso e vingativo” (LISPECTOR, 1980, p.33-34).

No trecho citado anteriormente, vemos uma série de emoções ligadas ao mal, socialmente definidas como uma possível manifestação do mal. Joana, no primeiro contato com a tia, é tomada inicialmente pela repugnância, informação que inferimos através da descrição feita do abraço dado à menina por parte da tia. A repugnância de Joana pela tia é tanta que de alguma forma o sentimento se extrapola e se transmuta em cólera e raiva. Esse sentimento termina se manifestando corporalmente, pois, como nos propõe Hannah Arendt, pelo viés de Merleau-Ponty, as nossas emoções possuem uma intrínseca relação com o nosso corpo, de modo que manifestamos muito do que sentimos através de nossas expressões, gestos e olhares.

Toda *demonstração* de raiva distinta da raiva que sinto já contém uma reflexão que dá à emoção a forma altamente individualizada, significativa para todos os fenômenos de superfície. Demonstrar raiva é uma forma de auto-representação: eu decido o que deve aparecer. Em outras palavras, as emoções que sinto não são mais apropriadas para serem exibidas, em seu estado não adulterado, do que os órgãos interiores pelos quais vivemos. É verdade que eu jamais poderei

transformar as emoções em aparências se elas não me impelisses a isto e se eu não as sentisse como sinto outras sensações que me mantêm cômico do processo vital interior. Mas o modo como elas se manifestam sem a intervenção da reflexão e a transferência para a linguagem – pelo olhar, pelo gesto, pelo som inarticulado – não é diferente da maneira pela qual as espécies animais superiores comunicam emoções similares entre si ou para nós (ARENDR, 2002, p.26).

Assim, Joana manifesta corporalmente o que está sentindo, pois a dor que sente em seu corpo é a manifestação de emoções as quais se apossaram dela. Novamente o sentimento toma Joana de forma violenta, e talvez seja uma forma de acentuar o caráter maléfico e negativo destas emoções relacionadas ao mal. Anteriormente, já havíamos apontado que as emoções ligadas ao mal, que se apresentam em Joana, se manifestam revestidas de brutalidade, característica dos sentimentos que de alguma forma são considerados como estados induzidos ou produzidos pelo que é considerado mal. No entanto, a própria personagem apresenta situações nas quais não estabelece uma distinção entre os bons e maus sentimentos, pois, como vimos, ela aproxima o sentimento de alegria do de raiva.

O estado de transe emocional pelo qual Joana passa se atenua imediatamente, e a menina retorna a sua aparente tranquilidade. É como se aquela dor e impulso vingativo que ela sente se descarregasse internamente, e, como propôs Nietzsche, alguns sentimentos são internalizados, formando a má consciência humana, como é o caso do anseio por vingança. A introjeção do sentimento de vingança faz com que o indivíduo almeje por se livrar desse sofrimento, provocando a descarga de “afetos vingativos”. Contudo, essa descarga promove apenas uma amenização do sentimento e não a extinção do mesmo (JUNIOR, 2013, p.193). E essa aparente descarga de emoções, que provoca certa dor corporal em Joana, é a mesma que a faz retornar para seu estado de tranquilidade emocional.

As oscilações de sentimentos de Joana reafirmam o estado de constante tensão interior no qual a personagem fora submetida. Isso acontece porque ela internaliza a caracterização que lhe é imposta pelos demais. Joana absorve a noção de “pertencer ao mal”, ao conviver com outros que lhe atribuem características de maldade. Contudo, o que ocorre no comportamento de Joana é uma forma de “amoralidade”, ou seja, é como se ela não estivesse inserida naquele conceito de moralidade no qual estão os demais

personagens. Joana não se prende a amarras sociais, ela é livre e impulsiva, e essa sua liberdade é interpretada como maldade por não seguir o que está pré-acordado pelo coletivo, mas, como já observamos, Joana também sofre com isso, pois ela é invadida por uma culpa que a atormenta, por não ser digna de admiração daqueles que ela considera poderosos – como é o caso de sua tia.

3.4 Questionando a maldade na juventude

A tia de Joana é quem mais teme a maldade de Joana, e esse medo faz com que ela passe a odiar e desprezar a sobrinha. O episódio que se configura como o limite para a tia de Joana é o roubo do livro. Joana está com a tia, fazendo compras e, quando a tia vai pagar pelos produtos adquiridos, a menina rouba um livro. Contudo, a tia percebe o que Joana acabara de fazer e já na rua a repreende. A tia questiona se Joana sabe o que fez e ela contesta que sim; ela roubara o livro. A resposta e a tranquilidade de Joana quando atende ao questionamento da tia reafirmam que Joana não está preocupada e envolvida com a moral. Portanto, esse é um dos principais momentos de “amoralidade” dentro da narrativa:

- Sim, roubei porque quis. Só roubarei quando quiser. Não faz mal nenhum.
- Deus me ajude, quando faz mal, Joana?
- Quando a gente rouba e tem medo. Eu não estou contente nem triste (LISPECTOR, 1980, p.45).

A resposta da menina deixa transparecer o que pode ser uma das características formadoras do mal. Segundo a noção e interpretação de Joana, só fazemos mal quando praticamos um ato e imediatamente sentimos medo. Em seguida algum sentimento se desencadeia nesse processo: seja prazer, tristeza ou culpa. Em suma, quando nos importamos com o que todos os outros pensam, aí o mal se instala. Entretanto, para a tia de Joana não é assim. Após presenciar o roubo do livro por parte de Joana, a mulher se põe perplexa com a atitude da menina.

Em seguida, após o ocorrido, à noite, Joana ouve uma conversa de sua tia com o marido. Durante esse diálogo, a tia de Joana chega a comparar a menina a um

“demônio”. Além disso, conseguimos inferir das proposições da tia de Joana sobre a personalidade de sua sobrinha, que a mulher a teme. O temor da tia em relação à criança consiste no fato de que a mulher projeta na menina traços de sua própria personalidade, os quais ela mantém em estado de repressão, através da moral social, e de sua extrema religiosidade. O que ela odeia em Joana é tudo o que remete a sua própria constituição emocional. Por temê-la, passa a odiá-la e tenta evitá-la. Portanto, junto com o marido, decide colocar a menina Joana em um internato. A conversa que ela tem com o marido Alberto ajuda a esclarecer inclusive a constante culpa de Joana, pois, ainda na infância, a menina já era comparada a um demônio. Logo, na perspectiva, sobretudo da tia, Joana é a representação da maldade:

– Como um pequeno demônio... Eu, com minha idade e minha experiência, depois de ter criado uma filha já casada, fico fria ao lado de Joana... Eu nunca tive esse trabalho com nossa Armanda, que Deus a conserve para o seu marido. Não posso cuidar mais da menina, Alberto, juro... Eu posso tudo, me disse ela depois de roubar... Imagine fiquei branca. Conteí a padre Felício, pedi conselho... Ele tremeu comigo... Ah, impossível continuar! Mesmo aqui em casa, ela é sempre calada, como se não precisasse de ninguém... E quando olha é bem nos olhos, pisando a gente... (LISPECTOR, 1980, p.45).

Precisamos refletir também, acerca da presença da religião no ocorrido, pois, como podemos observar, a tia relata que recorreu ao padre para se aconselhar, o que reafirma a ideia religiosa de que somente Deus poderia deter o mal, e reverter os problemas causados por esta força. A respeito desta relação da religião e, sobretudo de Deus com a noção de eminência do mal que assombra a humanidade, Nietzsche observa que o homem possui um intrínseco desejo de se sentir culpado e desprezível, de se sentir castigado; contudo, por um castigo que não corresponde ao tamanho de sua culpa. Para evadir-se desse processo, ele constrói um ideal, como forma de justificação, “o do Santo Deus”, e assim, a partir desta representação, o homem adquire certeza de sua “total indignidade” (NIETZSCHE, 2009, p.75). É isso que observamos no comportamento da tia de Joana. Ela não pode compreender nem ao menos justificar as ações da sobrinha, logo as interpreta como um exercício de pura maldade. Assim, a tia rotula Joana como uma pecadora que transgredir os mandamentos divinos e precisa ser castigada por Deus, para que aquele mal que a domina se extirpe.

O fato é que a tia realmente acredita que Joana é má. E mais do que isso, na perspectiva da tia, Joana também é culpada e pecadora, pois, ao praticar atos que segundo a moral religiosa ofendem a Deus, Joana adquire uma dívida com Ele, como a própria tia de Joana expõe: “Logo esse pecado, um dos que mais ofendem a Deus...” (LISPECTOR, 1980, p.45). De fato, a tia de Joana sente um profundo medo da sobrinha. Em determinado ponto da conversa com o marido, a tia de Joana, que já havia qualificado a menina de “pequeno demônio”, reitera a sua opinião acerca de Joana, desta vez afirmando ser Joana uma “víbora”: “É uma víbora. É uma víbora fria, Alberto, nela não há amor nem gratidão. Inútil gostar dela, inútil fazer-lhe bem. Eu sinto que essa menina é capaz de matar uma pessoa...” (LISPECTOR, 1980, p.46).

Em seguida, na conversa com o marido, a tia de Joana reforça a noção de que Joana é má por falta da presença de Deus na vida dela: “É um bicho estranho Alberto, sem amigos e sem Deus – que me perdoe!” (LISPECTOR, 1980, p.46). Assim, como já havíamos exposto, inferimos que, na concepção religiosa da tia, Joana pertence ao mal, por não se render à moral religiosa defendida pela Bíblia. As opiniões da tia afetam Joana de modo significativo, de forma que a menina passa a se sentir como uma víbora, ou seja, alguém realmente má. Ao pensar a respeito da conversa que ouvira atrás da porta da tia a respeito dela, a menina só consegue se definir como víbora: “Quem era ela? A víbora” (LISPECTOR, 1980, p.46). Após ser comparada pela tia com seres dotados de maldade, como demônios e víboras, Joana internaliza essas pré-concepções, sendo absorvida pela sensação de que socialmente vale pouco.

As opiniões da tia realmente afetam Joana, que procura a figura do professor que ela admira, para conversar a respeito de como se sentia após ser definida como uma pessoa má. A figura do professor é fundamental para analisarmos a suposta maldade de Joana, e a aparente bondade de sua tia. Nesse sentido, o professor conversa com Joana e diz a ela que as pessoas tendem a buscar instintivamente por prazer. De modo que aqueles que se recusam ao prazer o fazem exatamente por possuírem uma capacidade desproporcional para tal. Em suma, o que o professor evidencia para Joana está em conformidade com a leitura que fizemos do temor da tia em relação à sobrinha. A mulher tem medo da menina porque Joana é “livre”, e tem a capacidade de se entregar às suas emoções, inclinação essa que a tia também possui, embora faça questão de reprimir. Daí decorre seu receio diante de Joana. A criança é um perigo para a mulher,

porque representa muito do que ela também é ou gostaria de ser. Nas palavras do professor de Joana:

Quem se recusa o prazer, quem se faz de monge, em qualquer sentido, é porque tem uma capacidade enorme para o prazer, uma capacidade perigosa – daí um temor maior ainda. Só quem guarda as armas à chave é quem receia atirar sobre todos (LISPECTOR, 1980, p.47).

Imediatamente, apreendemos da observação do professor que a tia teme Joana por reconhecer na sobrinha impulsos que nela são refreados por sua moralidade cristã. Em síntese, tendemos a nos afastar e a odiar tudo aquilo que nos gera medo. De certo modo, é por temer Joana que a tia crê que a melhor maneira de contê-la é fazer com que a menina se distancie do convívio familiar. A noção de que os impulsos negativos são refreados através da moralidade cristã já constava na teoria nietzschiana.

Nietzsche expõe que a noção de pecado, como a conhecemos atualmente, tem sua origem judaica, tendo como pano de fundo a moralidade cristã trágica (NIETZSCHE, 2001, p.152-153). Observa-se que, quando pecamos, estamos em dívida com Deus. Portanto, para evitar a ofensa contra Deus, precisamos refrear nossos impulsos e nos contermos, de modo a não pecarmos e não sermos vítimas de sanções futuras por havermos pecado. São essas as concepções que auxiliam a tia de Joana a refrear os impulsos negativos que ela tem como qualquer outro indivíduo, mas que reprime através da moral cristã, de modo a deter toda a possibilidade de concretização do mal.

Durante a mesma conversa com o professor, ele lhe pede que defina o conceito de mau, e a menina responde que não sabe. O professor a indaga novamente e ela responde que “Bom é viver” e “mau é não viver”. O professor lhe pergunta se seria morrer e ela contesta que “Mau é não viver, só isso. Morrer já é outra coisa. Morrer é diferente do bom e do mau” (LISPECTOR, 1980, p.48). Sob o ponto de vista de Joana, mau é não viver, ou seja, é não sentir, não se guiar pelos sentimentos e impulsos, mau é se doutrinar constantemente, é deixar de experimentar sensações e emoções para não ser definido como mau.

O professor não se inquieta tanto pelas definições de bem e de mal de Joana, mas pela dificuldade que ela possui em expressar o que sente, em exprimir como se

sente internamente: “– Que você não saiba qual o maior homem da atualidade apesar de conhecer muitos deles, está bem. Mas que você não saiba o que você mesma sente, é que me desagrada” (LISPECTOR, 1980, p.49). Essa dificuldade de Joana em expressar e definir seus sentimentos é uma das razões pelas quais ela se afeta tanto com as opiniões da tia acerca da sua maldade, pois Joana não consegue pôr em palavras de modo efetivo quais são seus sentimentos. Ela reconhece que os têm, mas se sente impedida de expressá-los aos demais, e, por consequência, as noções impostas pela tia a ela perturbam-na, deixando-a confusa.

Essa maldade, incessantemente associada à Joana, inflige a ela uma culpa, pois a personagem passa efetivamente a sentir-se má, uma verdadeira víbora, como vemos no trecho em que ela reflete acerca do comportamento do professor e de sua esposa diante de suas atitudes: “Ah, tudo era de esperar dela própria, a víbora, mesmo o que parecia estranho, a víbora, oh, a dor, a alegria doendo” (LISPECTOR, 1980, p.55). Joana se sente má e isso lhe provoca um sentimento doloroso, pois é como se involuntariamente ela praticasse o mal, isto é, Joana é vítima de sua própria consciência.

Segundo Nietzsche, a consciência tem exatamente a função de impor ao indivíduo as definições pré-estabelecidas, de modo que toda vez que nos propormos a infringir o que é moralmente convencionado como certo nos sintamos incomodados conosco mesmos (NIETZSCHE, 2009, p.47). Vale destacar que Joana é afetada por uma culpa que lhe é imposta por percepções exteriores a ela, seja a da tia, a do marido, ou a da amante de seu marido. A culpa de Joana é fruto do que os outros pensam a seu respeito, da maldade que os demais veem nela, e que Joana termina internalizando e acreditando ser o mal constituinte absoluto de sua personalidade .

Essa manifestação da suposta essência má de Joana se apossa dela através de sentimentos que a tomam, sentimentos esses que são associados ao mal. Como já salientamos, entre eles estão o ódio, a cólera, a vingança e uma raiva intensa. Contudo, quando Joana se vê repleta em seu interior por essas emoções, ela tenta detê-las. Talvez aja assim para não se sentir culpada, mas ao mesmo tempo ela também sente uma profunda liberdade – como se ao vivenciar esses sentimentos ela se sentisse viva e livre. Exemplo disso é quando Joana, ao sair da casa do professor, segue rumo ao mar, lugar onde ela se sente tomada por uma enorme liberdade derivada da raiva e do ódio que ela afirma estar sentindo de “tudo”:

Estou cada vez mais viva, soube vagamente. Começou a correr. Estava subitamente mais livre, com mais raiva de tudo, senti triunfo. No entanto, não era raiva, mas amor. Amor tão forte que só esgotava sua paixão na força do ódio. Agora sou uma víbora sozinha (LISPECTOR, 1980, p.56).

A sensação que Joana tem de estar viva após ser tomada pelo sentimento de ódio e raiva está em concordância com a definição que Joana fez anteriormente ao professor, a de que mal é não viver, ou seja, mal é não se entregar a seus impulsos e emoções. Além disso, Joana aproxima e mais do que aproximar Joana qualifica o ódio como uma paixão, isto é, o ódio que Joana sente é uma paixão, é intenso e avassalador a ponto de fazê-la se sentir viva. A proposição de Joana está em concordância com o que é proposto por Espinosa, na *Ética*. Na referida obra, o filósofo aponta a existência de dois tipos de afetos, os ativos e os passivos. Um afeto é passivo ou, como ele define, uma paixão, quando deriva de forças externas. Em oposição, um afeto é ativo quando depende de nossa potência interna. Como propõe Espinosa: “Quando, por conseguinte, podemos ser a causa adequada de uma dessas afecções, por afecção entendo uma ação; nos outros casos, uma paixão” (ESPINOSA, 1992, p.267).

Retomando a tipologia dos afetos construída por Espinosa, são três os afetos primários: a alegria, a tristeza e o desejo (ESPINOSA, 1992, p.279). São estes três afetos que originam as ações e as paixões. Portanto, o ódio, para Espinosa, é uma paixão derivada do afeto primário de tristeza: “O ódio é a tristeza concomitante à ideia de uma causa externa” (ESPINOSA, 1992, p.334). Em vista disso, é possível entrever uma relação entre o que propunha Espinosa, em sua abordagem da origem e funcionamento dos afetos, e o que é apontado por Joana quando qualifica o ódio que sente como uma paixão, algo tão intenso que a impede ser racional no momento em que é absorvida por aquela paixão denominada de ódio.

Como já podemos observar, Joana qualifica como sentimentos capazes de fazê-la sentir-se viva aqueles que geralmente são associados ao mal, sendo considerados socialmente como a representação deste mal. Essas emoções estão encarceradas no íntimo de Joana e ela mesma esclarece que essas emoções possuem uma ligação com a sensação que a toma em alguns momentos: a de se sentir viva, de estar vivendo. Entretanto, a própria Joana parece estar em dúvida se após estas emoções serem expostas ainda restariam sentimentos para que ela seguisse se sentindo viva e livre.

Inclusive Joana chega a questionar até mesmo a ligação destes sentimentos com o desejo e a percepção de viver, como observamos: “Tudo o que possuo está muito fundo dentro de mim. Um dia, depois de falar enfim, ainda terei do que viver? Ou tudo o que falasse estaria aquém e além da vida?” (LISPECTOR, 1980, p.63-64). No entanto, o que fica aparente no trecho citado é que Joana possui inúmeros sentimentos que estão confidencialmente encobertos em seu interior, e que, provavelmente, uma vez expostos, afetariam o que conhecemos como moral.

3.5 A complexidade do mal na vida adulta

A moral social se inicia sobretudo a partir dos ensinamentos cristãos. Assim, a figura do Deus cristão é inerente ao que conhecemos como moral, pois é a partir dele que se configura o modo como devemos agir. Logo, o caráter religioso é intrínseco à moral, de modo a englobar os conceitos sociais de bem e de mal. O cristianismo, com a sua imagem de um Deus crucificado, foi o principal responsável por atribuir um sentido à vida e ao sofrimento humano, informação reiterada por Safranski (crítico e biógrafo de Nietzsche) através da teoria nietzschiana (SAFRANSKI, 2001, p.270-271). As noções de bem e mal que conhecemos através da moral são difundidas, sobretudo pelas concepções bíblicas e religiosas. No romance *Perto do coração selvagem*, as noções de bem e mal também nos apresentam essa perspectiva, pois em alguns momentos do discurso de Joana vemos surgir a figura de Deus exercendo principalmente seu papel de mantenedor do bem em oposição ao mal, proporcionando a redenção dos indivíduos.

Contudo, Joana apresenta um comportamento diferente do habitual diante da representatividade da figura de Deus. Ao entrar em uma catedral, Joana se senta e inesperadamente o órgão inicia a tocar. A partir daí, a própria personagem expõe: “Insensivelmente, sob o peso do cântico, escorreguei do banco, ajoelhei-me sem rezar, aniquilada” (LISPECTOR, 1980, p.66). Assim, Joana se ajoelha, um comportamento considerado como padrão dentro de templos cristãos, entretanto ela o faz quase que involuntariamente.

O ato de Joana se ajoelhar quase que acidentalmente é comprovado quando ela afirma que: “E era tão perfeito o momento que eu nada temia nem agradecia e não caí na ideia de Deus” (LISPECTOR, 1980, p.66). A expressão enfática de Joana de que não cedeu à noção religiosa de Deus pode nos conduzir a uma série de inferências acerca do comportamento de Joana. Por exemplo, Joana, ao ser questionada sobre o que é o mal, afirma que mal é não viver. Imediatamente, refuta o senso comum, uma vez que a personagem não fornece a noção religiosa de que mal é causar prejuízos ao próximo, prejudicando o outro. Para ela, mal é deixar de agir do modo como almejamos, visando um objetivo coletivo, ou seja, em prol da moral social.

Joana não se rende a noções impostas, ainda que entre numa igreja. A personagem justifica seu gesto alegando que todo o ocorrido se deu praticamente de forma involuntária. Assim, o fato de estar dentro de um templo religioso nos mostra que, embora não ceda às pressões sociais, Joana se sente afetada por elas, sente-se má, pecadora e vóbora porque assim a qualificam. Joana não se rende à ideia de Deus, talvez porque o que nela os outros qualificam como mal, como demoníaco, seja a sua força interior, o que a motiva, o que a faz sentir-se viva.

Joana não aceita passivamente as noções que lhe são impostas, ela as desvela e as desconstrói por meio da astúcia de seu pensamento. No capítulo “A mulher da voz e Joana”, ela visita uma casa de uma senhora, possivelmente para alugar ou comprá-la. Contudo, não manifesta interesse no imóvel, por considerá-lo muito grande para apenas um casal. No entanto, o que realmente fascina Joana é a personalidade daquela senhora que simplesmente existe, sem pensar ou refletir profundamente sobre a sua existência, bastando-lhe o fluir da vida. É suficiente para aquela mulher existir, como vemos nessa reflexão: “Porque ela nascera para o essencial, para viver ou morrer” (LISPECTOR, 1980, p.71).

Esse fato desencadeia em Joana um desejo de compreender como pode uma pessoa existir daquele modo, “sem pensar”, sobrevivendo apenas embasada no essencial de uma existência plena, ou ao menos naquilo que a sociedade prega como uma vida plena e feliz. Logo, ao acompanhar o raciocínio de Joana acerca da figura da mulher, recorreremos ao pensamento de Hannah Arendt, pois como já salientamos, a filósofa, na obra *A vida do espírito*, defende a teoria de que a prática do mal está intimamente

relacionada com a isenção do pensamento. Quando não pensamos, e não questionamos nossos atos, nos tornamos suscetíveis à prática do mal (ARENDR, 2002, p.13).

Porquanto, passamos simplesmente a aceitar sem questionar as imposições sociais, e quando a moral se modifica fugazmente a consentimos sem indagarmos o que conduziu a essa mudança e se ela é positiva ou negativa. Apenas não pensamos sobre a moral que nos impõem. Esse é exatamente o comportamento que Joana flagra naquela senhora sobre quem ela reflete. Embora, Joana não consiga compreender como aquela senhora vive passivamente, sem questionar, sem pensar o mundo à sua volta, simplesmente se sentindo plena com sua existência, ela sente inveja daquele modo de viver: “Depois de um instante de absorção, Joana percebeu que a invejara, aquele ser meio morto que lhe sorria e falara num tom de voz desconhecido” (LISPECTOR, 1980, p. 72).

A inveja de Joana é causada sobretudo porque ela reconhece a sua impossibilidade de viver como a mulher. Joana não conseguiria sobreviver apenas com o essencial, sem questionar e problematizar todas as noções sociais, as relações pré-estabelecidas. Joana a inveja porque sua personalidade questionadora a faz sentir-se inadequada ao convívio social com os demais, e faz também com que ela seja associada à ideia de maldade.

Após sentir inveja daquele modo de viver alienado da senhora, Joana conclui que jamais poderia chegar a compreendê-la, porque assim todo seu conhecimento se perderia se transformando apenas em “atitude de vida” (LISPECTOR, 1980, p.72). A inveja experimentada por Joana a conduz a um desejo de vingança. É como se a impossibilidade sentida pela personagem em viver como aquela senhora, sem conhecimento, sem capacidade de refletir, apenas aceitando passivamente as imposições, a fizesse desejar uma compensação.

Essa inveja, que conduz ao desejo de vingança, é justificada quando a própria Joana rabisca a seguinte frase em uma folha qualquer: “A personalidade que ignora a si mesma realiza-se mais completamente” (LISPECTOR, 1980, p.72). Em síntese, aqueles que pouco refletem sua existência conseguem sentir-se plenos e satisfeitos. E Joana, por pressentir sua impossibilidade de sentir-se satisfeita como a senhora da voz, torna-se vingativa. Sua vingança consiste exatamente em utilizar tal capacidade de reflexão

como modo de se diferenciar da outra, como vemos: “Mas de certo modo vingara-se jogando sobre aquela mulher intumescida de vida seu pensamento frio e inteligente” (LISPECTOR, 1980, p.72).

Como já observamos anteriormente, a impulsividade é uma característica marcante da personalidade de Joana. E os sentimentos manifestados por Joana trazem consigo uma forte carga emocional, ou seja, grande parte das manifestações sentimentais de Joana se dão em um estado que pode ser chamado de bruto. Ao sentir desejo de vingança, ela o expressa repentinamente. Entretanto, o fato de expressar o que sente não significa a concretização do ato. Joana exprime o que sente, mas, imediatamente ela se reprime, o que não modifica a importância que as emoções representam na formação da personalidade de Joana.

No capítulo denominado “Otávio”, Joana está diante de um espelho quando, repentina e impulsivamente, é tomada de ódio: “Pôs-se diante do espelho e entre dentes, os olhos ardendo de ódio” (LISPECTOR, 1980, p.74). Na descrição do momento em que Joana é tomada pelo ódio, entramos em contato com a descrição das instantâneas reações corpóreas, como os olhos que expressam o referido sentimento. A noção de que os sentimentos possuem reações corpóreas, como já vimos, é proposta por Hannah Arendt, segundo a argumentação desenvolvida por Merleau-Ponty nas obras *O visível e o invisível* e *Signos*. Segundo Arendt, as nossas emoções possuem uma intrínseca relação com o nosso corpo. Manifestamos parte do que sentimos através de nossas expressões, gestos e olhares (ARENDDT, 2002, p.27).

O ódio sentido por Joana se volta contra ela mesma, ou seja, a personagem se odeia, sente raiva dela mesma. Joana se odeia porque se sente vulnerável, frágil e mutável. Suas emoções e opiniões se modificam e isso a afeta: “Justamente sempre acontecia uma pequena coisa que a desviava da torrente principal. Era tão vulnerável. Odiava-se por isso? Não, odiar-se-ia mais se fosse um tronco imutável até a morte, apenas capaz de dar frutos mas não de crescer dentro de si mesma” (LISPECTOR, 1980, p.74). O sentimento que toma Joana novamente pode ser descrito como uma autocrueldade, visto que Joana sente ódio e raiva por ela mesma. A sua impiedade se volta contra ela, como se Joana tivesse a necessidade de se autopunir.

Nesse momento em que o efeito do ódio toma Joana em seu corpo, percebemos que ela tenta se distrair, de forma a distanciar-se daquela emoção que a toma e a deixa em estado de absoluta absorção. Contudo, o esforço de Joana para se afastar do sentimento que a deixa absorvida, em um estado semelhante ao êxtase, é inútil. Observe-se que Joana embarca naquela emoção de forma a distanciar-se da realidade. Entretanto, ao retornar ao seu antigo estado, ela percebe os efeitos que o ódio deixa em seu corpo, como constatamos: “Parecia uma gata selvagem, os olhos ardendo acima das faces incendiadas, pontilhadas de sardas escuras de sol, os cabelos castanhos despenteados sobre as sobrancelhas. Enxergava em si púrpura sombria e triunfante” (LISPECTOR, 1980, p.75).

Os sentimentos invadem Joana, a absorvem e ao mesmo tempo a fazem sentir-se viva: “Talvez isso fosse o gosto de viver” (LISPECTOR, 1980, p.75). Joana se entrega em absoluto às suas emoções, independentemente da origem delas, não importando se são frutos do bem ou do mal. Ao se entregar às suas emoções, ela se distancia de sua consciência, ou seja, abandona aquele estado de alerta permanente existente em todos os indivíduos, que faz distinguir entre o bem e o mal, julgar ou até mesmo pré-julgar. Ao se deixar conduzir por suas emoções, Joana se sente livre, aliviada e mais leve, como se, ao ser visceralmente conduzida por emoções, ela entrasse em contato com sua essência, sem pudores ou receios.

Apesar disso, após sentir-se aliviada pela expressão das emoções, Joana novamente volta à questão religiosa e à figura de Deus, que, assim como vimos anteriormente, parece ser uma busca por Deus que se dá de maneira involuntária. Ao ser tomada de ódio e raiva, Joana se entrega às referidas emoções sem questionamentos, mas, tão pronto retorna a um estado de consciência, refere-se à figura divina. Portanto, podemos pensar em um estado de culpa que se instala na consciência de Joana, por haver entrado em contato com sentimentos relacionados ao mal. Justamente por haver experimentado tais emoções é que vemos emergir na narrativa a imagem singular de Deus. Como já comentamos, Deus é uma figura que representa a bondade, a pureza; em síntese, os bons sentimentos, mas também é Aquele capaz de deter os sentimentos maus e salvar o indivíduo dos seus pecados, por meio da redenção. Assim, essas noções religiosas se disseminam, afetando mesmo Joana, ainda que esse contato com Deus seja um ato involuntário:

Então começou a pensar que na verdade rezara. Ela não. Alguma coisa mais do que ela, de que já não tinha consciência, rezara. Mas não queria orar, repetiu-se francamente. Não queria porque sabia que esse seria o remédio. Mas um remédio como a morfina que adormece qualquer espécie de dor. Como a morfina de que se precisa cada vez mais de maiores doses para senti-la. Não, ainda não estava tão esgotada que desejasse covardemente rezar em vez de descobri-la dor, de sofrê-la, de possuí-la integralmente para conhecer todos os seus mistérios (LISPECTOR, 1980, p.76).

Novamente, a referência da busca religiosa de Joana se dá involuntariamente. É como se rezasse sem desejar rezar, pois, conscientemente, ela não desejava essa busca por Deus. Agarrar-se em uma fé que aparentemente suavizaria suas dores emocionais conteria o mal e a afastaria de toda carga de negatividade das emoções que irrompem constantemente em Joana. Contudo, Joana reconhece que esse efeito teria um caráter passageiro para seu sofrimento, que seria algo que para abrandar suas emoções e sentimentos. E Joana não deseja que suas emoções sejam atenuadas, pois ela é intensa e impulsiva e como tal deseja conhecer e usufruir amplamente das sensações emocionais pelas quais pode ser arrebatada.

A sensação experienciada por Joana de busca pela religiosidade também se apossa de Otávio, marido de Joana, em alguns momentos. Otávio está refletindo sobre algumas questões, quando, repentinamente, é tomado pelo desejo de “buscar a Deus” (LISPECTOR, 1980, p.78). Contudo, Otávio se questiona os motivos pelos quais deveria focar-se em sua religiosidade, por que necessitaria de absolvição divina, e qual seria sua culpa:

Orar, orar. Ajoelhar-se diante de Deus e pedir. O quê? A absolvição. Uma palavra tão larga, tão cheia de sentidos. Não era culpado – ou era? de quê? sabia que sim, porém continuou com o pensamento – não era culpado, mas como gostaria de receber a absolvição. Sobre a testa os dedos largos e gordos de Deus, abençoando-o como um bom pai, um pai, um pai feito de terra e de mundo, contendo tudo, tudo, sem deixar de possuir uma partícula sequer que mais tarde pudesse lhe dizer: sim, mas eu não lhe perdoei! Cessaria então aquela acusação muda que todas as coisas aconchegavam contra ele (LISPECTOR, 1980, p.78).

O sentimento de culpa se apossa de Otávio que, para livrar-se deste sentimento, recorre à absolvição de Deus, o único que poderia redimir os pecados humanos, como já observamos. Além disso, é interessante perceber que o personagem se questiona acerca

da legitimidade de sua culpa. Talvez esse questionamento surja da grande influência da moralidade na concepção que temos de certo e errado, de bem e de mal. A existência da culpa está condicionada ao que é preconizado pela moral. O sentir-se culpado e na condição de pecador, de Otávio partem da noção de que ele quebrou as regras que são construídas pelo coletivo, para manter a ordem, estando assim em dívida com sua comunidade e com Deus, fato que interfere na consciência dele, fazendo-o sentir-se culpado e inadequado ao seu meio social.

A culpa de Otávio se acentua quando ele pensa em sua prima Isabel. Foi esta prima quem cuidou de Otávio durante sua infância. Ao observar a prima ao piano, Otávio, em pensamento, a define como prostituta, e imediatamente se reprime e se culpa por haver tido tal pensamento (LISPECTOR, 1980, p.78). E em vão Otávio tenta conter seu pensamento, já que ele se arrepende, mas logo retorna ao seu pensamento inicial, que qualifica a prima como prostituta: “No entanto, mesmo quando se arrependia, voltava a pecar” (LISPECTOR, 1980, p.78). Otávio sente uma culpa que corroí sua consciência, mas não faz com que efetivamente mude de opinião sobre sua prima: “Sentia o remorso como um ácido espalha-se pelo interior do corpo. Mas cada vez mais odiava-a por não poder amá-la” (LISPECTOR, 1980, p.79).

Otávio não consegue sentir sequer uma identificação com a prima, ou mesmo admirá-la, embora tente e reprima todos seus sentimentos negativos pela parenta, através da culpa e do remorso. A culpa sentida por Otávio é a forma encontrada por ele para se autopunir por sentir desprezo pela prima. Segundo Nietzsche, a culpa é uma forma de crueldade psíquica que o homem produz sobre ele mesmo (NIETZSCHE, 2009, p.75). Otávio age tentando se autopunir através da culpa, em busca do controle para o ódio que o toma em relação a sua prima.

Apesar do ódio que Otávio sente pela prima, ele não deseja mal a ela, o que é uma atitude inesperada quando se odeia. No entanto, sente-se impossibilitado de admirá-la. Socialmente, sabemos que o ódio é considerado o oposto do amor. No entanto, é válido lembrar que o ódio está frequentemente dirigido a alguém que consideramos importante em nossas vidas, pois, quando não nos importamos, simplesmente somos indiferentes e desprezamos. Assim, o sentimento descrito por Otávio parece estar mais próximo de um total desprezo do que de ódio propriamente dito, uma vez que ele não quer o mal da prima, mas também não pode amá-la.

O ódio, experienciado por Otávio, a raiva, a cólera, a vingança e a inveja, sentidos por Joana, são sentimentos de alguma forma considerados como frutos do mal ou que descendem de uma relação com esse. A moral social defende que não devemos odiar ou sentir inveja, e jamais desejar o mal do próximo. Em suma, devemos sempre nos abster o máximo possível de toda e qualquer prática do mal. Na narrativa de Clarice Lispector, há um episódio interessante no qual Joana, após se comportar de modo impulsivo diante de uma situação, logo pondera acerca das expectativas da sociedade em torno do bem e do mal, dos bons e maus sentimentos.

O episódio em questão encontra-se no capítulo intitulado “Otávio”, quando, após se sentir incomodada por um senhor, Joana espera-o ele dar as costas para sair à porta e lhe atira um livro. Todo o ocorrido é narrado por Joana para Otávio, que fica perplexo com a ação de Joana. No entanto, agir daquele modo deixa Joana satisfeita, e, quando Otávio a questiona, ela não somente assume o que fez como inicia uma reflexão da condição humana:

Humano – os homens individualmente separados. Esquecê-los porque com eles minhas relações apenas podem ser sentimentais. Se eu os procuro, exijo ou dou-lhes o equivalente das velhas palavras que sempre ouvimos “fraternidade”, “justiça”. Se elas tivessem um valor real, seu valor não estaria em ser cume, mas base de triângulo. Seriam a condição e não o fato em si. Porém terminam ocupando todo o espaço mental e sentimental exatamente porque são impossíveis de se realizar, são contra a natureza. São fatais, apesar de tudo, no estado de promiscuidade em que se vive. Nesse estado transforma-se o ódio em amor, que nunca passa na verdade de procura de amor, jamais obtido senão em teoria, como no cristianismo (LISPECTOR, 1980, p.86-87).

Com isso, notamos que, na perspectiva de Joana, para sermos aceitos temos de agir conforme o que é preconizado pelo meio social. Aquelas noções estabelecidas pela sociedade como o estado emocional a ser atingido, tais como a fraternidade e justiça, salientadas pela própria personagem, são estados impossíveis de serem encontrados e vão contra a natureza humana. Desestabilizam o caráter humano dos indivíduos à medida que passamos a nos empenhar em uma busca desenfreada por sentirmos e geramos nos demais bons sentimentos, como o amor.

Além disso, Joana também reflete acerca da influência do cristianismo na construção dessa moral, que se baseia sobretudo na noção de “ame o próximo como a ti

mesmo”. Em outras palavras, se não desejas ser prejudicado ou vítima do mal, não o pratiques em relação ao teu próximo. Joana defende a exaltação de toda essa moral como uma desvalorização do humano, na medida em que os bons sentimentos são louvados e ansiados. Em contrapartida, os sentimentos considerados maus são sumariamente negados porque supostamente desencadeiam a destruição. Na compreensão de Joana, esses sentimentos considerados negativos são tão constituintes dos indivíduos quanto aqueles louvados pela moral social.

Joana ainda imagina, em sua concepção de mundo, como seria construir uma moral liberta de tantas imposições: “No entanto como seria bom construir alguma coisa pura, liberta do falso amor sublimizado, liberta do medo de não amar... Medo de não amar, pior do que o medo de não ser amado...” (LISPECTOR, 1980, p.87). Assim, seguindo o raciocínio de Joana em torno da moral e das expectativas que essa causa em todos os cidadãos, podemos relacionar a visão de mundo de Joana com a do filósofo Nietzsche, quando ele expõe o que define como moral de rebanho. Segundo o filósofo, esta seria a busca por aprovação social, e a preocupação em não desonrar a comunidade. O instinto de rebanho, que faz com que os homens manifestem empenho em praticar atos que busquem a conservação da espécie humana; contudo, “não por amor a tal espécie”, mas simplesmente pelo fato de que nada no ser humano é mais forte do que o instinto de rebanho (NIETZSCHE, 2001, p.51).

Otávio, ao conhecer Joana, se sente fascinado pela personalidade dela, pois ela representa a liberdade que Otávio tanto buscava. No entanto, na descrição que Otávio faz do que lhe fascinara em Joana vemos que há presença de adjetivos ligados à noção de mal: “Se os instantes de abandono prolongavam-se e se sucediam, então ele via assustado a feiúra, e mais que a feiúra, uma espécie de vileza e brutalidade, alguma coisa cega e inapelável dominar o corpo de Joana como numa decomposição” (LISPECTOR, 1980, p.88). Otávio se encanta pela liberdade de Joana, mas como vimos, assim como os demais personagens, o futuro marido de Joana também lhe atribui traços de maldade, e, como foi dito, de vileza. Não obstante, ele também acredita haver no comportamento de Joana um medo de não amar. Dessa forma, Otávio se encanta pelos atributos e a liberdade de Joana, tanto quanto crê na capacidade da protagonista de amar, como propõe Otávio: “Sim, sim, talvez subisse então à superfície alguma coisa liberta do medo de não amar” (LISPECTOR, 1980, p.88).

Posteriormente, Otávio segue extasiado diante da presença de Joana, e sente-se como se ela desvelasse toda sua vida. E mais intrigante é o fato de Otávio destacar que sente como se Joana o houvesse perdoado. Entretanto, esse perdoar não se dá do modo convencional, pois ele destaca que sente que Joana o perdoou não como Deus, mas sim como o diabo. Mais uma vez Joana é associada ao mal por Otávio, pois, como já destacamos, o diabo é uma das principais figuras representativas do mal, independentemente da forma que esse mal possa assumir. Logo, fica expresso que, na perspectiva de Otávio, Joana possui traços de maldade. Contudo, é na maldade de Joana que Otávio acredita finalmente ter encontrado a liberdade de sua existência, esta que ele buscava.

Em suma, Otávio encontra na personalidade impulsiva e contestadora de Joana uma forma de escapar das dificuldades que ele não queria enfrentar, isto é, ele precisa de Joana porque acredita que com ela poderá continuar a pecar. Ele precisa que ela o ensine a viver: “Ele a queria não para fazer sua vida com ela, mas para que ela lhe permitisse viver” (LISPECTOR, 1980, p.89). Sobre a personalidade de Joana, Otávio acredita haver encontrado sua liberdade de posicionamento, a liberdade que necessitava para viver sem culpa ou remorsos por pecar.

A impulsividade de Joana faz que seus sentimentos estejam sempre prestes a irromperem e se tornarem corporalmente visíveis. São esses sentimentos e a intensidade deles que motivam e regulam as ações de Joana. É a partir deles que Joana constrói sua história, eles fazem parte de sua identidade, Joana não faz questão nenhuma de negar a existência destes sentimentos, independentemente da origem desses, que podem ser socialmente frutos da malha indissociável que compõe o bem e o mal. Embora saibamos que estas emoções invadem Joana, na maioria das vezes são social e moralmente relacionadas ao mal, ou seja, são o ódio, a vingança, a cólera e a raiva. A última delas precisamente é manifestada em um momento pouco comum, na experiência afetiva de um casal. Joana, ao ser beijada por Otávio, se descobre repleta de raiva.

Entretanto, na própria narrativa, é salientado o fato de que Joana se sente tomada pela raiva aparentemente por desconhecer outras sensações: “Quando Otávio a beijara, segurara-lhe as mãos, apertando-as contra seu seio, Joana mordera os lábios a princípio cheia de raiva porque ainda não sabia com que pensamentos vestir aquela sensação violenta (...)” (LISPECTOR, 1980, p.90). Assim, Joana se sente com raiva por

estar experimentando uma sensação nova, que ela desconhecia. A caracterização desta emoção que a toma como “violenta” nos faz deduzir tratar-se de uma emoção forte que a deixa desnordeada. Por nunca haver sentido algo assim, Joana, por aproximação a outras experiências sensitivas, acredita estar sentindo raiva, uma emoção violenta e intensa. É essa emoção inominável que a invade nessa experiência amorosa pautada pela transgressão social.

3.6 A sedução da perversidade: o casamento e a infidelidade conjugal

Joana termina cedendo à emoção que a toma de forma violenta diante de Otávio e casa-se com ele. Entretanto, a vida de casada de Joana, em seguida, entra em um estado de monotonia absoluta. Porém, Joana não participa de um comportamento servil, evitando submeter-se a um estado de inércia existencial; pelo contrário, ela é uma mulher que tem a necessidade de se sentir viva e motivada. E, como já vimos, as emoções que a fazem sentir-se assim são aquelas que de alguma forma se conciliam socialmente ao mal. Nos mais diversos momentos, Joana é tomada pelo ódio e pela raiva, assim ela está diante do marido, observando-o enquanto ele lê seu livro, e impetuosamente sente um ódio, como vemos:

Era ele quem estava sentindo agora, pensou Joana. E, de repente, talvez de inveja, sem nenhum pensamento, odiou-o com uma força tão bruta que suas mãos se fecharam sobre os braços da poltrona e seus dentes se cerraram. Palpitou durante alguns instantes, reanimada. Temendo que o marido sentisse alguns instantes, obrigasse-a a disfarçá-lo e assim diminuir a intensidade de seu sentimento. (LISPECTOR, 1980, p.100)

O sentimento de Joana possui tal intensidade que ela teme que o marido possa perceber o que ela está sentindo. Em seguida, Joana afirma que a culpa pelo que ela sente é do próprio marido, pois, segundo ela, é o esposo quem tira sua liberdade e a faz sentir-se limitada; “ele rouba-lhe tudo” (LISPECTOR, 1980, p.100). E, após essa reflexão, Joana pondera que talvez devesse se separar, mas logo reconsidera e acredita ser melhor manter o seu casamento. O que podemos inferir desse comportamento de

Joana é que ela anseia encontrar um culpado, alguém que possa justificar seus sentimentos conflituosos, e, sobretudo, legitimar seu sofrimento. Seguindo a perspectiva nietzschiana, a causa destes sentimentos negativos se enraíza no sofrimento. Ademais, todo sofredor busca uma causa para seu sofrimento. Especificando que o intuito é encontrar um agente culpado passível de sofrimento, observa-se que a procura é por alguém em quem se possa descarregar os afetos, uma vez que se livrar desses sentimentos é uma forma de alívio (NIETZSCHE, 2009, p.108).

Depois de todo o processo de reflexão, Joana decide que o melhor que ela pode fazer é não pensar, pois assim ela poderia se livrar de suas aflições emocionais e de sentir-se má por experimentar os sentimentos associados ao mal: “Adiar, só adiar, pensou Joana antes de deixar de pensar. Porque nos últimos cubos de gelo haviam-se derretido e agora ela era tristemente uma mulher feliz (LISPECTOR, 1980, p.104). Como vemos, ao decidir não refletir acerca do que sente, Joana se sente feliz, mas é uma felicidade repleta de tristeza, pois a personagem possui uma personalidade questionadora e, ao abdicar de questionar a própria existência, ela se sente impossibilitada de se sentir plenamente feliz.

Como já observamos recorrentemente, Joana se sente portadora de sentimentos maus, assim como se sente má especialmente pela perspectiva dos demais personagens que lhe caracterizam como má. Durante um momento de reflexão no capítulo intitulado “O abrigo no professor”, Joana se recorda que antes de casar com Otávio ela procurara o professor, pois sentia que precisava vê-lo, sentir o seu apoio antes de casar-se com Otávio. Durante essa visita Joana também, sente alguma identificação pela esposa do professor, que ela admirara durante sua puberdade.

Vejamos de onde surge tal identificação. Antes de se casar com Otávio, Joana decide visitar seu professor, e logo fica sabendo que ele esteve doente e que foi abandonado pela esposa. Ao saber disso, Joana sente certa proximidade em relação aquela outra mulher: “Joana descobrira surpresa que não só então, mas sempre, se sentira unida a ela, como se ambas tivessem algo secreto e mau em comum” (LISPECTOR, 1980, p.107). Joana se sente próxima da esposa do professor, por inferir uma maldade no caráter da outra mulher, que ela acredita também possuir. Assim, ambas, por serem mulheres dotadas de maldade, teriam algo de “mau em comum”.

Quanto à relação de Otávio e Joana, inicialmente ela se dá porque Otávio parece ansiar possuir a liberdade existencial que reconhece na personalidade de Joana. Contudo, logo após o casamento, a relação começa a passar pelos seus primeiros atritos. Joana não se sente satisfeita e Otávio tampouco; ele termina retomando sua relação com Lídia, sua ex-noiva, mas segue casado com Joana. Esta última, com sua astúcia característica, em seguida descobre a traição do marido.

Joana é ironicamente convidada para visitar a amante do marido. Após refletir acerca do inusitado convite e todas as implicações do mesmo, Joana decide aceitá-lo e conhece Lídia. Ao encontrar a amante de seu marido, Joana percebe que está tão distante dela quanto da senhora que ela visitara para conhecer e alugar uma casa. As duas mulheres são submissas à figura masculina e se mostram aparentemente plenas e satisfeitas com a vida. Em contrapartida, Joana está em constante modificação, ela anseia por liberdade, ela não se submete impensadamente a imposições.

A esposa e a amante conversam sobre variados assuntos que nada têm a ver com o que elas têm em comum, ou seja, Otávio. Quando Joana decide ir embora, Lídia a interrompe, salientando que nem sequer conversaram sobre o que era realmente o propósito daquele encontro. Lídia discorre sobre o quanto desejara ter uma família com Otávio e observa que conhece muito bem Joana. E o mais pertinente é a forma com que ela qualifica Joana: “– Conheço-a, sei quanto é firme sua maldade” (LISPECTOR, 1980, p.134). Mais uma vez, Joana é qualificada como má, como aquela que tem a capacidade de provocar a dor e o sofrimento nos que a cercam. A perspectiva de que a personagem é má é sempre dada a partir do ponto de vista dos demais personagens da narrativa.

A reação de Joana diante da afirmação de Lídia de que ela é má é, no mínimo, curiosa, pois, ao invés de ser tomada de ódio, ela reflete acerca das possíveis razões que a teriam levado a ir até a casa da amante do marido. Além disso, ela parece ansiar pela aprovação ou mesmo por alguma forma de afeto de Lídia: “Basta olhar para essa mulher para compreender que não poderia gostar de mim” (LISPECTOR, 1980, p.134). Com isso, Joana demonstra que possui certa necessidade de aprovação, seja por parte da tia, do marido, seja, surpreendentemente, por parte da amante de seu marido. É como se Joana manifestasse sua necessidade de sentir-se amada e amparada.

Joana nunca experienciou este amparo e carinho, pois mesmo durante a infância Joana era órfã de mãe e tinha um pai com pouca paciência para lidar com a menina.

Após o falecimento do pai, ela vai para a casa da tia, que a despreza totalmente, e finalmente tem o marido Otávio, que busca em Joana apenas uma libertação para sua existência aprisionada pelos preceitos morais. Os poucos afetos experimentados por Joana lhe são dados por parte do professor, que é o único que em algum momento parece importar-se com a ainda menina Joana. Apesar de reagir de forma inusitada ao comentário de Lídia, Joana, após pensar, decide agir do modo como esperam que ela aja. Assim, ela fala de sua suposta maldade a Lídia:

Não tem importância, não tem – tentou Joana apaziguá-la. – É claro que você não pode saber o que é maldade. Então vai ter um filho... – continuou. – Quer Otávio, o pai. É compreensível. Por que não trabalha para sustentar o guri? Certamente você estava esperando de mim grandes bondades, apesar do que você disse agora sobre minha maldade. Mas a bondade me dá realmente ânsias de vomitar. Porque não trabalha? Assim não precisaria de Otávio. Não estou disposta a lhe ceder exatamente tudo (LISPECTOR, 1980, p.137).

Mais uma vez o mal é associado à Joana, e ela parece propositadamente atuar de acordo com o que lhe atribuem, ou seja, ela tem uma atitude que sabe que desagradaria a Lídia. E porque desagrada a amante do marido, a fará interpretar tal ação como a maldade manifesta da protagonista. O mal, neste caso, é exatamente a quebra de expectativa, pois socialmente é mal tudo aquilo que nos desagrada, nos prejudica de alguma forma. Lídia esperava que Joana, ao saber da gravidez da amante, deixasse Otávio livre. No entanto, não é o que ocorre. Assim, Lídia percebe na atitude de Joana algo danoso para seus planos, e isso faz com que, ao ver de Lídia, Joana aja na contracorrente da bondade.

Contudo, como já havíamos observado, ao ser recorrentemente designada como uma pessoa de más ações, Joana se sente culpada e portadora de maldade. Ela sente como se não pudesse fazer feliz aqueles que ela ama. Ao contrário disso, sente como se ela só trouxesse inquietação e sofrimento: “Gosto. Mas eu nunca sei o que fazer das pessoas ou das coisas de que gosto, elas chegam a me pesar, desde pequena” (LISPECTOR, 1980, p. 141). A partir da reflexão de Joana, citada anteriormente, notamos que Joana sente uma culpa, como se ela fosse incapaz de sentimentos considerados positivos, e por isso não conseguisse promover a felicidade e conseguir a admiração daqueles que ama.

A conversa entre Lúdia e Joana segue até o momento em que a primeira sente tomada por um medo de Joana, decidindo que não quer enfrentá-la. Para evitar esse confronto temido por Lúdia, ela volta atrás sobre a suposta maldade de Joana, afirmando: “Eu não me incomodaria de tirar Otávio de outra mulher. Mas não sabia que havia você... Não uma pessoa qualquer, como eu, mas alguém tão... tão boa... tão sublime...” (LISPECTOR, 1980, p.143). Ao sentir temor em relação às possíveis atitudes de Joana, Lúdia decide apaziguar a situação, para isso afirma ser Joana alguém bom. No comportamento de Lúdia, percebemos que faz parte da conduta humana tentar desviar-se e manter-se distante de tudo aquilo que consideramos mal, buscamos constantemente abstermos para não sermos vítimas da maldade de nenhum modo. Assim, Lúdia volta atrás sobre Joana, porque teme o que a atual esposa de Otávio possa lhe fazer.

Joana se vê absorvida por toda aquela situação, que abarca a traição do marido e a gravidez de Lúdia. E Joana pondera a respeito de como deve agir diante dos acontecimentos. Simultaneamente, ela deseja a vingança em relação à Lúdia e ao marido. E, para atingir o seu objetivo, ela decide que terá um filho de Otávio, e só então o deixará livre para que ele possa casar-se com Lúdia. Segundo Nietzsche, a vingança é uma forma de compensação (NIETZSCHE, 2001, p. 195-196). É um sentimento que, como já observamos, faz parte da natureza humana. Vingarse e ansiar por vingança também ajudou a constituir a humanidade, mesmo que em alguns casos seja algo momentâneo. Logo, o impulso vingativo de Joana não demonstra de forma alguma sua maldade, pois é um comportamento que possivelmente muitas mulheres ainda apresentam, se considerarmos a sociedade monogâmica na qual vivemos. Assim, Joana se sente lesada por Lúdia e por seu marido e nesse sentido se articula uma compensação através da vingança.

Entretanto, o desejo de Joana pela vingança parece atenuar-se de imediato. Seu primeiro impulso é buscar uma compensação, mas, em seguida, todo seu desejo de vingança se atenua. A vingança perde o valor inicial, ou é possível que Joana tenha encontrado outro modo de compensar o dano causado. Com isso, estamos abordando um episódio específico dentro da narrativa de Clarice. O capítulo chama-se “O homem”. Nesta parte da história de Joana, um homem misterioso passa a segui-la, até que Joana já não teme sua aproximação física, e entre ambos se estabelece uma relação de proximidade, a ponto que fica subentendido na narrativa que houve relações sexuais

entre Joana e o homem desconhecido. A relação que Joana estabelece com este homem é uma possível forma de compensação para sua dor relativa à traição do marido, e até certo ponto uma vingança, já que ela foi traída e agora trai, como podemos depreender do seguinte excerto do romance:

Cada vez mais a figura do homem se aproximava e crescia, cada vez mais Joana se sentiu afundando no irremediável. Ainda poderia recuar, ainda poderia voltar as costas e ir embora, evitando-o. Nem seria fugir, ela adivinhava a humildade do homem. Nada a retinha, nem o medo. Mas mesmo que agora se aproximasse a morte, mesmo a vileza, a esperança ou de novo a dor (LISPECTOR, 1980, p.150-151).

A relação que Joana estabelece com aquele homem desconhecido é um modo por ela encontrado para se sentir em igualdade tanto com o marido como com Lídia. Joana não engravidara, não sonhara com uma pequena família como Lídia, mas também é capaz de ser amada, e é essa a comprovação que Joana busca encontrar no curto relacionamento que estabelece com o homem que a seguira na rua. Como já foi possível perceber, temos nos referido ao personagem masculino neste ponto do romance como o homem. Não à toa, pois é precisamente assim que esta figura surge na narrativa, um personagem inominado. Este personagem, cuja ausência de nome faz aumentar o mistério no capítulo, é um dos poucos, juntamente com o professor, que apresenta uma visão positiva de Joana. Ambos percebem Joana como uma pessoa boa. O homem chega a definir Joana como pura:

Joana. Joana, pensava o homem aguardando sua vinda. Joana, nome nu, santa Joana, tão virgem. Como era inocente e pura. Via-lhe os traços infantis, as mãos eloquentes como as de um cego. Ela não era bonita, pelo menos desde homem nunca sonhara com aquela criatura, nunca a esperara. Talvez por isso a tivesse seguido tantas vezes na rua, mesmo sem aguardar seu olhar, talvez... (LISPECTOR, 1980, p.154).

No entanto, essa relação que se estabelece entre Joana e aquele homem não é somente de um casal, pois ele morava na casa de outra mulher, mesmo que não a suportasse, vivia com ela. Assim, o que se forma é um triângulo amoroso: “No entanto, tão forte era a presença da outra na casa, que os três formavam um par” (LISPECTOR, 1980, p.157). Joana se sente ligada de algum modo à esposa do professor, como já havíamos observado, e esta ligação volta a acontecer em relação à mulher que vive com

aquele homem: “Joana, aquela mulher e a esposa do professor. O que as ligava afinal? As três graças diabólicas” (LISPECTOR, 1980, p.158).

Cabe destacar que as três personagens femininas não são submissas ao gênero masculino, e que, de alguma forma, possuem um comportamento que foge ao padrão esperado, são vistas como más. As ações que as levam a serem associadas ao mal são distintas, como no exemplo da esposa do professor que o abandona. Joana é uma mulher de caráter independente, que cria suas próprias regras. A outra mulher subverte os preceitos sociais ao viver com um homem com quem ela provavelmente tem uma relação de amante, além de aparentemente sustentá-lo financeiramente.

Logo, por não se submeterem ao gênero masculino, elas são caracterizadas como más. Em síntese, as três personagens não são submissas como a tia de Joana, ou mesmo Lídia, que parece existir apenas para satisfazer os caprichos de Otávio. E, ao apresentarem um comportamento distinto, as três personagens femininas são associadas ao diabo. Além disso, o comportamento das três mulheres se afasta do que é preconizado pelo ideal religioso de virgem Maria, assim como a associação religiosa que existe entre a mulher e a chegada do mal ao mundo, por meio do pecado cometido por Eva no paraíso.

À medida que Joana se vê mais envolvida em sua relação com aquele homem, ela começa a temer como será posteriormente esse envolvimento, se questiona se ele terminará a desprezando e odiando, assim como fizeram a tia ou o tio. Joana sente uma culpa por não haver conquistado o amor do casal de tios, e ter apenas sido vítima do desprezo de ambos: “Como sua tia, seu tio que a respeitavam contudo, pressentindo que ela não amava os seus prazeres” (LISPECTOR, 1980, p.162).

Joana introjeta esse desamor que os tios tinham por ela como se esse sentimento nutrido por seus tios em relação a ela fosse absolutamente de sua responsabilidade. Ela acredita que atua de modo equivocado e isso os fazia desprezá-la, e assim se forma seu sentimento de culpa. Em suma, Joana sente-se culpada por algo que ela mesma não pode controlar, ou seja, as emoções dos tios e daquele de quem ela gosta e admira. Esse sentimento de culpa, que, muitas vezes, não é merecedor de crédito, é problematizado por Nietzsche através da história das bruxas, que, embora não tivessem nenhuma culpa, acabavam acreditando serem bruxas dotadas de poderes

malévolos. Ou seja, de certo modo, o fato de alguém sentir-se culpado ou pecador não significa que o seja realmente (NIETZSCHE, 2009, p.110).

A noção que faz com que Joana sinta culpa é a de que ela é incapaz de bons sentimentos, assim como é inapta a despertar bons sentimentos. Esse princípio retorna no momento em que Joana conversa com Otávio sobre ter um filho. O diálogo entre o casal se estabelece logo que Joana deixa o homem desconhecido com quem ela estabelece laços momentâneos, e retorna a sua rotina. Imediatamente, após ouvir o argumento de Joana, Otávio se espanta e questiona o motivo, pois ele acredita que a relação conjugal de ambos já estava acabada desde o começo e ele não vê propósito em um filho.

A discussão do casal prossegue até que ele aparentemente concorda com a ideia de ter um filho. Neste momento, Joana retorna e admite que um filho não seria prudente naquele momento: “Nós não saberíamos como fazê-lo viver...” (LISPECTOR, 1980, p.174). Ao fazer a afirmação citada anteriormente, Joana permite que transpareça a ideia de que o casal não estava preparado para o nascimento de um filho, especialmente porque a culpa da própria Joana a faz sentir-se limitada para amar e receber amor em troca. A relação de Joana com o pai e depois com o casal de tios a afeta, de modo que ela se sente impossibilitada de estabelecer laços afetivos de carinho e amor.

Apesar disso, Joana segue sua reflexão sobre o que se pensa quando se planeja ter um filho, e diz que não acredita que se pense demasiado antes de uma gravidez, ou antes que um casal decida ter um filho. E é neste momento que ela revela a Otávio ter o conhecimento da gravidez de Lídia. O marido de Joana reage perplexo e assustado diante de tal revelação, até que é tomado por cólera por sentir-se enganado por Joana diante do conhecimento que ela tinha de sua traição. Otávio se espanta por saber que Joana reconhecia sua traição, e ainda assim conseguiu manter-se tranquila e conviver com ele. Tomado por raiva, Otávio reafirma a noção de que Joana é uma víbora: “Foi tua tia quem te chamou de víbora. Víbora, sim. Víbora! Víbora! Víbora!” (LISPECTOR, 1980, p.175).

Como já foi salientado anteriormente, Joana já havia sido qualificada como víbora pela tia. O termo víbora, segundo o dicionário Houaiss, tanto pode corresponder a uma cobra venenosa, como é utilizado para descrever pessoas más, traiçoeiras, ou de temperamento agressivo. Em síntese, é utilizado para descrever indivíduos considerados

maus. O intuito de Otávio naquele momento, quando define Joana como víbora, mais do que ressaltar a maldade de Joana, é fazê-la sentir-se culpada, sentir-se inesgotavelmente má. Além disso, este momento de conflito com Otávio é um dos poucos em que Joana não é impulsiva. Ela sabe da traição de Otávio, mas não se deixa conduzir por suas emoções, só revela a ele ter o conhecimento do fato quando lhe parece pertinente.

No dia seguinte da discussão com Otávio, Joana recebe um bilhete do homem desconhecido, no qual ele se despede, e diz a ela que foi Joana quem o salvou. Joana pensa um pouco sobre o que lhe fora dito na carta que o homem lhe enviara, e novamente é tomada pela culpa. Joana sente como se tivesse corrompido a alma daquele homem, como se houvesse ao mesmo tempo em que o salvou o tivesse feito ser tocado pelo mal: “Ela que violentara a alma daquele homem, enchera-a de uma luz cujo mal ele ainda não compreendera” (LISPECTOR, 1980, p.178). Ao ser incessantemente associada à noção de maldade, Joana sente-se como perversa e diabólica, como se todos aqueles de quem ela se aproximasse fossem corrompidos pelo mal, ou terminassem sucumbindo e se tornando vítimas da maldade.

A culpa de Joana está imbricada na concepção de religiosidade, do mesmo modo como é proposto por Nietzsche. Segundo o filósofo, como já desenvolvemos na parte teórica, o sentimento de culpa teve sua origem na relação pessoal entre comprador e vendedor, credor e devedor. Está foi a primeira vez em que se mediu uma pessoa com outra (NIETZSCHE, 2009, p.54). Por conseguinte, quando o credor inflige sofrimento a seu devedor, ele está de certa forma praticando um ato de crueldade, que, por sua vez, irá incutir no devedor o sentimento de culpa de estar em dívida, gerando, no devedor a sua má consciência. Desse modo, a má consciência, na perspectiva nietzschiana, corresponde à “consciência de culpa” e o constante “sentimento de ter dívidas”, sobretudo com a figura de Deus.

Na narrativa de Clarice, a culpa sentida por Joana se configura sobretudo a partir da figura de Deus e da religião. Após a partida de Otávio, e do homem com quem Joana havia acabado de estabelecer uma relação, a personagem inicia uma profunda meditação acerca de sua vida. Em determinado ponto, Joana pronuncia o termo “*De profundis*”. Este termo surge nas palavras iniciais da versão latina do Salmo 130. O salmo diz o seguinte:

Das profundezas a ti clamo, ó Senhor.
Senhor, escuta a minha voz; sejam os teus ouvidos atentos à voz das
minhas súplicas.
Se tu, Senhor, observares as iniquidades, Senhor, quem subsistirá?
Mas contigo está o perdão, para que sejas temido.
Aguardo ao Senhor; a minha alma o aguarda, e espero na sua palavra.
A minha alma anseia pelo Senhor, mais do que os guardas pela
manhã, mais do que aqueles que guardam pela manhã.
Espere Israel no Senhor, porque no Senhor há misericórdia, e nele há
abundante redenção.
E ele remirá a Israel de todas as suas iniquidades.

(Salmos 130: 1-8)

Através do uso feito por Joana do termo “De profundis”, podemos inferir alguns dos sentimentos de Joana em relação à religiosidade. Deus, tanto no romance quanto no salmo citado pela própria Joana, é apresentado como uma figura redentora, o único que pode livrar o ser humano de todas as suas culpas e pecados. Somente Ele poderia deter o mal, e evitar a perversidade humana. E Joana, após ser continuamente qualificada como má pelos demais personagens, parece absorver essa opinião e por isso sentir-se culpada. É justamente essa culpa que a faz buscar a figura de Deus:

De profundis. Deus meu eu vos espero, Deus vinde a mim. Deus, brotai no meu peito, eu não sou nada e a desgraça cai sobre minha cabeça e eu só sei usar palavras e as palavras são mentirosas e eu continuo a sofrer, afinal o fio sobre a parede escura. Deus vinde a mim e não tenho alegria e minha vida é escura como a noite sem estrelas e Deus por que não existes dentro de mim? por que me fizeste separada de ti? Deus vinde a mim eu não sou nada, eu sou menos que o pó e eu te espero todos os dias e todas as noites, ajudai-me, eu só tenho uma vida e essa vida escorre pelos meus dedos e encaminha-se para a morte serenamente (...) (LISPECTOR, 1980, p.189).

Observa-se que, assim como no salmo, no romance também Joana procura por Deus, por ansiar livrar-se de uma culpa que é sentida por ela. Joana se sente má pelo ponto de vista dos demais, e isso a faz sentir-se culpada. E, para desvencilhar-se desta culpa, ela pede auxílio a Deus. A maldade atribuída a Joana se apresenta sob diversas formas, sendo especialmente representada por seus sentimentos impetuosos. Essa sua suposta maldade desenvolve na protagonista a culpa, a noção de que está em dívida principalmente com Deus, já que, ao agir em contraposição aos outros, como Lídia ou sua tia, Joana se sente disseminando atos de maldade, que, pelo entendimento religioso,

seriam pecados. Cabe-nos destacar, como um fecho dessa análise, o retorno amiúde de um argumento que se teceu durante toda a nossa análise, qual seja, o mal de Joana é uma construção sem fundamento em ações reprováveis. Nesse sentido, reiteramos que o ponto de vista que atribui maldade à personagem é sempre oriunda dos demais personagens. Joana é percebida como má a partir do olhar dos outros que com ela convivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise realizada nas páginas anteriores, buscamos demonstrar de que forma a escritora Clarice Lispector formula a noção de mal e como este mal se manifesta socialmente nesses escritos ficcionais, seguindo a perspectiva da autora, de modo a acompanhar a trajetória de seus personagens. Para proceder a esta análise, utilizamos, além das crônicas da autora, cuidadosamente escolhidas, o romance inaugural da carreira literária de Lispector, *Perto do coração selvagem*, sendo que este é o foco principal de nosso estudo.

Em linhas gerais, sabemos que o mal é uma forma de julgamento, um modo de interpretação de ações e atitudes. Segundo Nietzsche, julgamos como bem tudo o que pode nos beneficiar de alguma forma. Em oposição, estabelecemos como mal tudo o que pode nos prejudicar ou causar prejuízos. Ambas as categorias, bem e mal, se estabelecem a partir do contexto social no qual se inserem. As representações de bem e de mal fundamentam o que conhecemos como moral social. Em síntese, esta compõe-se por um conjunto de definições que delimitam o que podemos ou não fazer, e como devemos agir, de modo a estabelecermos a distinção entre o certo e o errado. Essas regras nos antecedem historicamente, sendo transmitidas aos indivíduos, logo no início de sua existência. Assim, desde crianças somos submetidos às definições que nortearão nosso comportamento pelo percurso de nossa existência.

No romance de Clarice, Joana não teve essa influência moral norteadora. A ausência da mãe fez com que Joana se perdesse muito em sua constituição moral, especialmente na percepção e julgamento de alguns personagens. Como observamos através da teoria psicanalítica de Melanie Klein, nosso primeiro contato com sentimentos positivos e destrutivos se dá pela figura maternal, o que não é suficiente para desenvolver a instrução moral da personagem, e o respeito pelo outro, em vista da ausência da mãe de Joana. Diante de uma perspectiva psicológica, percebe-se que Joana foi prejudicada, pois a ausência da mãe faz com que a menina não tivesse esses primeiros contatos morais, passando por experiências que a fariam apreender o mundo de forma distinta da qual ela percebe.

Além disso, Joana fica com o pai, que, embora goste da filha, é um tanto relapso em relação à criação e educação dela. Após o falecimento do pai, Joana vai viver com a tia, que, além de tratar a menina como um fardo, também manifesta sentimento de temor e desamor pela sobrinha. Nosso intuito em reafirmarmos estas informações é demonstrar que as experiências afetivas formadoras de nosso caráter moral, como foram postas por meio de argumentos da proposta kleiniana, não foram suficientemente vivenciadas por Joana. A menina teve uma infância difícil, foi criada à própria sorte. Os bons sentimentos em relação a ela eram escassos. Provavelmente essa ausência de afetividade é uma das motivações para a atuação extramoral que encontramos no comportamento de Joana, o que também contribui para a construção negativa dos discursos dos personagens em relação à personagem Joana.

Observe-se que a narrativa clariciana faz um recorte da problemática do embate entre as forças do bem e as do mal, que são constantes em nosso cotidiano. Para onde quer que olhemos veremos que sempre há esse confronto entre ambas forças. Através dos textos de Clarice analisados neste estudo é possível notar que há uma forte influência social acerca das categorias de bem e mal. Além disso, conforme informamos ao longo do ensaio, muitas formulações que os indivíduos produzem em sua consciência estão intimamente relacionadas com as determinações do meio no qual vivem.

Como consequência dessas percepções sociais, também se relaciona a noção cristã-religiosa sobre o que significa praticar o bem e o mal. Na análise realizada sobre os textos de Clarice, notamos que tanto os sentimentos positivos quanto os negativos necessitam da figura de Deus. Os primeiros porque emanam do que é preconizado pela figura religiosa; e os segundos, porque, conforme o que é proposto pela moral bíblica, necessitam serem detidos, e somente Deus seria capaz de detê-los, salvando o indivíduo da culpa e do pecado.

Na narrativa clariciana, o embate entre o bem e o mal vem constantemente associado ao sentimento de culpa, ou seja, os personagens praticam seus atos e logo se culpabilizam pelos mesmos. O sentimento de culpa que se apossa de alguns dos personagens de Clarice Lispector é creditado principalmente às imposições que são cristalizadas pela sociedade. Nessa medida, essas exigências construídas pelo coletivo tornam-se o caminho correto a seguir para alcançar uma “consciência tranquila”. Assim, os indivíduos, ou mais especificamente os personagens das histórias claricianas que se

desviam da proposta comum se sentem culpados por infringirem as regras imediatamente postas.

A moral social, na medida em que é influenciada pelo cristianismo, impõe ao ser humano o sentimento de culpa como se esse lhe fosse intrínseco. Como se todo o indivíduo já nascesse em dívida com a sua sociedade, mais especificamente com as proposições morais de seu contexto. Ou seja, seria como se o homem possuísse certo dom para a prática do mal e para ser contido e doutrinado necessitasse da figura divina.

Na perspectiva clariciana, ninguém consegue ter apenas sentimentos ruins, bem como não pode ser constituído apenas por sentimentos maus, pois tudo depende do que fazemos com o que sentimos. Joana nos ensina a pensar, nos mostra que agir impulsivamente não é errado. Ela nos aponta que bem e mal são em síntese uma nítida questão de perspectiva. Para aquele que se sente lesado, ele é vítima do mal; em contrapartida, aquele que o pratica não crê estar fazendo o mal. Sabe-se que existem ações que são consideradas más pelo modo como afetam a comunidade, sendo que estas atitudes já foram restritas pelos códigos e legislações.

Por conseguinte, Clarice Lispector, por meio de sua protagonista, possibilita refletirmos e problematizarmos as noções de bem e mal, bom e ruim, de modo que essas deixam de ser absolutas, nos fornecendo precedentes para questionarmos noções impostas até então simplesmente aceitas. Contudo, vale destacar que problematizar as noções socialmente impostas não significa de forma alguma que elas não sejam válidas, pois reconhecidamente o são, uma vez que se não fossem esses princípios morais estaríamos imersos no caos moral e social. Cabe à moral doutrinar e de certa forma dosar o mal que os indivíduos podem propagar entre si.

No comportamento de Joana, é notável que em alguns momentos ela procure reprimir esses sentimentos considerados maus. Os sentimentos negativos a sobrecarregam de tal modo que a própria Joana passa a se sentir má e culpada por cada uma de suas ações, mesmo que a intenção ou mesmo o resultado não sejam causar dano ao próximo. Em algumas personagens, esse processo de repressão das emoções implode interiormente em Joana, sob a forma de culpa, justamente por ela ser impulsiva e tentar se controlar e coibir essa malha de sensações. No entanto, a repressão de Joana ocorre mais em função do que o coletivo reconhece como negativo do que com suas definições pessoais. Pois, os sentimentos considerados pelo contexto social como negativos, na

concepção de Joana, não se distanciam de forma tão explícita dos sentimentos positivos, como amor, felicidade ou alegria.

Esse “controle repressivo” que Joana busca exercer sobre suas emoções está interligado com a necessidade de aprovação, a necessidade de aceitação de ser amada por aqueles que a cercam. Joana não quer ser má, pois anseia o amor daqueles a quem ela ama, e para isso ela se autopune e reprime em parte algumas sensações. Contudo, o controle que Joana possui sobre suas emoções, em passagens do romance analisadas por nós, se mostra pouco efetivo, e ela é tomada por seu impulso emocional. E imediatamente é taxada de má pelos demais – o que a leva a sentir-se culpada.

Assim, a crueldade, o desejo de vingança e o ódio sentidos por Joana se voltam contra ela, fazendo com que se sinta culpada, de forma a adquirir a certeza de que nasceu para o mal. Mesmo que Joana não seja má, ou não se sinta desse modo, ela passa por um processo de internalização do que os outros pensam a respeito dela. Joana não está acima da moral de modo algum. Entretanto, ela também não se insere nos padrões estabelecidos. Ela reconhece os padrões, mas julga de acordo com o modo como lhe parece adequado. Desta forma, é como se Joana possuísse seu próprio código moral. Joana é livre em suas emoções, não teme viver e experimentar novas sensações, ela aceita sua constituição emocional, ou seja, ela acolhe tanto aqueles sentimentos vistos como bons quanto os julgados como maus. E quando tenta reprimir suas emoções é somente por ansiar profundamente o carinho e o respeito daqueles que ela ama.

Joana é impulsiva e por isso seus sentimentos estão sempre prestes a irromper e se tornar corporalmente visíveis. O fato de as emoções poderem tornar-se corporalmente manifestas é apontado por Hannah Arendt, de modo que confirmamos as informações fornecidas através da teoria de Arendt no comportamento de Joana. No seu primeiro encontro com Otávio, Joana lhe relata uma história: um senhor a irritara a ponto de ela atirar um livro no homem, atitude que manifesta sua raiva e insatisfação. Joana expressa o que sente de maneira corpórea e visível.

Hannah Arendt também nos aponta que as emoções que nos permitimos externalizar de algum modo já passaram pela censura de nosso pensamento (ARENDR, 2002, p.26). São esses sentimentos, e a censura de nosso pensamento em relação à intensidade deles, que motivam e regulam as ações dos indivíduos, assim como as de

Joana. Embora saibamos que estas emoções que invadem Joana, na maioria das vezes, são social e moralmente relacionadas ao mal, ou seja, são o ódio, a vingança, a cólera e a raiva, tais sentimentos apesar de serem vistos pelo coletivo como frutos do mal, são carregados de efeitos inofensivos, no caso de Joana. Contudo, é necessário admitirmos que estas proposições sejam construções do meio social que os indivíduos se autoimpõem para conservar a sociabilidade e a aceitabilidade em suas comunidades.

Entretanto, sabemos que é exatamente essa existência coletiva a qual somos submetidos, que nos expõe constantemente a julgamentos alheios. Como observamos através de Joana, ela é má pelo ponto de vista dos outros personagens, e ela própria só se sente como alguém má a partir do momento em que é constantemente associada a atos cruéis. O que podemos dizer da suposta maldade de Joana é que essa está associada com a impulsividade da personagem, visto que é essa mesma impulsividade que é interpretada como maldade pelos outros. Os sentimentos a tomam com intensidade, e com base neles Joana passa a agir. Por consequência, o modo como essas emoções são compreendidas por aqueles que convivem com Joana fazem com que ela seja qualificada como perversa.

Além disso, os textos de Clarice também nos permitem perceber que tendemos a interpretar como mal tudo aquilo que tememos e que acreditamos ter o poder de nos prejudicar. Assim, a tia de Joana a teme porque acredita que de alguma forma a sobrinha representa um perigo àquela estabilidade que ela tinha anteriormente em sua família. A tia consegue reconhecer em Joana um risco, porque Joana representa para a mulher os impulsos que ela mantém sobre pressão, por meio da religião. Por não se reprimir a todo o instante, e se entregar as suas emoções, sejam elas boas ou más, Joana é vista pela tia como uma pecadora. Na percepção da tia, Joana é alguém que ofenderia a Deus por suas atitudes rebeldes. No temor da mulher em relação à Joana, podemos inferir uma das características do que seria o mal. Pelo discurso da tia, o mal está imbricado ao medo, pois ela reconhece como mal o que pode provocar temor e receio.

Segundo a nossa leitura, Joana não está plenamente inserida na moralidade, de acordo com a convenção histórica difundida pelo seu contexto. Tampouco é imoral, porque sustentamos a tese de que a personagem reconhece e distingue o certo do errado. A questão é que ela opta por seguir suas próprias regras morais. Assim como Nietzsche, Joana também desconstrói os limites previamente dispostos, desconstrói nosso modo de

inferir a moral de base religiosa, de refletir sobre a figura de Deus. Joana não necessita se sentir atada a um sistema, e talvez por isso ela desconstrua todos aqueles conceitos tão louvados socialmente, os quais reenviam a Deus, à família e às relações humanas.

Joana desestrutura a moralidade através do constante embate entre os sentimentos considerados bons e maus. Em certas ocasiões, a personagem de Clarice Lispector está tranquila e estável e, subitamente, ela é tomada por ódio e raiva. Entretanto, nesse confronto não há uma regulação dos impulsos por parte da moral, ou seja, a personagem não deprecia ou menospreza os sentimentos considerados maus em detrimento daqueles considerados bons. Todas as emoções associadas à protagonista a retiram de sua zona de estabilidade, e é justamente o que ela deseja. Joana anseia refletir sobre a moral e a existência, ainda que isso lhe custe sentir-se má, impiedosa e, por conseguinte, culpada.

Consequentemente, essa personagem inaugural da via-crúcis clariciana se constitui, através do romance *Perto do coração selvagem*, como ligada à maldade, porque é questionadora, isto é, não aceita facilmente os fatos da vida sem antes indagá-los. Ela é vista como má porque quer compreender o mundo que a cerca, quer saber o que vem depois que se é feliz, quer entender a existência, e não viver e aceitar passivamente a vida, como aparentemente faz Lídia. Ao acompanhar a trajetória de Joana, entre outras possibilidades de leitura, podemos concluir que o bem e o mal inegavelmente nos circundam nos pequenos gestos, engendrando-se sobretudo a partir do que as regras morais e religiosas nos propõem.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. (Tradução Frederico Ozanam Pessoa de Barros). São Paulo: Editora das Americas – EDAMERIS, 1964.

ALBUQUERQUE, Lurdes Mara Oliveira de. *A hermenêutica do feminino em Perto do coração selvagem*. 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Teoria literária) – Programa de Pós-graduação em literatura. Universidade de Brasília, Brasília.

ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. O pensar. In: _____. *A vida do espírito: o pensar, o querer e o julgar*. 5 ed. Trad. Antônio Abranches, Cesar Augusto de Almeida, Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

BARBOSA, Diana Carla de Souza. *A literatura do fora em Perto do coração Selvagem, de Clarice Lispector*. 2011. 87f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: _____. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: EDUSP, 1999.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ESPINOSA, Bento de. *Ética*. Tradução Joaquim de Carvalho; Joaquim F. Gomes; Antônio Simões. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil*. (“O homem dos lobos”). *Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*; Tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Nietzsche: o humano como memória e como promessa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOTLIB, Nádia Battella. *Clarice: uma vida que se conta*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Clarice Fotobiografia*. São Paulo: EDUSP, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. — 1. ed. — Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

- KLEIN, Melanie. *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- _____. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LISPECTOR, Clarice. *Perto do coração selvagem*. São Paulo: Círculo do Livro (Coleção Grandes da literatura brasileira), 1980.
- _____. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- LÖBLER, Daiane Antunes Dias. *Tempo, narração e monólogo interior: um paralelo entre Virginia Woolf e Clarice Lispector a partir dos romances Passeio ao farol e Perto do coração selvagem*. 2012. 91f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul.
- MACHADO, Roberto Cabral de Melo. *Nietzsche e a verdade*. São Paulo: Paz e Terra (graal), 1999.
- MARTON, Scarlett. *Nietzsche: a transvaloração dos valores*. São Paulo: Moderna, 1993.
- _____. *Extravagâncias: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche*. São Paulo: Discurso Editorial Barcarolla, 2009.
- _____. *Nietzsche, seus leitores e suas leituras*. São Paulo: Barcarolla, 2010a.
- _____. *Nietzsche, filósofo da suspeita*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2010b.
- MICHELET, Jules. *Joana D'Arc*. São Paulo: Hedra, 2007.
- MOSER, Benjamin. *Clarice, uma biografia*. Tradução: José Geraldo Couto. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- NASCIMENTO, Evando. O Mal como Metáfora. In: _____. *Clarice Lispector: uma literatura pensante*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.251-277.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral (1873). In: _____. *Obras incompletas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.
- _____. *A gaia ciência*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Ecce Homo*. Tradução, organização, prefácio, comentários e notas de Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- _____. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução e notas de Renato Zwick; apresentação e cronologia de Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2014.

NUNES, Benedito. *O drama da linguagem, uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Ática, 1995.

PONTIERI, Regina Lúcia. No princípio era o verbo-carne. In: _____. *Clarice Lispector: uma poética do olhar*. São Paulo: Ateliê, 1999.

PORTUGAL, Daniel da Silva. *A vária máscara de Joana a melancolia em Perto do coração selvagem*. 2009. 118f. Dissertação (Mestrado em Letras, área de concentração Literatura Comparada) – Centro de Ciências Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

ROSENBAUM, Yudith. *Metamorfoses do Mal: Uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SAFRANSKI, Rüdiger. *Nietzsche, biografia de uma tragédia*. Tradução Lya Lett Luft. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

SANCHEZ, Elisabete Ferraz. *Os paradoxos do desamparo: Uma leitura de Perto do coração Selvagem de Clarice Lispector*. 2012. 123f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

TEIXEIRA, Mona Lisa Bezerra. *Imagens da infância na obra de Clarice Lispector*. 2010. 166f. Tese (Doutorado em teoria literária e literatura comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

VARIN, Claire. *Perto do coração selvagem (1944): fundações do templo*. In: _____. *Línguas de fogo: ensaio sobre Clarice Lispector*. Tradução de Lúcia Peixoto Cherem. São Paulo: Limiar, 2002.